

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES - EACH**

INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA - ILP

**O USO DA INTERNET
COMO CANAL DE APROXIMAÇÃO E DIÁLOGO
ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO E A
JUVENTUDE PAULISTA**

JAIR PIRES DE BORBA JUNIOR

SÃO PAULO

2010

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES - EACH**

INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA - ILP

**O USO DA INTERNET
COMO CANAL DE APROXIMAÇÃO E DIÁLOGO
ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO E A
JUVENTUDE PAULISTA**

JAIR PIRES DE BORBA JUNIOR

Trabalho apresentado junto a
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP
como requisito parcial para obtenção do
título de especialista em nível de especialização
em Gestão Pública Legislativa

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Brito Pereira

**SÃO PAULO
2010**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dedico este trabalho a todas e todos aqueles que amam a juventude dedicando suas vidas, amor, conhecimentos e habilidades para construir para e com eles uma sociedade mais justa e fraterna.

Agradecimentos

A Deus que orienta meus passos e me fortalece durante a caminhada.

Ao prof. Dr. Carlos de Brito pelas orientações e confiança.

A Maria, minha esposa amada, sempre companheira, que com suas palavras, afagos, massagens e habilidades colaborou para o acabamento deste trabalho.

À EE Prof. Carolina Cintra da Silveira: professora coordenadora pedagógica do Ensino Médio Cenira dos Santos Almeida por ser a primeira a dar a oportunidade de discutir a proposta de pesquisa junto aos professores, às professoras Maria Cristina de Souza Cordon e Ana Carolina Simões pelo apoio dado em sala de aula na aplicação dos questionários, e aos demais professores Ensino Médio que concordaram com a pesquisa, aos alunos do 2ª. B que participaram do grupo de discussão compartilhando suas ideias e pontos de vista: Bruna Tamires, Rafael, Paula Luz, Thaygra Pereira, Nathalia Moreira, Monique Souza, Monique Débora, Deivid, Jeferson e Mariane; ao monitor da sala de informática Iramar pelo suporte dado, aos alunos que participaram do questionário 2ª A (Deyse, Mirela, Ananda, André, Suellen, Bruna, Marcio, Marco, Tatiana, Andressa, Gabriela, Elvis, Vitor, Hanna, Igor, Stéfany, Felipe, Camila, Luana), 2ª. B (Joas, Gilmar, Najila, Juliana, Sandro, Renato, Raquel, Rafaela, Tiago, Alan, Eduardo, Vinicius, Fabio, Sâmara, Thais, Eliane, Elvis, Camila, Ana Paula e Vanessa).

À EE Prof. José Geraldo de Lima: a diretora Fátima de Castro Fernandes Souza Bonito, aos professores Francisco A. de Carvalho Junior e Ilza do Carmo Alves pela compreensão em ceder suas aulas para aplicação dos questionários, aos alunos que participaram do grupo de discussão compartilhando suas ideias e pontos de vista: do 2ª. A (Lucilene do Nascimento, Camila Bispo, Anderson, Gilvania, Rodrigo Carvalho, Dayane Barbosa da Silva, Esmeralda Souza e do 2ª B (Carlos Henrique B. Souza, Sofia Helena, Julio, Tiago, Douglas Rocha; aos alunos que participaram do questionário: do 2ª A (André, Carola, Caroline, Daniel, Daiane, Daniela, José, Natanael, Demison, Ana, Felipe, Bruno, Caique) e do 2ª. B (Daniela, Jessica, Fernanda, Francisca, Antonia, Roberta, Reinaldo, Suzane, Adriana, Débora, Kleber, João, Rafael, Marcos, Marina, Gênesis, Henrique, Felipe, Guilherme), à monitora da sala de informática Karine pelo cuidado e suporte dado.

À EE Martins Pena: ao professor coordenador pedagógico do Ensino Médio Júlio César Pereira de Freitas, à diretora Lais Alvarez e à vice-diretora Aparecida Barbosa Ferreira pelo acolhimento; aos alunos que participaram do grupo de discussão compartilhando suas ideias e pontos de vista: do 2ª. A (Douglas Mendes dos Santos, Douglas Evangelista, Elias Lopes, Eric Rodrigues, Carlos Eduardo), do 2ª B (Jennifer Lacerda, Jeferson Ferreira, Elisa, Rafaela Zanzin; do 2ª. C (Ludmilla Soares), do 2ª. D (Tâmara, Roberto Carlos Macedo) e do 2ª. E (Tatiana Alves); aos alunos que participaram do questionário: do 2ª A (Paula, David, Andressa, Priscila), do 2ª. B (Rodrigo, Gullit, Fernanda), do 2ª. C (Maiara, Nathani, Michele, Karina, Vanessa, Andressa, Monique, Yago, Paula), do 2ª. D (Julio, Tales, Nathalia, Aline, Caroline, Thais, William, Tuani), do 2ª. E (Evelin, Tatiane, Lílían, Suelyn, Bruna, Larissa) e do 2ª. F (Vagner, Paulo, Robson, Mariana, Esmeria, Luana, Isabel, Leonel); às monitoras da sala de informática, Ana Cristina e Silvia Tassia, pelo suporte dado.

Às colegas Paula, Silvana, Amanda, Erica e Juliane e aos meus irmãos Juliano e Jadir pela ajuda na pesquisa empírica.

Aos familiares pela compreensão da ausência, em especial, minha mãe...

Aos colegas de Assembleia Roberto Lamari (ILP) e Tania Mendes (Comitê do Portal) pelas entrevistas e observações. E também a Cintia (SGP), Iná, Heloísa (DF), Rosana (ILP), Marta (Imprensa) pelas colaborações e ao meu chefe João Batista pela compreensão.

Resumo

O Poder Legislativo no Brasil tem uma comunicação limitada com os milhões de jovens do país. No geral, o contato se resume a programas educativos, culturais e sociais isolados, fragmentados, desarticulados e de pequeno alcance. A partir de um estudo de caso junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e, tomando em conta os fundamentos teóricos da educomunicação, o presente trabalho propõe uma revisão dos processos da Gestão da Comunicação por parte do Poder Legislativo, adotando uma política de maior aproximação com o segmento jovem da população. Duas ações são propostas: 1º) integrar os programas de comunicação com a juventude através de conselhos; 2º) criar uma nova seção no portal *www.al.sp.gov.br* para o público jovem. Tal proposta expandirá gradativamente a relação comunicacional entre o Poder Legislativo e a juventude, estimulando o aprofundamento da relação e contribuindo no processo de formação crítica com vistas à emancipação cidadã, que enxergue o jovem com suas pluralidades culturais, como um sujeito que está em processo de formação, que tem direito a um presente digno e que tem capacidade de participar da discussão dos problemas que vive e de suas soluções.

Palavras-chave

Gestão da Comunicação, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Poder Legislativo, juventude, educomunicação política, internet, formação política, participação.

Abstract

The Legislative Power in Brazil has a limited communication with millions of youths in the country. In general, this contact is limited to educative, socials, cultural programs, taking a minimal reach to the young's. Studies organized by Legislative Power of São Paulo State has taking in consideration theory's fundamentals work of Educommunication, assuming a recall of Communication Gestion process from the Legislative Power, adapting its own mean of press to communicate more suitably to the young's. Two actions are proposing: 1º) integrating the youth communication programs through councils; 2º) creating a new section at the portal *www.al.sp.gov.br* to the young public. They can with this proposal expand step by step the communication relationship between Legislative Power and the young's, creating better dialogue and contributing to its formation process, critics on the citizen emancipation that can deal with multiple cultures of the young's in its own formation process, and the right to speak about its problems, lives to aim solutions.

Keywords

Communication Gestion, Legislative Power of São Paulo State, Legislative Power, youth, political educommunication, internet , political formation, participation.

Sumário

Capítulo 1, <i>Assembleia Legislativa de São Paulo, a ilustre ainda desconhecida...</i>	9
Capítulo 2, <i>Juventudes: conceitos e perfis</i>	41
Capítulo 3, <i>Contribuições teóricas para a Gestão da Comunicação</i>	57
Capítulo 4, <i>Internet, democracia e diálogo</i>	67
Capítulo 5, <i>Conversando sobre Poder Legislativo e Internet com a Juventude</i>	79
Capítulo 6, <i>Complementando o projeto de Gestão Comunicativa</i>	145
Referências Bibliográficas	156
Anexos	160

Introdução

Esta monografia dá continuidade às reflexões iniciadas em 2007, em meu trabalho de conclusão da especialização em Gestão da Comunicação (ECA-USP), intitulado *Poder Legislativo e Juventude no Brasil: uma abordagem educomunicativa – uma proposta para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. Optei por aprofundar os estudos iniciados na outra especialização, pois, além de ser um tema que me atrai, são escassos os trabalhos que envolvem a inter-relação entre as temáticas juventude, poder legislativo e educomunicação.

Visitando os sites e portais dos Legislativos Estaduais e Distrital e através de solicitação de informações por e-mail, verifiquei que o Poder Legislativo no Brasil possuía uma comunicação limitada com os milhões de jovens do país. No geral, **o contato se resumia a programas educativos, culturais e sociais isolados, fragmentados, desarticulados e de pequeno alcance**. Diante de tal problema, a partir de um estudo de caso junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e dos fundamentos teóricos da Educomunicação, propus a adoção de uma política de maior aproximação do Poder Legislativo com o segmento jovem da população, a fim de expandir gradativamente a relação comunicacional entre os envolvidos, estimulando o aprofundamento desta relação e contribuindo no processo de formação crítica com vistas à emancipação cidadã.

Segundo estimativas do PNAD 2008, os jovens de 15 a 29 anos representam aproximadamente 25% da população, tanto considerando o país (49.771.000 jovens) como o estado de São Paulo (10.326.000 jovens). É importante ressaltar que não existe uma juventude, mas várias, *contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens*¹. Cada jovem é um sujeito de direitos que está em processo de formação e que tem capacidade para participar da discussão dos problemas que vivem e de suas soluções.

Eles podem ser o “futuro da nação”, mas têm o direito a um presente digno. Têm o direito de participar da vida de seu estado, de dialogar com aqueles que o gerenciam (que deveriam representar seus interesses e trabalhar pelo bem público comum). Têm direito de poder dizer o que pensam, de entender, de opinar e de questionar a organização político-administrativa de seu estado. Eles têm direito de serem cidadãos².

¹ UNESCO, 2004, p. 25.

² BORBA JR., 2007, p. 89.

Apesar de tal política ainda não ser implementada, decidi me debruçar nesta monografia sobre uma das ações propostas naquele trabalho: a criação de canais permanentes de diálogo, mais especificamente, utilizando a internet.

Meu problema se apresenta então na questão: **como o uso da internet deve ser integrado à gestão e a política de comunicação da Alesp, para se tornar um canal permanente de aproximação e diálogo com o segmento jovem, através de uma abordagem educ comunicativa?**

Este trabalho é uma tentativa de resposta a esta pergunta. Para isso, o conteúdo foi organizado da seguinte forma:

O capítulo 1, com o título *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a ilustre ainda desconhecida*, informará o leitor sobre a vida do segundo maior parlamento do país, sua organização e seus canais de comunicação (inclusive os que se referem à juventude). Além disso, são apresentados alguns dados coletados numa pesquisa de opinião sobre a percepção da população a respeito da instituição e seus deputados.

Construído o retrato do poder legislativo, o capítulo 2, *Juventudes: conceitos e perfis*, permitirá que o leitor conheça as principais características que definem a condição juvenil, e como vive, o que pensa e o que quer a juventude brasileira.

O capítulo 3, *Contribuições teóricas para a Gestão da Comunicação*, dedica-se a construir um referencial teórico que possibilite melhor compreender o problema em questão e construir um projeto que facilite uma mais adequada gestão comunicativa da Assembleia Legislativa com a juventude.

No capítulo 4, *Internet, democracia e diálogo*, faz-se um sobrevoo sobre o interfaceamento da internet com a democracia, com vistas à construção de um relacionamento de aproximação e diálogo entre a Assembleia e a juventude.

O capítulo 5, *Conversando sobre Poder Legislativo e Internet com a Juventude*, é fruto de uma pesquisa empírica realizada com 147 jovens da cidade de São Paulo.

No capítulo 6, *Complementando o projeto de Gestão Comunicativa*, apresentamos nossa proposta no campo da gestão comunicativa para a Alesp, juntamente com a apresentação do papel do gestor da comunicação na aplicação do projeto.

Ao caro leitor e à cara leitora, desejo que mais do que respostas, esta monografia gere novas perguntas e encoraje outros e outras a mergulharem mais fundo nesse assunto. ;->

1 Assembleia Legislativa de São Paulo, a ilustre ainda desconhecida...

A proposta deste capítulo é dar o primeiro passo para refletir sobre a gestão da comunicação pública da Assembleia Legislativa de São Paulo: demonstrar o diagnóstico da instituição e como ela se comunica.

1.1. Apresentação

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), nos termos do artigo 9.º da Constituição do Estado de São Paulo, é a instituição que exerce o Poder Legislativo do Estado. Com 174 anos, ela está sediada no Palácio 9 de Julho, na cidade de São Paulo, próximo ao Parque Ibirapuera, desde 1968.

Através do conjunto dos 94 deputados estaduais eleitos por voto direto, a ALESP é a representação política dos variados interesses da sociedade paulista e pode-se dizer que tem como grande objetivo garantir o bem-estar comum da população, através dos atos de debater e legislar sobre políticas públicas, de acordo com as Constituições da República e do Estado e da fiscalização, controle e cobrança das ações do Poder Executivo do Estado.



Fonte: foto de Ricardo Mansho

Foto aérea da ALESP, com prédio anexo incluído através de computação gráfica – 2006.

1.2. Gestão da Assembleia Legislativa¹

Todo o funcionamento e as atividades da Assembleia Legislativa são regidos pelas Constituições da República e do Estado; pelo Regimento Interno; pelas Resoluções; e pelos Atos da Mesa.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa², de 2007, cabe à Mesa Diretora, *a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos*. Em outras palavras, cabe a ela a gestão da Casa, além de outras atribuições constantes no regimento.

A Mesa Diretora da Casa, bem como a Mesa Substituta, são eleitas para um **mandato de dois anos**. A atual Mesa foi eleita em 15 de março de 2009, em substituição à Mesa anterior, eleita em 15 de março de 2007, início da atual legislatura.

Além de eleitos o Presidente; 1.º e 2.º Secretários; 1.º e 2.º Vice-Presidentes e os 3.º e 4.º Secretários, pela primeira vez foram ocupadas a 3.ª e 4.ª Vice-Presidências, criadas com a promulgação da XIII Consolidação do Regimento Interno, em 13 de novembro de 2007.

Comparando com a Mesa anterior, apesar de aumentar o número de cargos, nesta gestão, há apenas uma mulher na Mesa (antes eram duas). Também, havia dois deputados que declaravam a juventude/adolescência como parte de sua área de atuação (uma característica que julgamos importante para aqueles que querem que a Casa se relacione com a juventude). Atualmente, nenhum membro explicita este interesse.

Todavia, no quadro, mantém-se a presença de um deputado jovem, isto é, com idade até 29 anos.

Cargo	Mesa Diretora	Idade	Área de atuação
Presidente	Barros Munhoz (PSDB)	65 ³	Agricultura, Assuntos Jurídicos
1º Secretário	Carlinhos Almeida (PT)	46 ⁴	Não Específica
2.º Secretário	Aldo Demarchi (DEM)	65 ⁵	Não específica
Cargo	Mesa Substituta	Idade	Área de atuação
1.º Vice-Presidente	Conte Lopes (PTB)	57	Polícia Militar, Segurança Pública
2º Vice-Presidente	Davi Zaia (PPS)	53 ⁶	Bancários

¹ BORBA JR., 2007.

² SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2007.

³ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Antonio_Barros_Munhoz. Acesso em: 2 jan. 2010.

⁴ Disponível em: http://www.carlinhosalmeida.com.br/site/publish/perfil/article_98.shtml. Acesso em 2 jan. 2010.

⁵ DIÁRIO, 2009, p.6.

3.º Vice-Presidente	Roberto Engler (PSDB)	n/d	Educação, Saúde, Saúde da Mulher, Social
4.º Vice-Presidente	Vinícius Camarinha (PSB)	29	Não específica
3.º Secretário	Feliciano Filho (PV)	52 ⁷	Defesa animal
4.º Secretário	Ana do Carmo (PT)	54 ⁸	Movimentos Populares

Mesa Diretora e Substituta eleita em 15 de março de 2009.

Fonte: www.al.sp.gov.br, em 02/01/2010

A possibilidade de livre nomeação de cargos de confiança, trazendo, muitas vezes, profissionais que não são titulares de cargos efetivos da ALESP associada a esse curto mandato de gestão provoca, também, grande rotatividade de diretores – nos diferentes níveis hierárquicos, como no Departamento de Comunicação, por exemplo –, dificultando o desenvolvimento de programas de médio e longo prazo. Nesse caso, uma possibilidade de garantir, ou de pelo menos, aumentar as chances de um projeto ou programa não ser descontinuado é transformando-o em norma (através de resolução). Mesmo assim, a continuidade não é garantida totalmente, pois dependerá da “boa vontade política” do(s) sucessor(es) para dar as condições e apoio necessários.

1.3. Quem faz parte

A Assembleia Legislativa caracteriza-se como uma Instituição de grande porte, tendo em seu quadro de servidores, 2.131 ocupantes de cargos em comissão (aumento de 7,3% em relação a 2006), 922 ocupantes de cargos efetivos (redução de 5,7% em relação a 2006) e 1 engenheiro contratado em regime Celetista, totalizando 3.054 servidores (dados atualizados em 31/12/2008 – publicados no D.O.E. 01/05/2009)⁹.

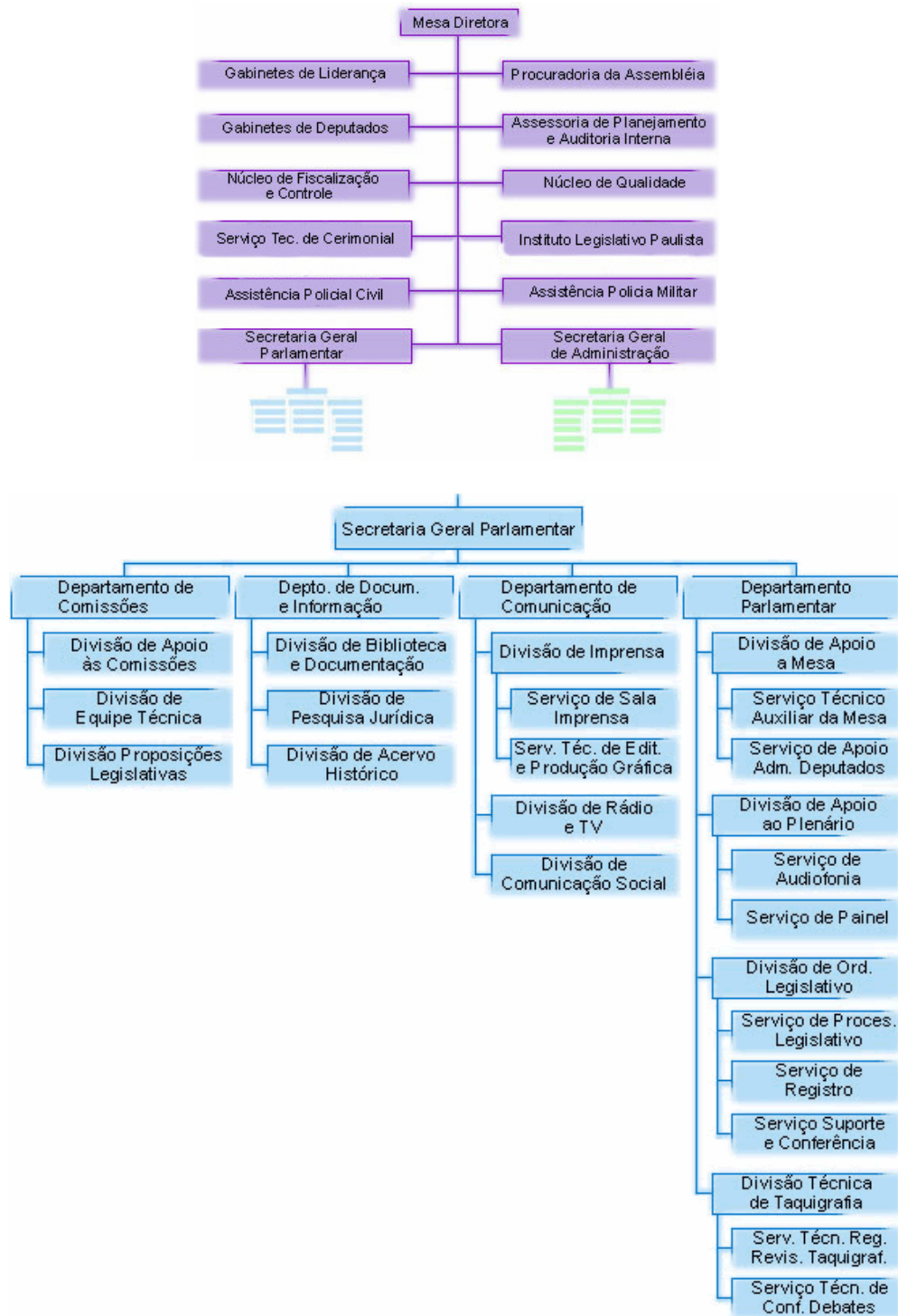
Com exceção do engenheiro, o contrato de trabalho dos servidores é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de São Paulo. Esses servidores trabalham em função dos deputados estaduais e da própria organização e manutenção da Instituição. A estrutura de organização da Casa foi reformulada pelas Resoluções 776, de 14 de outubro de 1996, e 783, de 1.º de julho de 1997. A anterior, que vigeu por vinte anos, centralizava as funções numa única Diretoria Geral.

⁶ Disponível em: http://deputadodavizaia.com/index.php?option=com_content&view=article&id=22&Itemid=34 Acesso em 2 jan. 2010.

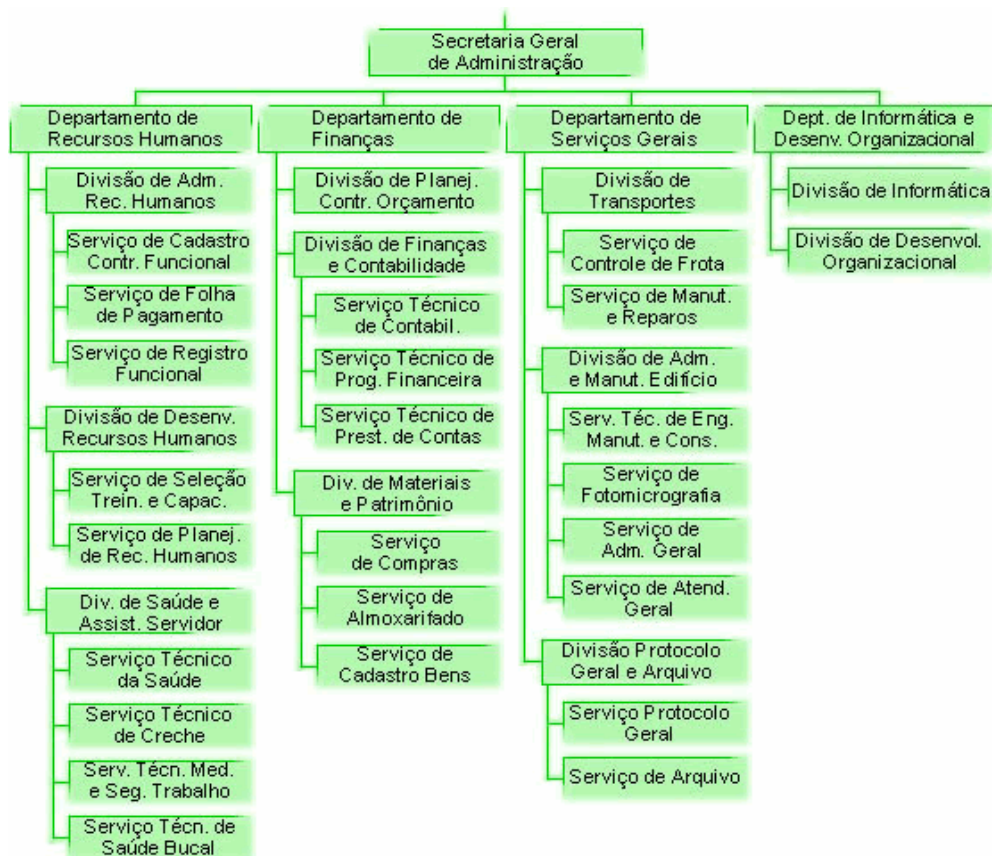
⁷ Disponível em: http://www.felicianofilho.com.br/2010/?page_id=2 Acesso em 2 jan. 2010.

⁸ Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/candidatos-deputado_estadual-sp-13632.shtml Acesso em 2 jan. 2010.

⁹ Em 31/12/2005, eram 1976 pessoas ocupantes de cargos em comissão e 1002 efetivos, totalizando 2978 servidores (publicado no D.O.E. 8/4/2006). Ou seja, houve um aumento de 7,84% no quadro de comissionados e uma diminuição de 7,98% no quadro de efetivos. O quadro de cargos e funções ainda informa que haviam disponíveis ainda 54 vagas para cargos em comissão e 212 para cargos efetivos.



Fonte: www.al.sp.gov.br - Organograma da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – parte I.



Fonte: www.al.sp.gov.br - Organograma da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – parte II.

Cada unidade da Federação possui um número de deputados, definido pela quantidade de habitantes em cada Estado.

As regras de cálculo estão estabelecidas na Constituição da República, nos artigos 27 e 45 e na Lei Complementar 78, de 1993. De acordo com essas regras, por ser o Estado mais populoso, São Paulo possui o maior parlamento estadual do país, composto por **94 deputados estaduais** – de diferentes partidos e ideologias –, eleitos pela população das mais diversas regiões do Estado de São Paulo, em eleições diretas, para exercer mandato representativo de quatro anos (nos termos do artigo 27, § 1.º, da Constituição da República) com direito à reeleição.

Utilizando-se a projeção da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)* 2008 e os dados do TRE-SP¹⁰, ao fazermos as contas, verificamos a proporção de mais de 433 mil habitantes e mais de 309 mil eleitores por deputado.

¹⁰ Dados 2008 do Estado de São Paulo: população 40.763.872 (Pnad 2008 – IBGE); eleitores aptos: 29.130.706 (TRE-SP – disponível em <http://www.tre-sp.gov.br/noticias/texto2010/not100121.htm> Acesso em 25 jan. 2010).

O trabalho dos deputados não se limita a apresentação e votação de projetos nas sessões do plenário.

Cabe, também, ao parlamentar: (i) discutir a proposta de Orçamento elaborada pelo Executivo, apresentando emendas e definindo onde serão aplicados os recursos do Estado; (ii) participar das reuniões das Comissões Permanentes e das Comissões Parlamentares de Inquérito [quando existem]; (iii) apresentar projetos de Lei, de Decreto Legislativo e de Resolução; (iv) propor emenda à Constituição do Estado e analisar propostas encaminhadas por outros deputados, pelo governador, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e pelos cidadãos¹¹.

Segundo a análise dos dados veiculados no portal da Assembleia na internet, em janeiro de 2010, os 94 deputados estaduais estavam distribuídos entre 15 partidos, sendo as maiores bancadas as do PSDB, do PT e do DEM, com 26%, 20% e 12%, respectivamente. Mais de 70% dos deputados possuem ensino superior ou estão cursando. Quanto ao gênero, apenas 11% são mulheres. Deputados com até 29 anos compõem 4,3% do parlamento. Além disso, uma deputada é paraplégica e um deputado é deficiente visual. Em relação à área de atuação, 6,4% declaram que atuam explicitamente com a adolescência e a juventude.

Partido	Qtde Deputados	Porcentagem	Cargos na mesa
PSDB	24	26%	Presidência e 3. ^a Vice-Presidência
PT	19	20%	1. ^a e 4. ^a Secretarias
DEM	11	12%	2. ^a Secretaria
PV	6	6%	3. ^a Secretaria
PSB	5	5%	1. ^a Vice-Presidência
PPS	5	5%	4. ^a Vice-Presidência
PDT	5	5%	2. ^a Vice-Presidência
PTB	5	5%	-
PMDB	4	4%	-
PRB	2	2%	-
PP	2	2%	-
PSC	2	2%	-
PSOL	2	2%	-
PR	1	1%	-
PC do B	1	1%	-
Total	94	100%	

Fonte: <http://www.al.sp.gov.br> - acesso em 2/1/2010

Ocupação dos partidos no parlamento paulista – 16.^a Legislatura – biênio 2009-2011.

¹¹ Cf. Atribuições dos deputados em: SÃO PAULO (ESTADO), nov. 2006, p. 10-11.

1.4. A comunicação da ALESP

A comunicação da Assembleia é responsabilidade do Departamento de Comunicação (subordinado à Secretaria Geral Parlamentar), formado pela Divisão de Imprensa; Serviço de Sala de Imprensa; Serviço Técnico de Editoração e Produção Gráfica; Divisão de Rádio e TV e Divisão de Comunicação Social. Além disso, há um Comitê Interdepartamental responsável pelo portal da Assembleia na Internet.

1.4.1. A política de comunicação

A política de comunicação da ALESP é elaborada pelo Departamento de Comunicação, com base nas diretrizes formuladas pela Mesa Diretora, nos termos do artigo 20, da Resolução 776/1996,. Entretanto, durante o ano de 2009, não se encontrou nenhum documento em que estivesse formalizada a política de comunicação da ALESP.

Dentre as ações de comunicação coordenadas ou orientadas pelo departamento, o que se pode perceber, de mais relevante, foi um empenho no que se refere à operacionalização da transmissão definitiva da TV Assembleia pelo sistema digital.

Em 1.º de outubro de 2009 celebrou-se contrato entre a ALESP – a pedido do Departamento de Comunicação – com a Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (FUNDAC) para prestação de serviços de assessoria em comunicação¹². A solicitação de contratação foi justificada da seguinte forma:

Dada a importância que, hoje, os meios de comunicação têm no cenário político estadual, é necessário que este Departamento de Comunicação possa ser efetivamente requalificado e treinado por profissionais da área de imprensa escrita, televisão, revistas, fotografia, comunicação

¹² A vigência do contrato é de 1º de outubro de 2009 a 31 de março de 2010. A prestação de serviços foi orçada em R\$724.800,00 (setecentos e vinte e quatro e oitocentos mil reais). Por sua natureza jurídica e experiência adquirida ao longo de seus dez anos de atuação, a **FUNDAC** pode ser contratada pela Administração Pública, mediante dispensa de licitação, com fundamento legal no artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, nº 8.666/93.

social e demais meios que possam levar a informação das atividades da Assembleia Legislativa de maneira mais objetiva.¹³

Constam dos relatórios mensais emitidos pela FUNDAC que o foco do projeto desenvolvido junto à ALESP é *a organização da área de comunicação e sua instrumentalização*¹⁴ tendo como uma das consequências deste processo o *estabelecimento de uma nova política de comunicação*¹⁵. O objetivo de tal política é posicionar a Assembleia *como interlocutora nas relações inerentes aos contextos político, social e econômico em que atua de forma ativa e proeminente*. Esta política tem por filosofia *a necessidade de tornar visível a identidade da ALESP – sua missão, função social e valores – para todos os públicos com os quais ela se relaciona, consolidando uma imagem positiva e contribuindo para o desenvolvimento de nossa sociedade*¹⁶.

Dentre as observações relatadas e as ações programadas e sugeridas, eis alguns pontos que merecem destaque:

- Ações de sensibilização e treinamento do corpo burocrático da Assembleia, inclusive os 94 deputados, sobre a importância da implantação de uma política de comunicação sólida, conhecida e “abraçada” por todos, para que a ALESP não seja compreendida *como a soma dos 94 mandatos parlamentares que caminham em sentidos distintos, e sim como uma organização capaz de representar amplamente os interesses da sociedade estadual*¹⁷;
- Estabelecimento de novo fluxo interno de informações para integrar e otimizar os processos de trabalho dentro da área de comunicação¹⁸;
- Relação institucional da ALESP com os grandes meios de comunicação, pois, como já havíamos diagnosticado em nosso trabalho anterior (BORBA JR., 2007, p. 34), são eles os maiores interlocutores da ALESP perante a sociedade civil. Optou-se, então, por estruturar a **assessoria de imprensa** da Instituição para constituir um relacionamento entre a Assembleia e os *mass media*;

¹³ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2009. p.1.

¹⁴ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2009. p.366.

¹⁵ Ibidem, p.302.

¹⁶ Ibidem, p.366

¹⁷ Ibidem, p.2

¹⁸ Ibidem, p.302 e 372

- Criação, aperfeiçoamento e **integração dos canais de comunicação da ALESP**, criando identidade visual e propondo caminhos para reforçar e complementar uns aos outros, guardando entre si *uma relação absoluta e condizente com os desejos da Assembleia Legislativa*¹⁹.

Analisando sob o paradigma da educomunicação²⁰ e sob o caráter educativo do princípio constitucional da publicidade na administração pública²¹, não se percebe qualquer preocupação explícita em educar a sociedade civil para a participação cidadã (função político-pedagógica do Legislativo²²) através dos produtos de comunicação, tampouco estabelecer relação dialógica com os cidadãos. O que percebemos é a opção por ratificar a representatividade que não dialoga com os representados. Na proposta de missão e orientação institucional, eis alguns pontos orientadores que demonstram pelo menos preocupação em criar estratégias de comunicação diferenciadas, considerando a diversidade da sociedade paulista:²³

- Maior ênfase na sociedade civil: ampliando de modo mais amplo possível os vários públicos de relacionamento da ALESP;
- Priorizar o público receptor da mensagem, não o emissor: processo de comunicação é construído **tendo em vista prioritariamente o interesse dos vários públicos e considerando suas características e diferenciações**;
- Atingir um número muito maior de pessoas: ampliar a capacidade de cobertura da sociedade como um todo, de **modo segmentado e com discurso diferenciado**.

1.4.2. Stakeholders e canais de comunicação

O termo *stakeholder*, usado pela primeira vez pelo filósofo Robert Edward Freeman, refere-se a

¹⁹ Ibidem, p.267

²⁰ Sobre o conceito de educomunicação, verificar o capítulo 3.

²¹ O artigo 37 da Constituição Federal em seu §1º diz que *a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social*. Apesar de não ser obrigatório, o caráter educativo é de suma importância para a consolidação da democracia e para a valorização do Poder Legislativo, principalmente no que se refere a juventude, pois parte do pressuposto que ser transparente é mais do que disponibilizar informações, é possibilitar que as pessoas compreendam as informações disponíveis, que possam se apropriar delas e que tenham condições de criticá-las e/ou de ratificá-las, com vistas a um processo de emancipação cidadã.

²² Sobre a função político-pedagógica ou função educativa do Parlamento ver COSSON, 2008, p. 187-201.

²³ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2009. p.366.

qualquer pessoa ou entidade que afeta ou é afetada pelas atividades de uma [organização], (...) compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de caráter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa ou a missão de uma organização)²⁴.

É de fundamental importância que o gestor de comunicação de qualquer Organização, no caso, a Assembleia Legislativa, tenha claro quais são seus *stakeholders*, qual o nível de relacionamento que se espera ter com cada um deles e como se dará este relacionamento para se definir as diversas estratégias que farão parte em seu planejamento e sua política de comunicação. Segundo informações coletadas pelo Instituto Peabirus junto ao Departamento de Comunicação da ALESP, estes são seus *stakeholders*:

Assembleias Legislativas de outros Estados, Associação Comercial, audiências públicas, autarquias e fundações públicas, bases eleitorais, câmaras municipais, cidadãos, comissões permanentes, concessionárias de serviços e obras públicas, Congresso Nacional, conselhos profissionais, consulados, crianças e adolescentes, Defensoria Pública, dirigentes estatais, eleitor, empresários, FIESP, fornecedores, frentes parlamentares, funcionários da Casa, governador, Governo do Estado, ILP, imprensa, melhor idade, ONGs, operadores do direito, organizações sociais, parlamentares, Parlamento Jovem, pesquisadores, pessoas com deficiência, Poder Judiciário, prefeitos, prefeituras, SEBRAE, secretarias de estados, secretários de estado, Segurança Pública, sindicatos, Sistema 3S, sociedade civil, Tribunal de Contas, UNALE, universidades e Vereadores²⁵.

No desejo de se comunicar com todos ou muitos destes grupos de interesse, vários canais de comunicação foram criados. É comum, ao falarmos de comunicação, só pensar nos grandes meios, nos *mass media*, nas tecnologias, ainda mais quando pensamos numa instituição, como a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a qual congrega os interesses de milhões de cidadãos paulistas. Mas, não se deve esquecer da comunicação que começa no diálogo entre dois sujeitos, entre dois grupos, entre duas instituições... É por isso que ao listar os canais de comunicação da ALESP, iremos além da TV e do jornal, por exemplo.

Comunicação interna: *clipping* diário de jornais da capital/ABC e do interior e de revistas (este último em fase experimental); memorandos; lista telefônica interna; intranet; RH *on line*; mensagens pela rede interna de computadores; serviço de audiofonia (alto-falantes distribuídos na Casa transmitem as sessões e os principais fatos/avisos internos); Diário Oficial – Poder Legislativo (impresso e internet); sindicato e associações de funcionários; palestras, treinamentos e eventos internos

²⁴ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Stakeholder#cite_note-1 Acesso em 24 jan. 2010.

²⁵ INSTITUTO PEABIRUS, 2009.

como Semana de Saúde e Semana de Talentos; murais; *banners*; placas, totens, mapas e letreiros de identificação externos e internos.

Comunicação externa: mandatos dos deputados (utilizando diversas formas de comunicação inclusive as redes sociais na Internet); Revista “Parlamento Paulista” (impressa e Internet – desatualizada); Diário Oficial – Poder Legislativo (impresso e internet); TV Assembleia (TV digital, TV a cabo, parabólica e internet); TV Web (transmissão ao vivo das atividades parlamentares que acontecem nos cinco plenários da Casa); e-mail; portal da Assembleia, acessado através do www.al.sp.gov.br; Instituto do Legislativo Paulista - ILP (atividades internas e externas e Educação a Distância); Rádio ILP (artigos e entrevistas disponibilizados em formato mp3 na página do ILP); perfis no Twitter da ALESP e do ILP (twitter.com/assembleiasp; twitter.com/ilpsp); uso pelo ILP de torpedos SMS nos cursos de Iniciação Política nos Centros de Integração da Cidadania (CICs); POLITIKA – jornal do ILP; cartazes, folders, convites, cartas; Parlamento Jovem; visitas monitoradas de instituições de ensino; publicações de vários departamentos como o de Documentação e Informação (DDI), Procuradoria e ILP, por exemplo; Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo para modernização e integração do Legislativo brasileiro (de responsabilidade federal e da qual a Assembleia faz parte); Central de Atendimento ao Cidadão – CAC (atendimento através do 0800-77-ALESP [0800-77-25377]; de correspondência endereçada à Central de Atendimento ao Cidadão: Palácio 9 de Julho, Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Ibirapuera, São Paulo-SP; ou pessoalmente na sala S46 da ALESP); SOS Racismo (atendimento no local, pelo e-mail sosracismo@al.sp.gov.br e pelo disque denúncia 0800-77-33-886); Assembleia Popular; Conselho Estadual Parlamentar de Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras (Conscre); Espaço das Cidades (em processo de reabertura); Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz; Polícia Militar e servidores; exposições artísticas; sessões e atos solenes; audiências públicas internas e externas, seminários, palestras, cursos.

A seguir, vamos conhecer um pouco mais de alguns desses canais.

1.4.2.1. A TV Assembleia

A TV Assembleia foi criada em 1996, instalada nas dependências do Palácio 9 de Julho, com o objetivo primordial de veicular informações referentes aos trabalhos parlamentares da instituição e sobre sua própria função. Em segundo lugar, estava o oferecimento de uma programação alternativa à da rede comercial, com programas educativos e culturais.

Atualmente (janeiro de 2010), conta com equipe de 96 profissionais, entre jornalistas, radialistas e outros técnicos, responsável pelas 24 horas de programação da TV Assembleia, recepcionadas através das TVs a cabo do Estado de São Paulo, por parabólica²⁶, pelo canal multiprogramação da TV Câmara (sistema aberto UHF digital) e também pelo portal da Assembleia na Internet. Além disso, a equipe também é responsável pela TV Web que consiste na transmissão ao vivo das atividades parlamentares (CPIs, frentes parlamentares, comissões) que acontecem nos cinco plenários da Casa (segundo Tania Mendes, do Comitê do Portal, há uma grande limitação no número de usuários simultâneos). Seu trabalho é viabilizado por contrato mantido com a Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativas, responsável pela TV Cultura de São Paulo. A parceria, ainda, inclui o compromisso de realizar coberturas de caráter jornalístico, fornecimento de funcionários e o *know-how* necessário. Seu orçamento, em 2010, é de até R\$ 22.221.460,32 (vinte e dois milhões, duzentos e vinte e um mil e quatrocentos e sessenta reais e trinta e dois centavos)²⁷.

Os canais legislativos foram criados pela Lei da TV a Cabo, de janeiro de 1995. A lei estabelece que as Assembleias e as câmaras municipais devem compartilhar o horário da programação. Como as TVs a cabo têm concessão de âmbito municipal, a ALESP deve negociar a divisão do espaço com cada câmara²⁸ [24 no total].

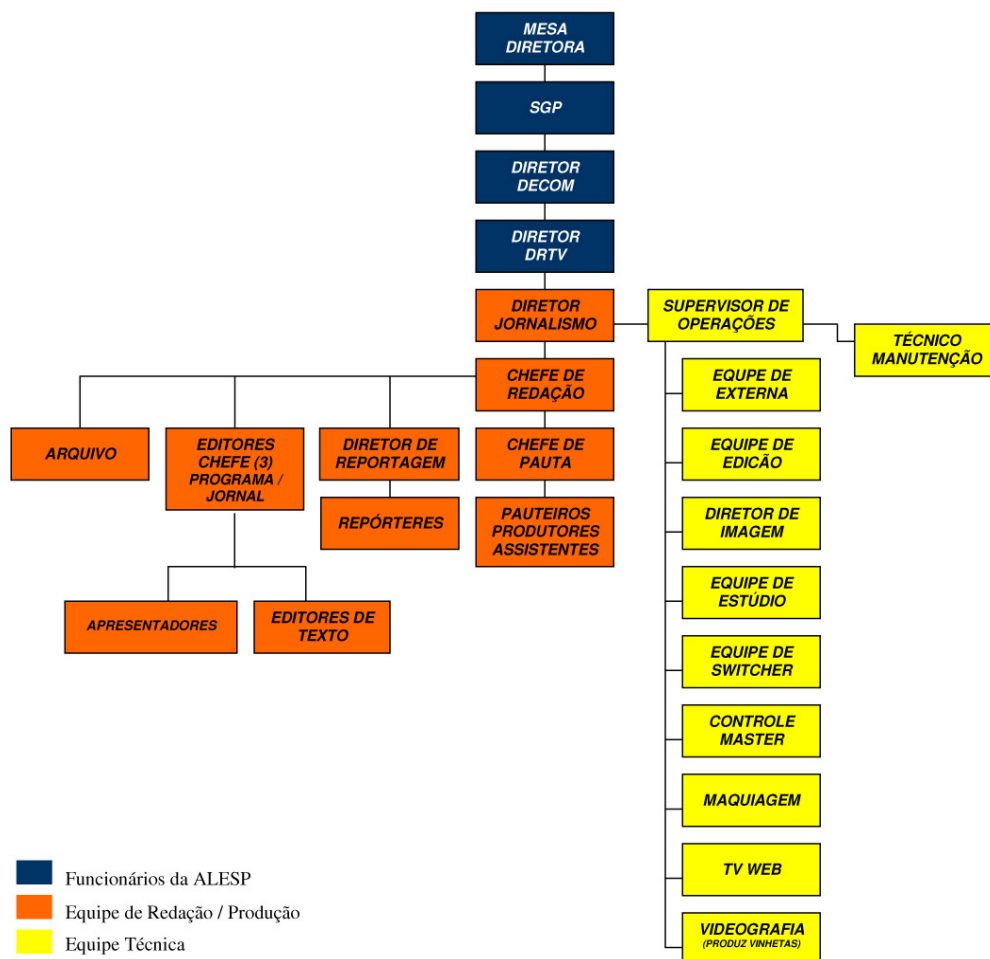
Na cidade de São Paulo, o sinal da TV Assembleia é cortado para a entrada do sinal da Câmara Municipal, de segunda a sexta-feira das 2 horas às 6 horas e das 12 horas às 20 horas e aos finais de semana das 8 horas às 20 horas (aos sábados às 12 horas é transmitido o programa *Assembleia Popular* da TV Assembleia). O corte acontece apenas naquela cidade durante o horário acordado entre as partes e nunca corta um programa antes do seu término. O controle do

²⁶ Para sintonizar, ajuste: satélite Brasil SAT B3, Transponder 2 B E, posição orbital 84° W, Polarização Vertical, Banda C, Frequência 3709,5 MHz (1440MHz convertido), compressão MPEG 2 DVB, symbol rate 12960 Mbits, Data Rate 179152294, FEC 3/4.

²⁷ DIÁRIO, 2009, p.36.

²⁸ Folha de São Paulo, 2007, p. A15.

sinal é efetuado pela TV Assembleia. O interior do Estado recebe a programação ininterruptamente.



Organograma da TV Assembleia

Programas produzidos e veiculados pela TV Assembleia²⁹

ARENA LIVRE / O tema é...

Uma personalidade importante, um tema que mereça destaque, questões que exigem resposta: é em torno disso que se desenvolve o programa, gravado em estúdio, com deputados entrevistando uma personalidade. O programa mostra também uma reportagem sobre o trabalho desse convidado.

EM DISCUSSÃO

Participam da discussão de um projeto de lei já apresentado, o autor do projeto e três convidados de diferentes segmentos da sociedade que possam contribuir ao aprimoramento da proposta.

AL DEPOIMENTO

Documentários sobre temas que tenham importância para a Cidade e o Estado de São Paulo. É uma produção relevante para a memória econômica, cultura e histórica dos paulistas.

²⁹ Informações retiradas do portal da Assembleia e revisadas pelo diretor de jornalismo da TV Assembleia.

ASSEMBLEIA POPULAR

Assembleia Popular é uma tribuna livre, dentro do espaço da Assembleia Legislativa de São Paulo, para os cidadãos que queiram se manifestar sobre assuntos do interesse da coletividade. Acontece sempre às quartas-feiras, das 12h00 às 13h00, no Auditório Franco Montoro. É assegurado o uso da palavra a todos os cidadãos que fizerem inscrição no dia e local da gravação. Os inscritos obedecem à ordem sequencial e podem expressar-se pelo período máximo de dez minutos, sobre temas de interesse da população. A gravação é levada ao ar ao sábado, às 12 horas.

SAÚDE & VIDA

Debate com especialistas em saúde e medicina, com a participação do telespectador através de perguntas encaminhadas por fax e ou email. Trata-se de um programa de interesse público, que deverá contar com a participação da bancada médica da Assembleia Legislativa.

AL DEBATE

Programa ao vivo em que representantes de diversos setores da sociedade e deputados se encontram para discutir temas que fazem parte das preocupações da população. Realizado em estúdio, o programa terá sempre reportagens apresentando os temas.

AL AGORA

Boletins informativos que apresentam as principais notícias da Assembleia durante o dia. Repercussão dos fatos nas entrevistas com os deputados.

EM PLENÁRIO

Transmissão ao vivo dos trabalhos diários no Plenário, permitindo que o cidadão acompanhe, em tempo real, os debates dos parlamentares.

AUTORETRATO

O perfil dos deputados. Através do depoimento do próprio parlamentar, é apresentada sua trajetória de vida, seu trabalho, sua vida pessoal e política. Muitas vezes com a participação de familiares e de amigos, é uma forma de aproximar o deputado de seu eleitorado.

AGORA É LEI

Uma lei aprovada pelo poder legislativo é discutida, no programa, com representantes de setores envolvidos no tema. O objetivo é deixar transparecer a viabilização do cumprimento da nova proposta. Uma reportagem abre o programa informando sobre a conjuntura em que o tema está inserido.

POR DENTRO DA POLÍTICA

Entrevistas com deputados estaduais sobre temas relacionados à sua atuação parlamentar e seus posicionamentos na política do Estado.

FELICIDADES

Programetes sobre cada um dos 645 municípios do Estado, veiculados na véspera e no dia do aniversário da cidade em vários horários durante a programação.

1.4.2.1.1. TV Assembleia e a TV Digital³⁰

A partir de outubro de 2008, a TV Assembleia em conjunto com a TV Câmara (DF), iniciou as transmissões simultâneas experimentais na capital paulista através do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) pelo canal 61.

³⁰ Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=5235&Itemid=4402>. Acesso em: 31 out. 2009.

Inicialmente, a transmissão tinha cobertura limitada, mas em 1.º de julho de 2009, foram ativados os transmissores definitivos e o sinal digital começou a ser irradiado para toda a capital. Por ser um sinal aberto e gratuito, a expectativa do Legislativo Estadual é que o sinal atinja 20 milhões (de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo³¹. Nessa data foi assinado um documento entre as duas Casas Legislativas tornando vitalícia a parceria. Contudo a transmissão em multiprogramação continua, oficialmente, a título experimental, pois ainda não foi regulamentada³².

Através do recurso de multiprogramação, uma das novidades da TV Digital, é possível a transmissão de, teoricamente, 04 programações num único canal. O Instituto Mackenzie está estudando as possibilidades técnicas para que se alcance 07 programações, dividindo o mesmo transmissor. Dessa forma, no caso paulistano, o projeto denominado: Rede Legislativa de Televisão, através de um único canal, poderia transmitir a TV Câmara, a TV Assembleia, a TV Senado, a TV Câmara Municipal de São Paulo e mais três programações de outras câmaras municipais. Segundo a Agência Câmara, esse modelo que está sendo testado em São Paulo servirá de referência para a implantação da Rede Legislativa em todo o país.

O compartilhamento do mesmo canal trará benefícios econômicos para as partes envolvidas, pois os custos de operação serão diluídos.

Segundo Evelin Maciel, representante da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral),

a Câmara dos Deputados adquiriu por intermédio de licitação internacional os transmissores que serão usados pelo canal 61. O processo, inicialmente avaliado em R\$ 8 milhões – ao final custou R\$ 3,35 milhões (...). De seu lado, a TV ALESP se encarregará dos gastos com a operação do serviço e ainda no fornecimento da torre de transmissão. A mesma antena deve ainda ser “compartilhada com a TV Justiça. Mas neste caso, trata-se apenas do compartilhamento da antena e não do transmissor, nem do canal”³³.

³¹ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/menuitem.4b8fb127603fa4af58783210850041ca/?vgnextoid=f6b3657e439f7110VgnVCM100000590014acRCRD&id=11fa412972e12210VgnVCM100000600014ac>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

³² O Projeto de Lei 277/07, que prevê canais abertos, para a Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Empresa Brasileira de Radiodifusão – Radiobrás, Assembléias Legislativas, Câmara de Vereadores e outras entidades de direito público voltadas à execução dos serviços de televisão educativa ainda está em discussão. O projeto foi aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado em 30/9/2009 pela Mesa Diretora da Câmara.

³³ Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=5235&Itemid=4402>. Acesso em: 31 out. 2009.

Fato curioso: a TV Câmara divulga em seu portal que transmite digitalmente em caráter experimental³⁴, mas no portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não há qualquer menção de transmissão digital. A página continua informando apenas a transmissão via NET e TVA³⁵.

Por enquanto o acesso a TV Digital é pequeno, apenas 3% da população brasileira tem acesso ao sistema³⁶, mas com o decorrer do tempo, mais pessoas poderão acessar a programação das TVs Legislativas, além dos usuários de TVs por assinatura.

1.4.2.2. O portal da Assembleia na Internet – www.al.sp.gov.br



³⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/tv>>. Acesso em: 31 out. 2009.

³⁵ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/menuitem.ffa58adc8fb82d50fa8728110f20041ca/?vgnextoid=dd1a925a51f57110VgnVCM100000590014acRCRD>>. Acesso em 31 out. 2009.

³⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u602564.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2009. Daniel Castro. TV digital só é vista por 3% da população, diz coluna.

A Assembleia entrou no universo virtual por intermédio de seu site, no final dos anos 1990. Em março de 2005, decidiu-se adotar o conceito de portal, remodelando o site, visual e estruturalmente, para permitir acesso a novos serviços e informações e, também, maior participação cidadãos, dos deputados e demais setores da Casa, propiciando maior transparência da instituição.

1.4.2.2.1. Comunicação, participação e gestão do conhecimento

Segundo o Ato da Mesa 05/2005, o portal da Assembleia deve ser um meio de comunicação, participação e de gestão do conhecimento. Objetiva-se, através dele, conectar todos os sistemas corporativos da ALESP, inclusive unindo Intranet e Internet, enriquecendo a experiência de gestão dos processos de reter e disseminar o conhecimento da instituição e de diálogo com os usuários, com vistas ao fortalecimento da democracia representativa e participativa.

Seu modelo conceitual, portanto, está orientado para a **articulação compartilhada de múltiplos produtores de informações e conteúdos** [grifo nosso], cuja inclusão não depende de um webmaster centralizado, porque é prevista para ser realizada pelos próprios produtores e autores dessas informações (Web2).

É justamente essa dinâmica descentralizada que faz a diferença entre um portal e um site. Enquanto um site é gerenciado por um único departamento, normalmente o de informática, um portal pressupõe a colaboração direta de vários setores, o que permite que um volume muito maior de informações possa ser disponibilizado com grande rapidez³⁷.

Segundo documento do Comitê³⁸, todos – deputados, funcionários e cidadãos – são, ao mesmo tempo, autores (que alimentam o portal com algum tipo de informação) e usuários (que recebem as informações).

A possibilidade do cidadão ser autor tem começado a caminhar com a disponibilização de ferramentas, como a *Audiências Públicas do Orçamento* e a *Emendas on line*. A primeira permite que a pessoa poste sugestões para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), com possibilidade de um deputado utilizá-la. Nesse caso, ela será

³⁷ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2007.

³⁸ O PORTAL DA ALESP www.al.sp.gov.br. Comitê executivo do Portal. Out. 2009.

divulgada no portal (na página *Audiências Públicas – Orçamento 2010*), como sendo uma emenda adotada por um deputado. Já a segunda permite que o cidadão encaminhe uma emenda orçamentária, via sistema, ao deputado de sua escolha. Esses recursos só ficam disponíveis durante o processo de elaboração orçamentária. Além disso, está em fase final de desenvolvimento, o *Banco de Projetos* que permitirá que pessoas e entidades enviem projetos para a Assembleia. “Após análise de grupo técnico de servidores especializados da Casa, serão encaminhadas à Comissão de Legislação Participativa, para formulação do respectivo projeto de lei ou propositura compatível. A autoria do projeto constará como da Comissão de Legislação Participativa com destaque para a autoria popular”³⁹.

Outro canal de participação ativa do cidadão que já está desenvolvido e testado, mas ainda não está disponível é o *Fórum de Discussão* que permitirá o debate de temas relevantes. Sua implantação implica na definição de moderadores – definidos pelas lideranças junto com o Comitê – não para cercear a liberdade de opinião, mas para não permitir o uso ilegal, em especial o comercial, de um canal público, o que poderia acarretar na responsabilização da administração da ALESP. Aqui, porém, cabe um comentário. De acordo com o que pesquisamos, mais importante ainda deve ser o papel do moderador, que segundo Wilhelm (apud FREY, 2000):

“Ao construir pontes – seja resolvendo conflitos, planejando o futuro dos bairros, resolvendo problemas colaborativamente ou priorizando assuntos – um facilitador competente e confiável é frequentemente necessário para gerenciar o fórum e criar ordem no caos potencial”.

Atualmente, o portal disponibiliza: prestação de contas do uso das verbas de gabinete de cada deputado; consultas aos projetos de lei que estão tramitando e seu histórico (situação e localização); pesquisas de deputados e as normas estaduais propostas por cada um (leis, emendas e outras); consultas a publicações e documentos (atas das comissões, por exemplo); notícias da Assembleia; agenda com a relação de todos os eventos da Casa; mural com cartazes e convites eletrônicos de eventos; acesso *on line* à programação da TV Assembleia e à TV Web (câmeras mostram, ao vivo, as atividades nos plenários da Casa), ao Diário Oficial (Diário da Assembleia), entre outros.

³⁹ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2010.

1.4.2.2.2. Diretrizes que orientam o planejamento do portal⁴⁰

Faz parte do modelo conceitual do portal, o foco principal no cidadão. Para isso, algumas diretrizes orientam o planejamento e avaliação de recursos e conteúdos:

- saber o que é a Assembleia Legislativa, como funciona e o que acontece nela;
- encontrar informações sobre os deputados, o andamento dos trabalhos e os resultados dessas ações;
- interagir com o Parlamento, participar das discussões e deliberações e apresentar propostas de legislação, fiscalização e controle;
- obter informações para estudar temas relevantes em políticas públicas e para resolver problemas individuais e coletivos;
- demandar e realizar ações e serviços ou apresentar propostas de fornecimento;
- acompanhar processos;
- conhecer as características dos mecanismos da democracia representativa e da democracia direta nos termos constitucionais.

Além disso, o Ato 05/2005 também explicita a importância de realizar diagnósticos que levantem os perfis dos usuários atuais e potenciais, a fim de contribuir no desenvolvimento do modelo conceitual do Portal da ALESP e nos trabalhos do Comitê.

Um dos reflexos do foco no cidadão é a implementação de recursos de **personalização e segmentação**. Ao se cadastrar no portal, pode-se selecionar os assuntos de seu interesse⁴¹ e informar quais são os segmentos⁴² a que pertence. Estas informações permitem que quando se está *logado* o portal apresente as notícias e os destaques⁴³ orientado pelo perfil. Segundo Tania Mendes, coordenadora do Comitê do Portal, planeja-se que a personalização chegue ao ponto de permitir que o internauta organize o *layout* da página de acordo com seu gosto e interesse. Tais recursos são necessários e demandam constante processo de aprimoramento para que o internauta possa ter uma experiência agradável ao utilizar o Portal, mostrando-se como um

⁴⁰ O PORTAL DA ALESP www.al.sp.gov.br. Comitê executivo do Portal. Out. 2009.

⁴¹ Administração Pública, Agricultura e Pecuária, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Assuntos Internacionais, Assuntos Metropolitanos, Assuntos Municipais, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social, Direitos Humanos, Direitos do Consumidor, Economia e Planejamento, Educação, Energia, Esportes e Turismo, Finanças e Orçamentos Públicos, Fiscalização e Controle, Funcionalismo, Habitação, Justiça e Cidadania, Legislação, Licitação de Bens e Serviços, Meio Ambiente, Previdência Social, Promoção Social, Proposições, Relações do Trabalho, Saúde e Higiene, Segurança Pública, Serviços e Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

⁴² Parlamentares, Funcionários da ALESP, Fornecedores, Jovens, Terceira Idade, Servidores e Gestores, Necessidades Especiais (expressão em desuso), Pesquisadores, Estudantes, Entidades e Organizações, Outros.

⁴³ Destaques são links que funcionam como atalho para páginas relevantes que são disponibilizados no lado direito da tela. Segundo a coordenação do Comitê do Portal, o aumento dos destaques é um dos indícios que a estrutura dos menus merece uma revisão.

canal útil e importante para a relação comunicacional entre a sociedade civil e o Parlamento, de acordo com seus interesses.

1.4.2.2.3. Gestão do portal

O portal é de responsabilidade do **Comitê Executivo do Projeto Portal da ALESP**, criado a partir do Ato 05/2005 da Mesa, e possui a seguinte composição: Secretário Geral de Administração; Secretário Geral Parlamentar; Diretores dos departamentos de Informática e Desenvolvimento Organizacional (DIDO), de Comissões, de Documentação e Informação, de Comunicação, Parlamentar; Diretor Presidente do Instituto do Legislativo Paulista; Diretor da Divisão de Desenvolvimento Organizacional do DIDO; além de uma equipe de tecnologia da informação e comunicação. A coordenação do Comitê é de responsabilidade da servidora *Tania Rodrigues Mendes*. Além disso, está previsto no Ato, **a possibilidade de se criar subgrupos com a participação de diversos órgãos da ALESP para o desenvolvimento de trabalhos específicos.**

O Comitê gere o portal e é responsável por ele. Ele não é um órgão de nenhuma Secretaria da Assembleia Legislativa, mas um processo de trabalho e comunicação que objetiva elaborar planos e políticas a serem analisados e aprovados pela Mesa, que servirão de diretrizes do processo permanente de funcionamento e manutenção do portal. Dentre as competências do Comitê, enumeradas no Ato 05/2005, destacam-se:

- I – elaborar e manter plano de trabalho;
- II – desenvolver o Modelo Conceitual Pleno do Portal, definindo visão, foco, missão, objetivos, arquitetura de informações, produtos e serviços, matriz de responsabilidades e estratégias de resultados e de implantação;
- III – propor as políticas referentes às dimensões internas e externas de:
 - b) metadados, tais como vocabulários controlados, taxonomias, e outros;
 - c) inclusão, admissibilidade e exclusão de conteúdos, com tabelas de temporalidade e definição de responsabilidade desconcentrada e distribuída;
 - d) comunicação;
 - e) interatividade e relacionamentos internos e externos;
 - h) validação de conteúdos;
 - i) comunidades virtuais (internas e externas);
- VII – definir classificação de assuntos, catálogo referencial e estilos;
- VIII – definir prazos de validade de conteúdos e as responsabilidades pela sua manutenção;

- IX – definir lógica, padrões, cores, estrutura e identidade visual do leiaute;
- XI – definir regras gerais e *workflow* para as áreas administrativa e parlamentar;
- XII – estabelecer padrões de estrutura, cores, conteúdos, cadastros e outros necessários ou exigidos pelas ferramentas adotadas e para o pleno funcionamento dos recursos de comunidades virtuais;
- XIV – elaborar plano de integração com informações de sítios ou entidades externas;
- XV – estabelecer diretrizes e critérios de identidade visual. (grifos nossos)

1.4.2.2.4. Gestão de conteúdo

São instrumentos de trabalho do Comitê a **Matriz de Responsabilidade** e a **Gestão por Projetos**.

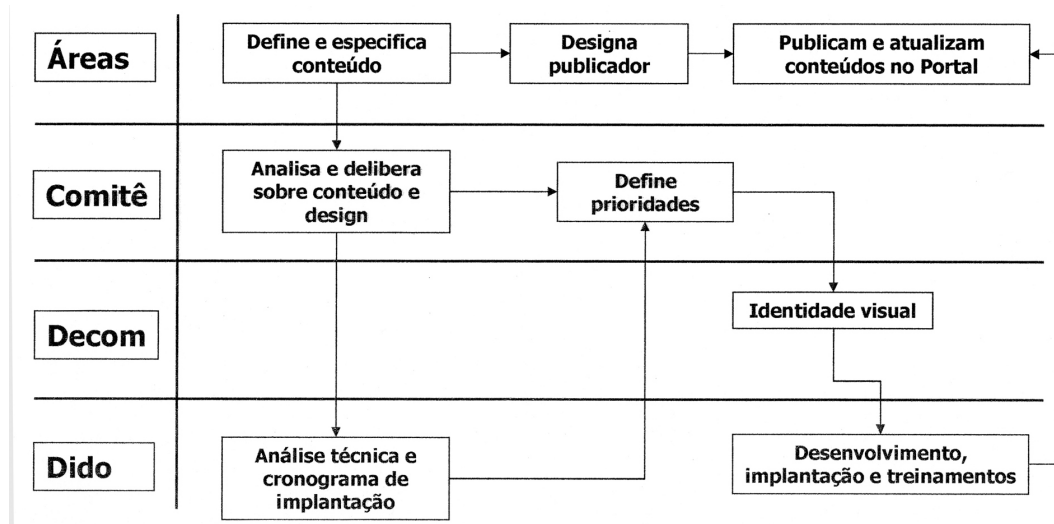
A matriz permite identificar de forma detalhada todos os conteúdos do Portal, os responsáveis por sua produção e atualização e a forma como são publicados. A gestão por projetos sustenta a realização efetiva dos trabalhos e a implementação do planejamento estratégico, periodicamente aprovado pela Mesa Diretora da Assembleia⁴⁴.

De acordo com o Comitê, são necessários até no máximo sete passos para que uma publicação ocorra:

- solicitação de atualização ou inclusão de conteúdo;
- avaliação de conteúdo;
- análise técnica e definição do prazo de implantação;
- deliberação sobre a prioridade de implantação;
- desenvolvimento, implantação e capacitação da equipe;
- publicação do conteúdo.

Neste processo, além das áreas publicadoras, estão envolvidos o Comitê Executivo do Projeto Portal, o Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional e o Departamento de Comunicação.

⁴⁴ O PORTAL DA ALESP www.al.sp.gov.br. Comitê executivo do Portal. Out. 2009.



Órgãos responsáveis pelo Portal da ALESP – fluxograma de trabalho

1.4.2.2.5. Próximos passos

O planejamento do biênio 2010/2012 prevê, entre outras coisas:

- melhoria da busca no processo legislativo e ampliação para os procedimentos de fiscalização, controle e investigação, que tem como pré-requisitos o desenvolvimento e implantação da nova versão do Sistema de Processo Legislativo (SPL) o qual vai integrar os sistemas referentes ao processo legislativo e a digitalização, sistematização e tratamento da informação dos documentos recebidos (atualmente em papel) de entidades fiscalizadas e do Tribunal de Contas do Estado (TCE);
- universalização do sistema de notificação do SPL que transmite informações sobre tramitação de projetos de interesse. [Hoje o sistema é limitado apenas às instituições não-governamentais conveniadas à Assembleia através de protocolo de intenções como forma de diminuir as distâncias entre este poder e a sociedade civil organizada];
- resolução dos gargalos de infra-estrutura;
- implantação da ferramenta de campanhas *Dialog* que permitirá à ALESP, através da Divisão de Comunicação Social, a administração de malas diretas eletrônicas, inclusive de forma segmentada, valendo-se do cadastro de usuários do Portal.

1.4.2.2.6. Outros projetos previstos

- Em 2008, um novo layout do portal entrou no ar, mas já se faz necessário um aperfeiçoamento da interface (readequação do *layout* e da árvore de menus). Está prevista a realização de estudo técnico de usabilidade⁴⁵ e acessibilidade e a contratação de profissional especialista em *webdesign* pelo Departamento de Comunicação, a fim de tornar a navegação do portal mais simples, amigável e racional, de acordo com as necessidades dos usuários;
- Disponibilização de áudio de todas as sessões e reuniões da Assembleia;
- Banco de imagens de notícias e do Acervo Histórico;
- Palavra do deputado: espaço para artigos de deputados sobre temas relevantes com textos e imagens publicados diretamente pelos próprios gabinetes;
- Jogo interativo (processo legislativo virtual) produzido por empresa especializada a ser contratada;
- Glossário;
- Tour virtual;
- Fluxo animado do processo legislativo;
- Divulgar o portal em grandes meios de comunicação como rádio e TV;
- Entre outros.

1.4.2.2.7. Dificuldades e barreiras

Um dos objetivos, ao iniciar esta monografia, foi mapear as barreiras para implementações de novos serviços na Internet. Analisando documentos e entrevistando membros do Comitê, levantaram-se os seguintes desafios:

Falta de recursos humanos na equipe de Tecnologia da Informação (TI). Este é um dos problemas que persiste há anos, decorrente de longo período sem concurso público para preencher o quadro de servidores para atender a demanda das implementações de novos recursos e da manutenção do portal. A equipe atual é qualificada, porém hoje está dividida entre projetos ligados à área parlamentar e a administrativa (que está bem defasada em relação à primeira). Uma das soluções encontradas tem sido a contratação de empresa externa, como a PRODESP.

⁴⁵ A usabilidade é um atributo de qualidade relacionado à facilidade do uso de algo. Mais especificamente, refere-se à rapidez com que os usuários podem aprender a usar alguma coisa, a eficiência deles ao usá-la, o quanto lembram daquilo, seu grau de propensão a erros e o quanto gostam de utilizá-la. Se as pessoas não puderem ou não utilizarem um recurso, ele pode muito bem não existir. (NIELSEN, 2007, p. xvi)

Vontade política. Numa casa essencialmente política, a vontade política tem um peso grande. Se o portal é colocado como prioridade, principalmente pela Mesa Diretora, os problemas têm mais chance de serem solucionados em menor prazo de tempo.

Liberação de recursos. Conforme Tania Mendes, apesar da autonomia entre os poderes, quem libera o dinheiro para a Assembleia é a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado (SEPLAN). Para maximizar as possibilidades de aproveitamento dos recursos programados no Orçamento, deve-se dedicar maior atenção para que as preparações das licitações de grande porte na ALESP, assim como o calendário de realização de licitações e pregões e os prazos de entrega estejam alinhados ao cronograma e os prazos de gestão da execução orçamentária controlados pela SEPLAN (de março a novembro).

Infraestrutura. Dois problemas relacionados à infraestrutura limitam o número de usuários simultâneos e, por vezes, deixam o portal indisponível. O primeiro é a instabilidade de fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária Eletropaulo. A outra dificuldade é a conexão com a internet, fazendo-se necessária a melhoria da mesma, além de garantir investimentos em equipamentos de rede e de telecomunicações instalados no Palácio 9 de Julho, prédio sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

1.4.2.3. Instituto do Legislativo Paulista (ILP)

O Instituto do Legislativo Paulista foi criado pela Resolução 821, em 14 de dezembro de 2001, e regulamentado pelo Ato 25/2002 da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Sua finalidade é:

- estudar, pesquisar e dar subsídios para os trabalhos parlamentares e ações legislativas na área de políticas públicas;
- propiciar a capacitação e o aprimoramento profissional de seus servidores e
- buscar a integração da sociedade com o Poder Legislativo, cultivando a cidadania em todos os seus aspectos⁴⁶.

Dentre os objetivos do instituto relacionados no artigo 3.º do Ato 25/2002, vale destacar alguns que têm relação mais próxima com nosso objeto de estudo:

⁴⁶ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, 2007.

I - realizar estudos, pesquisas e debates para o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas no Estado;

IV - realizar estudos, atividades e debates sobre o Estado, o Poder Legislativo, ética, cidadania e projetos de desenvolvimento, visando ao aprimoramento social e da democracia [grifo nosso];

V - preparar, elaborar e acompanhar a implantação de convênios e protocolos de cooperação técnica a serem firmados pela Assembleia Legislativa com outros institutos, órgãos públicos e universidades;

VI - propor ações legislativas na área de políticas públicas, objetivando maior interação do Poder Legislativo com a sociedade e o aperfeiçoamento da participação política;

XI - realizar estudos, seminários, campanhas e debates, para orientar a legislação participativa e a iniciativa popular, capacitando lideranças sociais para acompanhar as ações da Assembleia Legislativa [grifo nosso].

Observando as atividades realizadas pelo instituto, nos últimos anos, e dialogando com seu Diretor Presidente Roberto Lamari⁴⁷ (há, aproximadamente, dois anos e meio a frente do instituto), percebe-se que sua equipe tem se empenhado em alcançar seus objetivos, esforçando-se para cumprir o plano de trabalho apresentado no início de sua gestão e estabelecendo importantes parcerias internas e externas (com pessoas e instituições), para viabilizar grande parte das atividades planejadas, mesmo com limitações orçamentárias.

Segundo Lamari, nos sete primeiros anos de sua existência, o ILP qualificou 500 pessoas, através de 15 cursos e eventos, aproximadamente. Já no segundo semestre de 2007 foram realizados dez cursos. Em 2008, a soma do número de atividades superou tudo que já se havia feito em toda a história do ILP. Em aproximadamente dois anos, foram qualificadas por volta de 6 mil pessoas, recebidas mais de 10 mil inscrições, e foram realizados por volta de 80 cursos, todos gratuitos⁴⁸.

⁴⁷ Entrevista concedida no dia 3 dez. 2009.

⁴⁸ De acordo com dados do instituto, o ILP concluiu o ano de 2009 tendo realizado 43 cursos, incluindo palestras e seminários (todos gratuitos) contando com a colaboração de 130 professores. Nestes cursos, foram qualificadas 3.559 pessoas, de um total de 5.854 inscritos, o que representou mais de 1.300 horas/aula. Algumas atividades realizadas: 1.º Encontro Estadual de Agentes Públicos; 14.º Encontro da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo; A Inclusão Social das Pessoas com Deficiência no Brasil: como multiplicar esse direito; Ciência Política (IV e V); Controle Social da Administração Pública; Extensão em Gestão Pública; Filosofia e Política; Formação Política (exclusivo para a Fundação Casa); Iniciação Política (presencial): realizado nos CICs (módulo 1 - 10 turmas; módulo 2); Iniciação Política (EAD); Iniciação Política (presencial): Juventude Partidária, Subprefeitura da Vila Prudente/Sapopemba e Câmara Municipal de Suzano; Jornada Perspectivas de Reforma do Estado Brasileiro; Legislação coerente, justiça eficiente: o papel do Legislativo e do Executivo no contexto da Legística; Literatura e Política; Marketing Político e Mídias Sociais; Palestra: Mulheres e Literatura; Participação Prática Democrática; Pós-Graduação em Governo e Poder Legislativo; Pós-Graduação em Gestão Pública Legislativa; Processo Legislativo (duas turmas); Semana do Meio Ambiente; Temas de Gestão Pública; Urna Eletrônica – Jornada pelo Aperfeiçoamento.

Um dos grandes méritos do instituto foi ter ampliado sua ação para fora dos limites geográficos do prédio da ALESP, através de ações presenciais nos Centro de Integração da Cidadania (CICs), por exemplo, e através do Ensino a Distância (EAD). Nas páginas a seguir, daremos mais detalhes deste importante programa.

1.4.2.3.1. Desafios para 2010

Mesmo prevendo limitações orçamentárias, no ano de 2010, o instituto pretende:

1. reeditar o curso de especialização em gestão pública com a USP;
2. realizar alguns cursos com a Unesp no ILP;
3. pensar num formato de curso pela TV Assembleia;
4. ampliar a oferta de cursos em EAD via Internet;
5. batalhar para criar escolas do legislativo nas câmaras municipais;
6. negociar para que em todos os contratos que forem feitos tanto com USP quanto com a Unesp haja um *link* de apoio a todas as comissões temáticas da Casa, pois *o instituto precisa ser uma ferramenta de qualificação do debate do parlamento*;
7. realizar o 2.º Encontro Estadual de Agentes Públicos;
8. realizar inúmeras palestras e cursos;
9. insistir junto aos setores competentes para que os funcionários da Assembleia que dão aula no ILP sejam remunerados de alguma forma, pois até hoje suas contribuições tem sido voluntárias.

1.4.2.4. Canais de comunicação da ALESP com a juventude paulista

Dentre os inúmeros meios e mediações existentes entre o Legislativo e a população, poucos são pensados para o público juvenil. Eis as iniciativas existentes na ALESP:

1. Visitas monitoradas.
2. Curso de Iniciação Política do ILP.
3. Lanchonete-escola.
4. Parlamento jovem paulista.

1.4.2.4.1. Visitas monitoradas

Consistem, em visitas dirigidas à sede da Assembleia, com uma hora de duração, agendadas previamente por telefone pelas escolas interessadas. Esta iniciativa procura colaborar para que o jovem saiba da existência da instituição, onde se localiza, quem a compõe e quais suas funções básicas.

O programa atende grupos de alunos (de 15 a 50 pessoas), com idade mínima de 12 anos, de instituições de ensino fundamental, médio e superior, além de grupos da 3.^a idade. Desde 1996, este programa está sob responsabilidade da Divisão de Comunicação Social – anteriormente era um trabalho do Serviço Técnico de Cerimonial.

Juliana Marinho, uma das monitoras, diz que os alunos chegam perdidos, muitos não sabem diferenciar o que é o deputado estadual, federal, o que é a Assembleia, o que é a Câmara. Eles chegam aqui perguntando ‘cadê o prefeito tal? Cadê o presidente?’. No final da visita, eles conseguem diferenciar os poderes e qual a função do deputado, por exemplo. Alguns reconhecem a importância de participar/acompanhar o trabalho dos deputados, para poder criticar.

As visitas ocorrem as terças, quartas e quintas-feiras das 14 horas às 15 horas. Como a agenda acompanha o calendário escolar, durante os meses de dezembro a janeiro, e no mês de julho, não há atividades.

1.4.2.4.2. Curso de Iniciação Política do ILP

O curso de Iniciação Política não é exclusivo para jovens, mas ver-se-ão que suas características e seus planos de expansão demonstram forte tendência em envolver este público. Atualmente, o curso é oferecido em duas modalidades: presencial e através do sistema Ensino a Distância – EAD.

O **curso presencial** aconteceu no ILP, nos Centro de Integração da Cidadania (CICs), na Câmara Municipal de Suzano, na Subprefeitura da Vila Prudente/Sapopemba e também foi oferecido, nas dependências do próprio ILP para a Juventude Partidária.

Em parceria com a Fundação Mário Covas, com a Fundação Konrad Adenauer e com a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo – responsável pelos CICs – foram formadas 10 turmas do **Iniciação Política Módulo 1** e uma turma piloto do **Módulo 2**, nos CICs localizados na periferia da Grande São Paulo⁴⁹. Os encontros aconteceram aos sábados, das 9h00min às 12h20min e formaram 527 alunos no módulo 1 e 30 no módulo 2.

A Secretaria da Justiça além de oferecer a estrutura dos CICs para as aulas, também realiza o transporte dos professores e estagiários. O ILP organiza as inscrições e disponibiliza um estagiário em tempo integral para zelar pelas atividades. Já a Fundação Konrad Adenauer, envia o material e garante a remuneração dos professores – aqueles que são funcionários da Assembleia são voluntários. Segundo Lamari, inicialmente, a Fundação Konrad Adenauer não queria realizar este projeto. Após um processo de convencimento, este saiu do papel, sendo que num primeiro momento foram montadas duas turmas teste, em 2008: uma em Guarulhos e outra no ILP. Hoje, os responsáveis pela Fundação estão impressionados e pretendem até publicar um livro sobre a experiência.

A divulgação e a inscrição dos cursos – que são destinados a qualquer pessoa, independente da idade, grau de instrução ou filiação partidária – são feitas na página do ILP na Internet (link acessado através do Portal da Assembleia) e nos CICs. Tudo isso permite que haja um público bastante heterogêneo abrangendo desde jovens a idosos. A grande maioria dos alunos trabalha, muitos atuam na área da educação, outros são filiados a partidos políticos...

O curso é suprapartidário (característica ressaltada aos educadores e percebida e elogiada pelo cursistas). Seu conteúdo passa pelos conceitos de democracia e ética; funcionamento do Estado brasileiro; história de nossa participação política e os partidos nacionais. Há poucas desistências, e chega a ocorrer o aumento do número de alunos de uma aula para a outra.

Os matriculados recebem o material antes de começar o curso (apostila, caneta e bloco de anotações), além de livros da Fundação Konrad Adenauer (marketing político, ciência política, 40 anos da fundação etc). Os CICs preparam um café da manhã para as turmas. Na segunda aula, já vira café comunitário, cada um já traz mais alguma coisa para incrementar. Percebe-se que os alunos voltam empolgados nas aulas seguintes, e que há uma demanda por este tipo de formação,

⁴⁹ CIC Casa da Cidadania-Vila Guarani (Jabaquara), CIC Sul-Jardim São Luis, CIC Ferraz de Vasconcelos, CIC Francisco Morato, CIC Norte-Jaçanã, CIC Feitico da Vila-Capão Redondo, CIC Leste-Itaim Paulista, CIC Oeste-Estrada de Taipas, CIC Guarulhos-Pimentas, CIC Campinas-Vida Nova

observa Lamari. O curso ainda usa torpedos SMS para convidar os alunos a participar da próxima aula. Há lista de presença e, ao término do curso, os alunos recebem certificado.

Ao final de cada aula, há questionários de avaliação do professor e do curso, que também são utilizados na coleta de dados que permitem traçar o perfil dos alunos. As informações já colhidas deverão ser utilizadas de forma a colaborar com o aperfeiçoamento do curso e também para traçar outras ações. Entre essas informações é possível saber se eles se informam politicamente e como se informam, qual o partido de preferência, qual o conhecimento de política, idade etc.

Em 2010, o curso continuará, as parcerias serão reafirmadas e planeja-se a implantação do Módulo 2, a fim de formar multiplicadores do Módulo 1. A apostila já foi feita e o curso piloto foi testado em dezembro de 2009 em Ferraz de Vasconcelos. As pessoas que fizeram o curso um ano atrás, foram convidadas a participar do Módulo 2, via torpedo SMS. Dos 60 que fizeram o primeiro curso, 40 apareceram para fazer o segundo. A ideia é que no terceiro ano, os formados do Módulo 2 possam dar o Módulo 1. A meta será formar com os dois módulos 1.000 cidadãos.

Já o **curso de Iniciação Política através da Internet** (<http://ilp.ensinar.org>), de caráter suprapartidário e gratuito, possui aproximadamente mais de 1.000 pessoas cadastradas⁵⁰. O curso possui 5 módulos, com exercícios ao final de cada um e uma prova de avaliação ao final do curso. Só recebe o certificado aquele que obtiver nota igual ou acima a 7. Há a preocupação técnica em garantir que o curso consiga ser visualizado em qualquer computador.

Visitando o curso, constata-se que sua plataforma poderia ser aperfeiçoada, pois os recursos de interatividade são bem limitados. É possível visualizar os usuários cadastrados, saber se estão *online*, enviar mensagens para um, vários ou todos os cadastrados, porém, não há um filtro para selecionar apenas aqueles que estão *online*, que estão aprovados, que estão fazendo o curso e em que capítulo estão, em determinado módulo. É um tipo de implementação simples que facilitaria a interação entre os alunos.

O recurso de fórum não é utilizado, não há nenhum botão ou link que permita ao usuário criar um tema a ser discutido – talvez apenas aqueles cadastrados como professores/coordenadores ou tutores possam fazê-lo.

⁵⁰ Para visualizar esta informação, deve-se cadastrar como aluno e entrar em *Pessoas* no menu *Opções do Curso*.

O sistema permite que o usuário crie anotações, uma espécie de um caderno virtual. Além disso, possui um glossário com quase 300 verbetes, porém alguns não esclarecem nada. Por exemplo, a palavra *alardeava* significa *alardeava*...

O curso só utiliza textos e ilustrações, não se valendo de conteúdo audiovisual, provavelmente devido à preocupação mencionada de ser visualizado em qualquer computador.

O site também poderia indicar o endereço da página da ALESP/ILP em algum momento, como ao se desconectar, por exemplo. Seria uma forma de fortalecer o vínculo entre o cidadão e o Poder Legislativo.

Para 2010, já está garantida parceria com os *telecentros* da cidade de São Paulo, espalhados em mais 350 pontos, e também com o programa *Acessa São Paulo* do Governo do Estado, implantado em mais de 450 municípios. Dessa forma, o curso será disseminado na maior cidade do país e em grande parte dos municípios. A previsão dos técnicos responsáveis pelos telecentros é que se alcance 50 mil alunos, mas Lamari é mais conservador, e acredita que se tiver 5 mil alunos “vai ser fantástico”. E, além disso, está em negociação a entrada do curso na *Rede do Saber* que é da Secretaria Estadual de Educação. Se der certo, o curso será estimulado em todas as escolas estaduais do Estado de São Paulo, ou seja, vai atingir os 645 municípios do estado.

1.4.2.6.3. Lanchonete-escola

Em 14 de março de 2006, foi inaugurada no Palácio 9 de Julho (sede do Legislativo Paulista), a Lanchonete-escola, ligada ao projeto Escola Arte Culinária⁵¹, destinada a profissionalização de jovens entre 17 e 20 anos e seis meses. A cada semestre (duração do curso) são capacitados até 120 jovens que recebem uma bolsa-auxílio. É um projeto realizado em parceria com a prefeitura de São Paulo (responsável pelo pagamento da bolsa-auxílio), a ONG Instituto Mensageiros, a Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL (responsável pelas aulas teóricas) e a Associação de Franquias Solidárias (Afras).

⁵¹ Disponível em <http://www.institutomessageiros.org.br/projetos.php?id=3> Acesso em 26 jan. 2010.

1.4.2.6.4. Parlamento Jovem Paulista (PJP)

O Parlamento Jovem Paulista (PJP) foi o primeiro do gênero no Brasil e serviu de referência aos demais que surgiram nos legislativos federal, estaduais e municipais do país. Ele foi instituído pela Resolução n. 789/1999, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), e seu objetivo principal é de *possibilitar aos estudantes uma visão de alguns aspectos da democracia participativa*, através da vivência de um dia de sessão parlamentar, esclarecendo sobre a razão de ser, as funções e o cotidiano do Poder Legislativo⁵².

Cada aluno participante escolhe um dos partidos temáticos⁵³ disponíveis e escreve um projeto que se relacione com o partido. Apenas um é selecionado pela escola para ser inscrito e participar da seleção. Os noventa e quatro autores dos projetos selecionados vêm para a Capital para serem diplomados e exercerem seu mandato de deputado jovem por um dia.

No plenário, os jovens têm a grande oportunidade de vivenciar, uma síntese do processo legislativo: defendendo e votando projetos, elegendo mesa diretora etc. É um programa que empolga os participantes e os motiva a participar de outras edições e também mais efetivamente do processo democrático.

“Eu tive um aprendizado muito grande porque eu conheci várias pessoas de realidades diferentes, mas o mesmo sonho, né... (...) 94 projetos diferentes mas com a mesma opinião, assim, de conseguir transformar o mundo como tá e transformar em um mundo melhor, né. (...) e pra esse ano eu vim com muito mais vontade de aprender de novo e me dediquei muito mais pra estar aqui.” (Mariane Mateus, deputada jovem reeleita, 2007).

“Agora eu tô tomando gosto, mas ainda é meio cedo pra decidir carreira política, mas quem sabe um dia”. (Vanessa Pires, 15 anos, deputada jovem reeleita, 2007).

“O que mais me chamou a atenção foi ver a humildade dos políticos, dos deputados para com os deputados jovens” (Eliseu Conceição, deputado jovem, 2007).

“Está sendo uma experiência de vida muito grande mesmo, ainda mais depois de tudo o que nós ouvimos, os deputados falarem, me deu uma consciência muito maior que isso aqui representa pro país.” (Thais Fernanda Campagnaro, deputada jovem, 2007).

⁵² PARLAMENTO Jovem Ensino Médio 2005, p.1

⁵³ São 12 partidos disponíveis: agricultura, cultura, defesa do consumidor, direitos humanos, educação, emprego, esportes, habitação, juventude, natureza, saúde e segurança pública.

A sessão é transmitida pela TV ALESP e publicada no Diário Oficial. O programa iniciou em 1999 com alunos do ensino fundamental (a partir da 5.^a série) e em 2002, foi estendido para o ensino médio. Desde então, alterna-se a cada ano o nível de escolaridade. A melhor divulgação é o boca-a-boca dos alunos/escolas que já participaram. Alguns deputados colaboram divulgando em sua base eleitoral.

Dificuldades: Uma grande dificuldade é trazer escolas novas. Dentro da escola, o problema é encontrar direção e professores que queiram desenvolver este trabalho e alunos que queiram pensar e encarar este trabalhoso desafio.

Resultados: Em 2005, houve deputado estadual que escreveu projeto de lei baseado em propostas do PJ; o programa é referência para legislativos municipais, estaduais e até o federal que implantaram programas semelhantes baseados na experiência pioneira da ALESP; alguns estudantes que estrearam no PJ, hoje são vereadores ou líderes estudantis em universidades como a USP⁵⁴ Ao questionar os jovens, no final de uma edição do PJP, sobre o que eles levam desta experiência, Sônia Hernandes, responsável pelo Parlamento Jovem, escuta que

eles entraram aqui de um jeito e saíram de outro. Eles perceberam que podem sonhar, que o sonho deles tem resposta e que não é tão difícil assim colaborar com um Estado melhor, um lugar melhor, um país melhor. (...) a importância do Parlamento Jovem é justamente essa, é uma semente que a Assembleia de São Paulo planta no futuro, uma sementinha de cidadania e democracia participativa. (...) fica para eles uma experiência de vida fantástica, eles saem conhecendo outras pessoas, outras realidades, percebem que o mundinho deles é muito pequeno e que eles podem ampliar estes horizontes⁵⁵.

Desafios sobre o uso da internet: Atualmente, o Parlamento Jovem tem uma página dentro do portal da Assembleia, porém julgamos ser subutilizada. O conteúdo se limita a disponibilizar o manual de cada edição e informar como foi criado o Parlamento Jovem, qual é seu regimento interno, como fazer um projeto e quais foram os deputados jovens e projetos de lei selecionados e as reportagens elaboradas pela Divisão de Imprensa da Assembleia sobre o programa (a partir de 2005).

Acreditamos que este espaço poderia ser uma das brechas para se integrar e construir canais **permanentes** de aproximação e diálogo entre o Legislativo e a juventude, através da internet. Por que não ter um *link* com o curso de Iniciação Política do ILP e com outras atividades de interesse da juventude, por exemplo?

⁵⁴ SÃO PAULO (ESTADO). Assembléia Legislativa, dez.2005.

⁵⁵ Entrevista em 28 abril 2006.

1.4.2.6.5. O principal interlocutor

Apesar de todos esses meios institucionais, **o principal interlocutor entre a ALESP e a população são os grandes meios de comunicação comerciais** como os canais de TV, as emissoras de rádio e os jornais de grande circulação, entre outros, pois são acessíveis a maior parte da população e a repercussão na sociedade do que é veiculado pode influenciar sobre as tomadas de decisão na instituição.

1.5. A Assembleia vista pela sociedade paulista

Segundo estimativas da PNAD 2008, São Paulo tem mais de 40 milhões de habitantes, mais de 38 milhões residem em área urbana. São mais de 29 milhões de eleitores, segundo dados do TSE – Tribunal Superior Eleitoral⁵⁶. Formado por 645 municípios, é marcado por realidades socioeconômicas e culturais totalmente diferentes.

Os dados aqui apresentados são fruto de uma pesquisa de opinião quantitativa, realizada pela FORMAR – Formação, Capacitação, Marketing e Pesquisa (2005), a pedido do Departamento de Comunicação da ALESP. A pesquisa foi realizada entre os dias 26 de julho e 7 de agosto, de 2006, entrevistando 1.243 eleitores a partir de 16 anos, sendo 348 na Capital, 200 na Grande São Paulo e 695 nos principais municípios do interior do Estado. O intervalo de confiança está estimado em 95%, com margem de erro de três pontos percentuais, para mais ou para menos, sobre os resultados do total da amostra. Em nosso trabalho anterior pode-se encontrar todas as planilhas e uma análise dos vários dados sistematizados.

O objetivo agora é apresentar um resumo dos dados mais latentes sobre a relação da ALESP com a sociedade paulista.

⁵⁶ Disponível em http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/evolucao_eleitorado.htm Acesso em 26 jan. 2010.

1.5.1. Sobre a ALESP e os deputados estaduais

1.5.1.1. Onde está a ALESP?

Os mais jovens acertaram menos: 54,35% de 16 a 17 anos, 52,16% de 18 a 24 anos e 51,89% de 25 a 34 anos.

Daqueles que responderam São Paulo, nenhum jovem de 16 e 17 anos acertou, sendo que 92% deles não souberam responder.

1.5.1.2. O que a Assembleia faz?

Entre os mais jovens de 16 a 24 anos, a opção *fazer leis para todo Brasil* ficou em segundo lugar, expressando uma confusão com o legislativo federal.

1.5.1.3. Quem faz parte?

Questionados sobre o número de deputados, os que menos acertaram foram os adultos de 45 a 59 anos (27,96%), seguidos dos jovens de 16 e 17 anos (28,26%) e dos de 18 a 24 anos (28,88%). A média de acerto foi de 30,57%.

1.5.1.4. Ações realizadas

A grande maioria dos entrevistados (94,37%) não soube citar alguma ação da ALESP. Os que demonstraram maior desconhecimento foram os **jovens de 18 a 24 anos**. 96,55% não souberam responder e 1,29% indicaram CPI/mensalão (as CPIs não vinham sendo realizadas pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na época da pesquisa, há cerca de quatro anos. Já o escândalo do “mensalão” está ligado ao legislativo federal), resultando na **ínfima fatia de 2,16% de entrevistados que responderam *fazer leis***.

1.5.1.5. O que faz um deputado estadual?

55,03% dizem não saber o que faz um deputado estadual. Quanto mais jovem, maior a dúvida. Enquanto 40,88% dos idosos de 60 anos ou mais desconhecem a função, os jovens de 16 e 17 anos são quase 70% (69,57%).

1.5.2. Sobre as relações comunicacionais da Instituição e dos deputados com a população

1.5.2.1. Já ouviu falar da Assembleia?

Em relação a este tema, grande parte dos entrevistados (86,08%) disse já ter ouvido falar da Assembleia, os jovens de 16 e 17 anos são 82,61%.

Dos que já ouviram falar, **81,05% têm nos meios de comunicação o seu principal interlocutor**. Amigos e parentes vêm bem atrás com 8,54% e políticos da cidade com 6,58%. Diante desses números, podemos inferir que apesar das pessoas ouvirem falar da Assembleia através dos meios, **o assunto não é multiplicado** nos diálogos da família, nem no círculo de amizades. Os eventos promovidos pela ALESP atingiram somente 2,22%.

Os mais jovens são os menos informados sobre o trabalho da ALESP, com destaque para os de 18 a 24 anos: 0,86% julgam-se muito informados, contra 8,6% do grupo de 45 a 59 anos e 42,67% julgam-se nada informados, contra 24,73% daquele grupo.

1.5.2.2. Meios institucionais conhecidos

As opções de meios de comunicação da ALESP consultadas foram: Diário da Assembleia, Portal da Internet, panfletos e TV Assembleia.

A TV Assembleia é o meio preferido, a partir dos 25 anos de idade. Para os jovens de 16 a 24 anos, o panfleto (material impresso) é o meio que mais conhecem.

Apesar de o portal ser pouco conhecido, os mais jovens o conhecem mais do que os mais velhos.

1.5.2.3. Meios e formas preferidos de relacionamento com a instituição e com o deputado

O meio de comunicação preferido para receber informações sobre a Assembleia é a televisão, em todas as faixas etárias. Em segundo lugar vem o jornal e o terceiro é dividido: **Internet, até os 34 anos**, e rádio a partir dos 35 anos. Os que apresentaram menor índice de rejeição a receber qualquer tipo de informação foram os adultos de 45 a 59 anos e os jovens de 18 a 24 anos, respectivamente.

A pesquisa, também revela que o relacionamento dos representantes (deputados) com os representados em geral é exíguo. Deixa a desejar, principalmente com os jovens: **52,17% de 16 e 17 anos não conhecem e 26,09% só de ouvir falar, o que dá 78,26% de relacionamento inexistente**. Na mesma lógica, vem o grupo de 25 a 34 anos com 43,99%, 29,74% e 72,17%, respectivamente.

Os grandes meios de comunicação são os interlocutores dos deputados:

1. TV (59,59%): os que mais assistem são as pessoas de 16 a 34 anos;
2. Jornal (15,26%);
3. Rádio (12,25%): adultos a partir dos 35 anos são os que mais ouvem.

Porém, 30,81% dos entrevistados acham que falta contato dos deputados com a população. Os adultos de 45 a 59 são os que sentem mais falta.

1.5.2.4. Pra quem tem TV a cabo

Apenas 19,87% dos entrevistados têm TV a cabo, sendo que os mais jovens têm mais acesso. Se, por um lado, o grupo de 16 e 17 anos é o que mais tem essa modalidade de TV, por outro é o que menos assiste a qualquer canal legislativo (70,59% nunca assistiram).

Entre os jovens que assistem aos canais legislativos, as preferências são:

- 18 a 24 anos: TV Câmara, seguida da TV Assembleia;
- 16 e 17 anos: TV Assembleia e TV Senado;
- 25 a 34 anos: TV Senado, seguida da TV Câmara.

Na classificação geral, a TV Senado vem em primeiro lugar (21,65%), a TV Câmara em segundo (20,27%) e a TV Assembleia em terceiro (17,18%).

Da relação citada de programas da TV Assembleia (telejornal *Jornal da Assembleia*, programas estilo mesa-redonda *Assembleia Debate* e *Arena Livre* e o biográfico dos deputados *Frente e Verso*), **a maioria dos jovens nunca ouviu falar de nenhum deles.**

Os jovens de 18 a 24 anos compõem a fatia da população que menos considera importante a existência dos canais legislativos. Mas a maioria reconhece a importância desses canais. Porém, ao serem questionados sobre o que gostariam de ver numa TV legislativa, 35,22% não souberam responder e 9,31% escolheram a opção nenhuma. Os jovens de 16 e 17 anos tiveram os maiores índices de rejeição, não sabendo responder ou escolhendo nenhum assunto, indicando sua possível descrença que uma TV legislativa ofereça algo que lhe interesse.

1.5.3. Sobre a percepção e os valores da população com relação à instituição

1.5.3.1. Graus de satisfação e de confiança

Apenas a minoria da população (27,35%) confia na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, talvez como reflexo da desconfiança que a população tem em relação aos políticos em geral.

Os jovens de 16 e 17 anos são os que menos confiam: 73,91%, seguido pelo grupo de 25 a 34 anos com 72,85% e depois os de 18 a 24 anos com 70,69%.

A insatisfação com o trabalho da instituição também está em alta: 42,88% estão insatisfeitos e 35,96% parcialmente satisfeitos. Os jovens estão um pouco mais insatisfeitos que os adultos.

1.5.3.2. Aprovação da atuação

Sua atuação é reprovada pela maioria (51,01%). Novamente os jovens são os mais descontentes: 56,03% de 18 a 24 anos não aprovam.

1.5.3.3. Reconhecimento da instituição

Sua presença não é reconhecida por 63,23% da população: os jovens de 18 a 24 anos correspondem a 71,12%.

1.5.3.4. Contribuição para o fortalecimento da democracia

Uma das poucas avaliações positivas é que 81,9% dos entrevistados acreditam que a ALESP contribui, de alguma forma, para o fortalecimento da democracia. Os jovens de 16 e 17 anos são os que menos acreditam na sua contribuição (17,39% contra a média de 13,19%).

1.5.4. *Quadro geral*

Apesar de mais de 80% dos pesquisados já terem ouvido falar da Assembleia, o número daqueles que realmente a conhecem é bem reduzido. No geral, a população possui uma percepção negativa da ALESP. Sua presença não é reconhecida e ela está distante da população que não sabe sua localização, não tem clareza de sua função e tem baixo índice de relacionamento com os deputados, além de não confiar nela, não provar sua atuação e não estar satisfeita com seu trabalho.

Os jovens de 16 a 24 anos são os que menos conhecem a Assembleia e seus deputados, e possuem as piores percepções a respeito deles. Os maiores índices de desaprovação da atuação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo estão entre os jovens: são eles que menos reconhecem sua presença como instituição e que menos confiam nela. São os mais jovens que também se relacionam menos com os deputados.

1.5.4.1. Questões macroestruturais

Duas questões macroestruturais, intimamente ligadas, que exercem grande influência nesse escasso contato da Assembleia com a população são: **esvaziamento das competências do legislativo estadual** e a sua **não-presença na pauta da mídia** (principalmente a TV).

Segundo Olívia GURJÃO (2005), a Constituição de 1988 **esvaziou o papel do Parlamento Estadual**⁵⁷, provocado pela concentração de poder na definição de leis e diretrizes na esfera federal e pela descentralização advinda da municipalização das políticas públicas e da autonomia dos municípios, em que as Câmaras Municipais assumiram responsabilidades antes conferidas aos Estados⁵⁸.

Apesar de haver a possibilidade de ampliação da atuação das Assembleias Estaduais através das competências concorrentes entre União, Estados e Distrito Federal descritas no artigo 24, Alexandre de Moraes (apud. GURJÃO, 2005, p. 11) pondera que *mesmo nas competências concorrentes, quando as Assembleias Legislativas exercem o seu papel, lamentavelmente, por uma mentalidade que já vem antes de 1988, o Supremo Tribunal Federal acaba declarando inconstitucionais as leis editadas pelas Assembleias Legislativas*.

Concordante com esse esvaziamento, Auro Caliman⁵⁹, ex-Secretário Geral Parlamentar, completa:

“então **você não tem competências pra ficar na mídia** [grifo nosso] como decidindo a vida das pessoas, por ordem da competência dos estados. Mas, mesmo assim, eu entendo que as Assembleias Legislativas têm um papel importante. É que os estados já estão estruturados e aí você, praticamente, não consegue notar isso no dia-a-dia. Mas, você tem três universidades estaduais no Estado de São Paulo, quem decide pela aplicação de 9,57% do ICMS para essas universidades é o Poder Legislativo. Você tem 1% do que se arrecada em tributos que vai para FAPESP. É o único estado do Brasil que, praticamente, mantém uma produção de pesquisa. Quase metade da pesquisa do Brasil é feita nas três universidades, porque a FAPESP também banca isso aí. Quem aprovou esse 1% foram os constituintes estaduais (...) são volumes muito grandes de recursos e que, simplesmente, você acaba não divulgando por intermédio da Assembleia, mas fica no dia-a-dia.

Na fala de Caliman, encontramos outro indicador que explica por que a população está alienada do que acontece na Assembleia: sua não-presença nos meios de comunicação comerciais. Os meios de comunicação são os principais mediadores (81,05%), entre a ALESP e a população. Se a Assembleia não está na pauta da mídia, então a população não sabe da Assembleia. Caliman também reconhece a limitação dos meios institucionais.

“O problema da comunicação é um problema mais amplo (...) por mais que você queira se comunicar, hoje em dia, você está muito atrelado ao que os meios, ao que a mídia quer comunicar. (...) os nossos meios de comunicação aqui da Assembleia não conseguem concorrer com a mídia externa (...) você tem a TV, nós

⁵⁷ BRASIL, Constituição (1988), artigo 25.

⁵⁸ BRASIL, Constituição (1988), Título III, capítulos de I a IV.

⁵⁹ Entrevista concedida a este gestor em 15 de maio de 2007.

também temos a TV, mas a nossa TV é uma TV restrita, é uma TV a cabo ainda, talvez quando a TV ficar aberta, tenhamos um outro meio mais eficaz de comunicação. Nós temos um jornal oficial, é um Diário Oficial, enquanto você tem aí séculos de experiência e tradição de alguns jornais aqui no estado de São Paulo, por exemplo. Enfim, os meios de comunicação é que acabam fazendo com que haja a comunicação da própria Assembleia e não ela especificamente: isso daí é só você constatar” (...).

1.5.4.2. Desafio

A Assembleia tem uma obrigação cívica de se fazer conhecida: afinal representam os interesses de mais de 40 milhões de pessoas. E deve se fazer conhecida, principalmente, entre o grande contingente de mais de 10 milhões de jovens espalhados pelo Estado de São Paulo que, conforme os dados coletados e a análise que se realizou, são os que merecem maior atenção, por estarem mais distantes e terem as piores percepções a respeito da instituição e seus integrantes.

Para se comunicar com a juventude é preciso conhecê-la. No próximo capítulo, vamos conhecer, através de importantes pesquisas, as principais características da juventude brasileira.

2 Juventudes: conceitos e perfis.

De acordo com o que vimos no capítulo anterior, a população jovem é a que mais desconhece a Assembleia, e como a nossa meta é fazer um trabalho de aproximação entre as duas partes, vamos então agora falar sobre a juventude.

2.1. Definindo a fronteira juvenil

Em 1985, na instituição do Ano Internacional da Juventude, a ONU classificou a juventude como sendo o ciclo etário compreendido entre 15 e 24 anos – estes limites foram estabelecidos com base na psicologia e na biologia. Nos últimos anos, várias instituições brasileiras⁶⁰ têm realizado importantes pesquisas baseadas nesta faixa. Por outro lado, algumas relevantes pesquisas internacionais⁶¹ têm abordado a juventude ampliando esta faixa e a UNESCO na publicação *Juventude, Juventudes o que une e o que separa* propõe estendê-la até os 29 anos (ou seja, a juventude compreenderia a faixa etária de **15 a 29 anos**) a fim de se permitir comparar a situação dos jovens em diferentes contextos e fazer um acompanhamento de sua evolução no tempo⁶². O próprio governo brasileiro começou a adotar a faixa etária de 15 a 29 anos em suas políticas públicas de juventude nos últimos anos.

A mobilidade e a elasticidade na determinação da faixa etária é consequência não só dos aspectos biológicos e psicológicos, mas depende também da sociedade, da cultura, da etnia, da classe social e do gênero a que esses jovens pertencem. A respeito do limite inferior há um certo consenso, mas o superior tem sido muito discutido, pois tem se percebido que a **construção da autonomia** (uma das principais características que denotam a passagem do

⁶⁰ Instituto Cidadania – pesquisa nacional *Perfil da Juventude Brasileira* (2003) e Ibase/Polis – *Juventude Brasileira e Democracia* (2004-2005) são alguns exemplos importantes.

⁶¹ Em pesquisas importantes como a espanhola *Informe Juventud em Espana*, o intervalo é de 15 a 29 anos, já na *Encuesta Nacional de Juventud 2000*, realizada pelo *Instituto Mexicano de La Juventud*, o intervalo pesquisado é de 12 a 29 anos.

⁶² ABRAMOVAY, CASTRO, 2006, p.9.

jovem para a vida adulta) está acontecendo cada vez mais tardiamente. Segundo a UNESCO (2004, p. 9), este alargamento do ciclo etário que compreende a juventude está ligado a três aspectos: (I) a passagem das sociedades do rural ao urbano, do agrário ao industrial e do industrial à atual sociedade do conhecimento; (II) as disputas interdisciplinares por desenvolver sua própria especialidade no campo da juventude com enfoques sociológicos, políticos, culturais e antropológicos e (III) *a perda da nítida definição de características que identificam o que é ser um adulto, inclusive em termos de hábitos, uma vez que socialmente há uma tendência à “juvenilização” dos adultos, em particular quanto à aparência e costumes.*

2.2. Indo além do conceito demográfico: caracterizando as juventudes

De acordo com as estimativas da PNAD 2008 realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil possui 49.771.000 jovens de 15 a 29 anos, o que corresponde a aproximadamente 25% da população. Só no estado de São Paulo são mais de 10 milhões de jovens.

A juventude é demarcada por importantes mudanças psicológicas, sociais e culturais que se iniciam normalmente com o desenvolvimento das funções sexuais e reprodutivas e vão culminar na autonomia da pessoa humana. É caracterizada como o ciclo da vida de maturidade fisiológica e social. Deve-se reconhecer que a juventude vai além da adolescência em todos os aspectos. Ela é o trânsito da infância para a vida adulta. Mas nem todos de uma mesma idade atingem essa meta ao mesmo tempo.

A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens⁶³.

Faz-se necessário então ao se optar em trabalhar para e com a juventude, a preocupação de **combinar e respeitar sua pluralidade juvenil com sua unicidade**. Segundo a UNESCO (2004, p. 26), podemos destacar cinco elementos comuns e fundamentais para a definição da condição juvenil:

⁶³ UNESCO, 2004, p.25.

- i) a obtenção da condição adulta, como uma meta;
- ii) a emancipação e a autonomia, como trajetória;
- iii) a construção de uma identidade própria, como questão central;
- iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e
- v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.

Dentro do que aqui expomos, torna-se importante garantir oportunidades de autodesenvolvimento aos jovens para alcançarem emancipação e autonomia. E é na interação entre as gerações e os pares, num contínuo, complexo e tenso movimento de questionamento e de mudanças, de construção e reconstrução que se constitui a formação de sua própria identidade. O sujeito *deve mudar, mas ao mesmo tempo, deve continuar sendo ele mesmo* (FILGUEIRA apud UNESCO, 2004, p. 26).

2.3. Os diferentes paradigmas de juventude nas políticas públicas

Dina KRAUSKOPF (apud ABRAMO, 2005) sistematiza os paradigmas em quatro tipos. O mais tradicional é aquele enxerga a juventude como fase preparatória para a vida adulta. O segundo é um dos paradigmas que mais predomina nas políticas públicas: o jovem considerado como um problema social, um risco para si mesmo e para a sociedade. O terceiro tipo considera o jovem como ator estratégico do desenvolvimento.

O paradigma mais atual que se tem usado nas discussões sobre políticas públicas de juventude e que também aqui servirá de base para nossas discussões é a do jovem como sujeito de direitos. *O reconhecimento de seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia*⁶⁴. As ações e projetos dirigidos à juventude exigem outras lógicas além da proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O jovem tem o direito de participar, entre outras coisas, das definições das políticas públicas relacionadas às suas necessidades. Segundo SPOSITO (2007),

de certo modo, há um forte reconhecimento social do direito de qualquer criança, independentemente de sua condição social, a ter uma família, à escola, condições de saúde, enfim, o direito à proteção e ao cuidado por parte do Estado. O mesmo não ocorre com a figura do adolescente pobre, sobretudo negro e

⁶⁴ BRASIL. 1ª. Conferência Nacional de Juventude. Caderno de resoluções. Brasília, 2008.

morador das periferias urbanas de grandes metrópoles brasileiras. (...) Nega-se a sua condição de indivíduos em formação e desenvolvimento, com múltiplas possibilidades abertas ao crescimento pessoal ao lado de necessidades amplas no domínio do lazer, da cultura, do esporte, da participação, entre outros. Para esse setor, tratado como vulnerável ou produtor de risco, são reservadas as ações de inserção social, compensatórias e de forte teor socioeducativo. Aos outros, aqueles que podem, minimamente usufruir alguns direitos, o termo jovem passa a ser fortemente utilizado. De modo perverso, a ideia de adolescência carrega não só estigmas de natureza psicológica ou patológica, tradicionais em algumas teorias facilmente absorvidas pelo senso comum, como incorpora o estereótipo que designa aqueles que ameaçam à sociedade.

2.4. A importância da participação na construção da identidade juvenil⁶⁵

No decorrer deste trabalho já nos deparamos várias vezes com a palavra participação, mas o que ela realmente significa? Ficam no ar, os indícios de que é importante para a consolidação da democracia e falando de juventudes também o é para a construção de suas identidades.

Segundo ESTEVES (2005), originado do latim *participio onis*, o termo participação está carregado dos sentidos de partilha, de ter ou ser parte em um todo, de ter parte na ação. Para KAASE (*apud* Esteves, 2005), além de exercer o voto, de cooperar com partidos políticos, participar está relacionado com *um comportamento social orientado para objetivos coletivos e na vinculação a grupos*.

A questão de pertencer a um coletivo, de fazer parte de sua ação, traz consigo a ideia do *ser com*, ou seja, ao estimular e possibilitar a participação dos jovens na vida da sociedade, ao querer e permitir que se sinta parte integrante que colabora e faz a diferença, enfim que seja sujeito, que seja protagonista, estamos dando importante e positiva colaboração à construção da identidade sociocultural e psicológica dos jovens.

Queremos ressaltar aqui o que acabamos de dizer, e aí vamos parafrasear ESTEVES (2005), um importante aspecto a ser abordado, no que tange à participação dos jovens no espaço legislativo, diz respeito à própria **construção das condições necessárias à ampliação das possibilidades dessa participação** [grifo meu]. Segundo ABRAMOVAY e CASTRO (2006), a *participação requer recursos de várias ordens e conscientização sobre a*

⁶⁵ ESTEVES, 2005, p. 111-121.

importância de uma cidadania ativa, ou seja, a que não espera, mas cobra do Estado a cidadania.

Destaco isso porque além dos obstáculos impostos pela condição de transitoriedade *atribuída pela sociedade à (...) juventude*, aqueles pertencentes às camadas populares (parcela cada vez mais significativa da população), enfrentam principalmente a *exclusão das possibilidades de participação democrática e usufruto da cidadania.*

(...) uma das facetas da nova desigualdade que se instaura no Brasil é a negação a esses jovens pobres do direito à juventude. (...) Encontram poucos espaços nas instituições do mundo adulto para construir referências e valores por meio dos quais possam se construir com identidades positivas, colocar-se na cena pública como sujeitos como cidadãos que são (DAYRELL, apud ESTEVES, 2005, p. 121).

Segundo Keil (*apud* BAQUERO, 2004), a cidadania não nos é inata, devemos ser educados para exercê-la a fim de desfrutarmos de nossos direitos e cumprir com nossos deveres, individuais e coletivos. No Brasil, porém nunca vivenciamos uma cidadania plena em nossa história. Carregamos em nós heranças de nossa colonização e escravidão o que traz conseqüências para nossa soberania enquanto pessoas e nação. A antropóloga também aponta o caráter antropofágico de nossa identidade cultural brasileira que, se por um lado nos integra e enriquece nossa cultura, por outro fragiliza, não sabemos quem somos e se não nos conhecemos, o amor próprio é prejudicado. *E essa falta de amor por nós mesmos, de compreensão de direitos e deveres, privados e públicos, da luta concreta contra privilégios, é decisiva tanto para o tipo de governabilidade que se estabelece no país quanto para nossa tolerância e permissividade em relação aos governantes. Ora, estando constituído como um povo que não exerce sua cidadania e nem luta por ela, vive-se um presente muito frágil e banalizado.*

BAQUERO (2004, p. 9) afirma que é preciso (...) avaliar como se pode empoderar a juventude para uma participação mais crítica e consequente no processo de construção *democrática do país.*

2.5. Perfil das juventudes

Da pesquisa *Juventude, juventudes o que une e o que separa* realizada pela UNESCO, de 1º a 12 de julho de 2004, com 10.010 (dez mil e dez) jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, residentes nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal extraímos as seguintes estatísticas referentes às juventudes brasileiras.

- 41,8% vivem na região Sudeste;
- quanto à escolaridade: 22,9% cursam ou cursaram até a 4ª série do ensino fundamental, 34% estudaram ou estudam da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, 35,8% estudam ou já concluíram o ensino médio e apenas 7,2% cursaram ou estão cursando o ensino superior;
- 41,4% dos jovens pertencem à classe D, 14,4% à classe E, 31,6% à classe C e apenas 1,3% à classe A;
- 40% dos jovens vivem exclusivamente da renda de outras pessoas e apenas 21,8% vivem exclusivamente da própria renda;
- 53,5% se autoclassificam morenos ou pardos, 33,5% se consideram brancos, 11,4% como negros;
- Referente ao conhecimento sobre informática. **58,3% não sabem usar o computador.** Os mais distantes do computador são os mais velhos (de 27 a 29 anos), 71%;
- (...) *lazer e cultura vêm dividindo espaço com instituições sociais clássicas, como a família e a escola, no processo de formação das identidades juvenis (...) são com as atividades culturais e recreativas que os jovens conseguem expressar e vocalizar de maneira mais intensa suas opiniões, aspirações, angústias e dilemas;*
- **A televisão aberta é a mais importante fonte de lazer e informação** para a maioria dos jovens brasileiros: entre as opções 35% preferem assistir televisão no tempo livre em casa (a região Sudeste responde por 37% desse conjunto) e 17,6% preferem ouvir música;
- Questionados sobre o hábito de assistir televisão, cerca de **95,7% dos jovens afirmaram que costumam assistir.**

O Instituto Cidadania também realizou uma pesquisa nacional denominada *Perfil da Juventude Brasileira* (apud ABRAMO, BRANCO, 2005). Os dados foram coletados entre 22

de novembro e 8 de dezembro de 2003 em 198 municípios totalizando 3.501 entrevistas com jovens de 15 a 24 anos. Um dos dados desta pesquisa, que aqui destacamos, é que os pais são os grandes mediadores dos jovens: 59% dão atenção ao que a mãe diz e 15% ao pai. O professor fica com 2%, o padre/pastor com 3%, e o cônjuge com 6%. A pesquisa aponta que a família é muito importante para o amadurecimento do jovem.

A política não é um dos temas preferidos pelos jovens para discutir com os amigos e com a família. Mas fica em quarto lugar, na escala dos mais importantes a serem discutidos pela sociedade.

2.6. Juventude, participação e política

Referente à participação e a democracia, a pesquisa da UNESCO (2006) mostra que:

- 27,3% participam ou já participaram de alguma organização social, sendo 81,1% de caráter religioso, 23,6% de caráter organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e apenas 3,3% em organizações partidárias;
- Entre os jovens que participam ou já participaram de alguma organização social, a presença do jovem na direção e administração das associações soma 58%, seja assumindo responsabilidades compartilhadas com adultos ou não;
- 63% consideram que o jovem de hoje não se preocupa com a política, porém 72% afirmaram ter algum interesse nas eleições municipais de 2004;
- 62,5% concordam que a democracia ainda é o regime preferencial e 30,1% admitiriam um regime autoritário em algumas situações;
- Há uma forte descrença nas instituições políticas: 84,6% não confiam nos partidos políticos, 76,7% não confiam no governo, 82% não confiam no Congresso Nacional e 79,9% não confiam nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Outra fonte importante é a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* organizada pelo Ibase/Pólis (2007) que entrevistou 8.000 jovens brasileiros, de 15 a 24 anos, na fase quantitativa e 913 que aceitaram participar da fase

qualitativa, entre julho de 2004 e novembro de 2005, em sete Regiões Metropolitanas do país (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal. Dela, extraímos algumas contribuições importantes resultantes dos diálogos com e entre os jovens:

- *A democracia tem pouca história no Brasil e, portanto, não é possível falar em participação sem a dimensão da escuta e do compartilhamento de decisões;*
- 28,1% afirmaram fazer parte de algum tipo de grupo. Número próximo ao apontado pela pesquisa da UNESCO;
- *É preciso abrir canais de comunicação, com linguagem apropriada, entre os poderes Executivo e Legislativo e os(as) jovens, a fim de que eles(as) possam conhecer tais instâncias, acessar as informações produzidas e conhecer as formas pelas quais podem interferir em seus processos.*⁶⁶

⁶⁶ IBASE/PÓLIS, 2006.

3 Contribuições teóricas para a Gestão da Comunicação.

Neste capítulo, vamos nos valer das contribuições da inter-relação dos campos da educação e da comunicação para embasar a relação comunicacional que se quer construir entre o Poder Legislativo e a Juventude.

3.1. Conceito de Educomunicação

Segundo Ismar de Oliveira SOARES (2006a), a Educomunicação emergiu como prática social no meio acadêmico a partir da década de 1980. No final da década de 1990, pesquisa realizada e confirmada entre estudiosos e profissionais da Comunicação e da Educação da América Latina (Soares, 1999) mostrou a legitimação de um novo campo epistemológico, fruto da inter-relação da Comunicação e a Educação. Este campo constitui um novo paradigma, uma nova forma de ver, entender e conceber as práticas educativas⁶⁷, através de um discurso apoiado na conexão entre elementos discursivos diferentes (como os vários campos do saber, por exemplo, a Antropologia e a Psicologia) que estabelecem uma relação de parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, em processos circulares de interpenetração, ao contrário dos lineares que privilegiam uma visão iluminista, especialista, fragmentada, da parte pelo todo. Soares (2002, p. 24) define a Educomunicação como:

o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as

⁶⁷ Entenda-se que estas práticas contemplam não só a educação formal, mas também a não-formal e a informal. Educação formal entendida como aquela que possui espaços constituídos, como as escolas, por exemplo, que é legitimada socialmente, que possui legislação, seqüência, frequência, rituais (diplomação...), avaliações, órgãos, programa etc. Educação informal é reconhecida pelo seu caráter difuso, em que não há um eixo centralizador, é descentralizada, não tem local definido, não avalia ninguém, não tem um projeto educativo, que é o caso de muitos produtos veiculados nos meios de comunicação como as telenovelas, os noticiários etc. Já a educação não-formal geralmente trabalha com voluntários; às vezes, não há avaliação; um exemplo são os projetos de educação de jovens e adultos das Comunidades Eclesiais de Base.

relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. Em outras palavras, a Educomunicação trabalha a partir do conceito de gestão comunicativa.

O conceito de ecossistema comunicacional articulado por Jesús Martín-Barbero designa “a organização do **ambiente**, a disponibilização de **recursos**, o *modus faciendi* (**maneira de agir**) dos sujeitos envolvidos e o conjunto das **ações** que caracterizam determinado tipo de ação comunicacional”. E é natural que as pessoas e as instituições pertençam e atuem simultaneamente, em distintos ecossistemas comunicacionais. Podemos ver a Assembleia como um grande, um macro-ecossistema comunicativo, formado por diversos micro-ecossistemas que se inter-relacionam.

Compreendemos que a base da Educomunicação é a perspectiva dialética marxista, dialógica e transformadora, em que a reflexão, a interação e a ação a que se propõe tem, no lugar sócio-histórico-político-cultural, *em que se encontram os receptores e os produtores, o seu início e o seu fim*.

3.2. A cultura como ponto de partida das ações comunicativas

No fundo, a substituição de procedimentos mágicos por técnicas ‘elaboradas’, envolve o cultural, os níveis de percepção que se constituem na estrutura social; envolve problemas de linguagem que não podem ser dissociados do pensamento, como ambos, linguagem e pensamento, não podem sê-lo da estrutura⁶⁸.

A primeira coisa que concluímos da fala de Paulo Freire é que uma ação comunicativa envolve, num sentido amplo, a transformação do cultural, aquilo que recebemos de herança, que nos é dado, que é do senso comum.

Tanto Freire quanto Gramsci compreendem a cultura do ponto de vista da *práxis*, ou seja, que ela possui uma dinamicidade que não se dá pelo conhecimento de *fatos brutos isolados*, mas sim através de um processo dialético de interação entre a consciência e a realidade material, de transformação e autotransformação das condições em que vive⁶⁹. O ponto de partida é o reconhecimento de si próprio enquanto ser humano, inserido na história

⁶⁸ FREIRE, 2002, p. 33.

⁶⁹ SCHELLING, 1991, p.34.

da qual faz parte e colabora, enquanto membro de uma sociedade de classes, numa constante relação de hegemonia⁷⁰ entre os agentes sociais dominantes e dominados.

Certeau traz nossa reflexão para mais perto da realidade, ao nos mostrar que a relação de hegemonia não é harmônica, pelo contrário, é conflitiva. *Desde os Direitos dos Homens até as férias pagas, nunca houve inovação cultural sem conflitos sociais e sem vitórias políticas*⁷¹.

Quando promovemos uma ação comunicativa devemos estar conscientes que, num determinado momento o conflito emergirá, seja pelo lado do poder legislativo, seja da juventude: faz parte do conjunto de forças que garantem a dinâmica dos ecossistemas comunicativos. De acordo com as provocações que Certeau nos coloca, identificamos dois pontos que merecem destaque: a questão da homogeneidade versus a pluralidade e a do incômodo dos detentores do poder.

3.2.1. A questão da homogeneidade versus a pluralidade

Certeau faz a seguinte reflexão sobre a pluralidade presente na cidade:

Sistema de relações mais do que unívoco, a cidade requer uma conexão de espaços diferenciados entre si (por que definidos cada um pelas sociedades que a habitam) e, todavia, superpostos (aos sistemas que se cruzam em ‘treliças’, acrescenta-se a sedimentação de sistemas históricos). À homogeneidade abstrata de uma racionalidade única, as experiências tentam substituir uma estrutura de pluralidade em que, por exemplo, o hábitat de uma minoria não tome a forma de abscesso, mas seja reconhecido como um modo espacial de existir entre outros, sem que, no entanto, deles se isole. Quando admitirmos pensar e tratar a cidade não como uma linguagem unívoca, mas como uma multiplicidade de sistemas que fogem aos imperativos únicos de uma administração central, irreduzíveis a uma fórmula global, impossíveis de isolar do hábitat rural, comportando organizações econômicas, mas também sistemas de percepção da cidade ou de associações de vias que são práticas urbanas, vivenciaremos um novo tipo de sociedade⁷².

⁷⁰ A hegemonia é a relação de negociação de poder entre os que o detêm e aqueles que o legitimam. É um relação que não pode ser imposta, tem que ser conquistada, os interesses diversos tem que ser negociados. A hegemonia dá conta efetivamente da historicidade das coisas. A conquista, a renovação da hegemonia é algo cotidiano, em que todos devem estar alertas para os elementos que implicam na relação de poder.

⁷¹ CERTEAU, 1995, p. 214.

⁷² Ibidem, p. 212.

Falar da pluralidade de espaços na cidade é falar da pluralidade cultural que nela está contida. Podemos pensar na cultura dos sujeitos envolvidos de forma homogeneizada, racional, econômica, através de estereótipos e preconceitos. Mas o que vai de encontro a nossa proposta e de Certeau, é respeitar e valorizar as diferenças, sem isolar as pessoas, sem formar guetos, enriquecendo o diálogo com a pluralidade de contribuições e propiciando a livre expressão e manutenção das identidades.

3.2.2. *A questão do incômodo dos detentores do poder*

A partir do momento em que, pelo seu trabalho, uma ação começa a modificar o equilíbrio das forças, ela é interrompida pela repressão que organizam os poderes estabelecidos⁷³.

Desenvolver uma política de comunicação, a partir da ótica que aqui estamos discutindo, numa Casa essencialmente política, é um grande desafio em que o surgimento de conflitos é certo, pois o processo de tomada de consciência incomoda com seus questionamentos, com o que é dito (que talvez os deputados não queiram ouvir). Motiva-nos a refletir, quais mecanismos garantiriam a manutenção e o êxito de tal projeto.

3.3. A importância da linguagem na ação comunicativa

Retomando Paulo Freire, a ação comunicativa *envolve problemas de linguagem que não podem ser dissociados do pensamento*. Schaff⁷⁴ reconhece que linguagem e pensamento constituem uma unidade indissociável. Isto é, **desenvolvendo a linguagem, desenvolve-se o pensamento** – ao invés de utilizar o termo pensamento, Bakhtin se refere à consciência. Para este último, **é a linguagem quem medeia o nosso modo de ver e de se relacionar com a realidade**. Sendo assim, poderíamos nos perguntar **“qual o sentido tribuído pelos jovens a signos como cidadania, democracia, política?”** Se tomarmos o exemplo da política, poderemos encontrar sujeira e corrupção, por exemplo. Poderíamos então pensar que aí mora uma possível causa de muitos não quererem se envolver com questões políticas.

⁷³ Ibidem, p. 217.

⁷⁴ SCHAFF, 1974, Cap. III, p. 250-253.

Segundo Bakhtin⁷⁵, a consciência é banhada pelos signos, porém eles refletem uma ideologia⁷⁶ e tudo que é ideológico é um signo. Ele reflete e refrata a realidade. É preciso situar a ideologia no signo, tirar a neutralidade da palavra para descobrir a possibilidade da diversidade de sentidos. A mesma palavra vai assumir valores particulares para cada grupo que estiver utilizando, de acordo com a herança cultural e as experiências anteriores vividas. Ora, esse exercício de reconhecimento, de percepção, de desmascaramento das ideologias presentes, demonstra-se necessário e fundamental se o que se quer é que esta juventude seja não só participante, mas crítica, capaz de *ler o mundo*, para poder fazer parte de sua transformação.

Através da expressão, a linguagem se desenvolve no cotidiano, a consciência adquire forma e consistência e temos acesso à consciência do outro. Este processo se dá na interação verbal com as pessoas, com os meios de comunicação e com as mediações com que convivem. Ousamos expandir este conceito, para uma interação *videotecnológica*⁷⁷, não só limitada aos signos verbais, mas trazendo as linguagens complexas com suas cores, sons, imagens, suas interatividades, sua lógica hipertextual, sem linearidade, em rede, conectada. Essa interação, porém, está, conforme Barbero⁷⁸, através do desordenamento cultural promovido pelas comunicações, reorganizando e compondo um novo *sensorium*⁷⁹, um novo modo de perceber o mundo e de se relacionar com ele e com o tempo e o espaço, influenciando nos significados e valores que são atribuídos às coisas, nos sentidos produzidos pelos jovens.

O educador deve provocar momentos de desequilíbrio, através de ações dialéticas, que permitam uma tomada de consciência, uma leitura crítica dos discursos que circulam, a fim de alcançar uma visão complexa do mundo em que vive, estabelecendo conexões entre as informações e os conhecimentos, muitas vezes fragmentados e sem sentido, construindo, uma intersubjetividade simbólica capaz de compreender o funcionamento das coisas, do ambiente, da sociedade em que se vive, para ter possibilidades de transformá-la, aperfeiçoá-la, de forma solidária, ética e cidadã.

⁷⁵ BAKHTIN, 1992, cap. 1.

⁷⁶ A ideologia dominante é a visão de mundo de uma classe dominante formada por grandes grupos que detêm grandes meios de comunicação e procuram congelar a significação, tentam engessar a capacidade de plasticidade da palavra, imobilizar o signo, acarretando numa deformação ou inversão da realidade.

⁷⁷ GOMEZ, 1997, p. 58.

⁷⁸ BARBERO, p. 10-22.

⁷⁹ Conceito de Walter Benjamin.

No jogo dialógico que se propõe entre juventude e poder legislativo, não basta dar voz a eles, e simplesmente fingir que os escuta, como nos ensina Paulo Freire:

Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros (...) o direito de dizer a sua palavra. Direito deles de falar a que corresponde o nosso dever de escutá-los. De escutá-los corretamente, com a convicção de quem cumpre um dever e não com a malícia de quem faz um favor para receber muito em troca. Mas, como escutar implica falar também, ao dever de escutá-los corresponde o direito que igualmente temos de falar a eles. Escutá-los no sentido acima referido é, no fundo, falar com eles, enquanto simplesmente falar a eles seria uma forma de não ouvi-los⁸⁰.

Por fim, a ação comunicativa busca o entendimento para uma prática transformadora. Esta prática não acontece no individualismo, pelo contrário, desde o início do processo de tomada de consciência até a prática em si, no diálogo dos diferentes, na problematização do cotidiano, do mundo do senso comum, tudo se dá em grupo.

3.4. Áreas de intervenção das ações comunicativas

Soares classifica as ações comunicacionais em quatro áreas de intervenção, a saber, mas que não são excludentes, nem são únicas.

3.4.1. Educação para a comunicação

Esta área compreende ações dialéticas que possibilitem uma leitura crítica dos meios. Para isso, deve-se valer de referenciais teóricos advindos das mais variadas áreas do conhecimento. A proposta é fazer com que os jovens percebam o lugar que os meios de comunicação ocupam na sociedade, na formação de sua consciência e seu impacto social; as implicações da comunicação mediatizada; a modificação do modo de percepção que a comunicação e as novas tecnologias propiciam; o papel da produção de informação e conhecimento nas culturas; o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais.

⁸⁰ FREIRE, 1992, p.30.

3.4.2. Mediação tecnológica

Quando se opta pela Educomunicação, deve-se estar consciente e deixar claro aos agentes envolvidos que mais importante que as tecnologias empregadas e o acabamento técnico do produto final é o processo de elaboração e reflexão do produto.

Aliadas às ações de “educação para os meios” e à reflexão sobre as realidades e culturas juvenis, as Tecnologias de Informação e Comunicação são instrumentos de aprendizagem, de expressão e exercício da cidadania.

3.4.3. Gestão da comunicação ou comunicativa

Cabe a gestão planejar, executar e avaliar políticas, planos, programas e projetos de intervenção social no espaço do campo, com o objetivo de criar e manter ecossistemas comunicativos entendidos como ambientes regidos pelo princípio da ação e do diálogo comunicativo.

São preciosas também as contribuições de Paulo Freire para a Educomunicação, que devem ser observadas pela gestão. Esta deve estar atenta e buscar colaborar na construção de uma relação social igualitária e dialogal entre os sujeitos, que resulta em uma prática social transformadora, baseadas na colaboração (a ação dialógica só se realiza entre sujeitos), na união (fundamental para a consciência de classe ou de grupo), na organização (momento da aprendizagem em que se busca transformar) e na síntese cultural (instrumento de superação da cultura)⁸¹.

3.4.4. Reflexão epistemológica

Esta área compreende o conjunto de estudos acadêmicos sobre a natureza da emergência do campo. Ela é muito importante, pois a partir dos estudos desenvolvidos, vão-se ampliando os referenciais teóricos para o aprimoramento não só de uma “educação para a comunicação” como para as outras áreas também. Uma das colaborações que nosso projeto

⁸¹ SOARES, 2006.

pode dar nesse sentido é valorizar a sistematização de sua execução para que possa servir de subsídio de pesquisa para futuros estudos do campo.

3.5. O que não é Educomunicação

Valemo-nos dos modelos teóricos de Comunicação Educativa identificados por Sierra (2000) para enumerar quais ações não estão compreendidas pela Educomunicação.

Modelo Informacional

- A informação é vista como conteúdo/eixo estruturante da relação pedagógica;
- Uma comunicação pedagógica cujo objetivo fundamental é a eficácia funcional do sistema de comunicação educativa, para conseguir a máxima quantidade de informação transmitida pela fonte (educação bancária/modelo dos efeitos);
- A dispersão e fragmentação dos conteúdos;
- A automatização do comportamento dos sujeitos da educação;
- O desenvolvimento da competitividade e da individualização;
- A descontextualização da experiência do conhecimento e da comunicação;
- E a operacionalização do saber segundo o pragmatismo e a cultura instrumental do conhecimento (oficinismo), que relega as habilidades cognitivas metacomunicacionais, reflexivas e críticas do sujeito de aprendizagem.

Paradigma Cultural

- Os canais de transmissão de informação constituem pré-textos para a produção e contextualização do conhecimento, num processo de pesquisa colaborativa e reflexão grupal sobre as representações, os valores, as formas de conhecimento e os discursos da educação, da comunicação e da cultura, porém sem resultar em nenhuma ação transformadora.

3.6. O papel e o perfil do gestor da comunicação

Segundo Soares (2006a), o gestor deve ver a comunicação além da ótica do mercado e do pensamento neo-liberal hegemônico (condição necessária e dificultante). Ela deve ser embasada em práticas libertadoras, humanizadoras.

O gestor não inventa realidades, nem necessidades, sua preocupação é entender a realidade que o cerca, seus problemas e suas virtudes – o que no caso da ALESP é um grande desafio, pelo público tão plural como o de São Paulo. Cabe a ele, planejar, executar e avaliar políticas, programas e projetos de intervenção social no espaço do campo com o objetivo de criar e manter ecossistemas comunicativos.

A gestão comunicativa visa garantir, mediante o compromisso e a criatividade de todos os envolvidos e sob a liderança de profissionais qualificados, o uso adequado dos recursos tecnológicos e o exercício pleno da comunicação entre as pessoas que constituem a comunidade, assim como entre esta e os demais setores da sociedade.⁸²

Para elaborar e implementar uma política de comunicação, que vá ao encontro dos princípios teóricos que refletimos, valemo-nos das recomendações de Alves (apud BACCEGA) e de Soares⁸³. Para eles, o gestor precisa:

- Conhecer os agentes sociais envolvidos, entre eles os jovens e os deputados;
- Estabelecer os critérios para buscar apoio de outros agentes e coordenar essa atividade;
- Compreender o processo de maneira integral (do projeto à realização);
- Identificar, planejar e avaliar processos comunicacionais;
- Ser um generalista interdisciplinar;
- Compreender a inter-relação comunicação e cultura.

Este novo profissional atua ao mesmo tempo no campo da Educação e da Comunicação, movido pela formação de cidadãos críticos, participativos e inseridos em seu meio social⁸⁴. É aquele que vai dialogando com os agentes sociais envolvidos e vai buscando brechas para a viabilização e execução da política de comunicação. Enfim, cria condições

⁸² SOARES, 1999, p. 41.

⁸³ Ibidem, p. 58-66.

⁸⁴ MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. Bases do Programa Brasileiro para a Sociedade da Informação, Apud SOARES, p. 25.

para que a comunidade, neste caso, a juventude se expresse, que aconteça a comunicação entre jovens e deputados e entre os próprios jovens.

4 Internet, democracia e diálogo.

No caminho investigativo para encontrar as respostas ao problema que motiva esta pesquisa – qual seja: Como a ALESP pode usar a internet para se aproximar e dialogar com a juventude? – fizemos um diagnóstico da ALESP; conhecemos um pouco mais sobre a juventude; refletimos sobre a comunicação que queremos; e finalmente vamos conhecer um pouco sobre o canal que é a internet, interfaceando com a democracia num prisma dialógico.

4.1. Um breve contexto

A Internet é um dos meios de comunicação de maior alcance institucional da ALESP e deve ser valorizado, pois traz consigo a possibilidade de estabelecer aproximação e diálogo permanente com a sociedade civil.

Apesar de apenas cerca de 34% da população brasileira ter acesso a Internet⁸⁵, no que se refere à juventude esta fatia é muito maior. O Instituto Datafolha realizou em 2008, a pesquisa denominada *Jovens Brasileiros* e verificou que **74% dos jovens brasileiros entre 16 e 25 anos já acessam a Internet** e 73% possuem celular⁸⁶. Ainda, segundo a pesquisa, a **Internet fica em segundo lugar como principal meio de comunicação para se manter informado (26%)**. Em primeiro, está a TV aberta com 33%. [Nota: **entre os jovens de 16 e**

⁸⁵ Cruzando projeção da população brasileira PNAD 2008 (189.953.000) com a projeção da Ibope Nielsen Online de usuários com acesso à internet em qualquer ambiente (residências, trabalho, escolas, lan-houses, bibliotecas e telecentros), considerando os brasileiros de 16 anos ou mais de idade com posse de telefone fixo ou móvel (64,8 milhões). Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldB&comp=Noticias&docid=E37C727B59300DFE83257639004D478C>>. **Ranking da internet no Brasil**. Acesso em: 29 out. 2009.

⁸⁶ Foram entrevistados 1541 jovens de 16 a 25 anos nos dias 1 e 2 de abril de 2008, sendo 20% de 16 e 17 anos. 24 unidades da federação e Distrito Federal - 168 municípios - margem de erro: 3%. Opinião Pública. Jovens Brasileiros. Artigo de 30/7/2008. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=700>. Acesso em: 5 ago. 2008.

17 anos, TV e internet empatam com 30% ambos. A TV por assinatura⁸⁷, porta de acesso para a TV Assembleia, corresponde a apenas 2%].

4.2. Características da internet

Cada canal de comunicação tem suas peculiaridades que os diferencia dos demais e motiva suas escolhas. Segundo GINER e ESPARCÍA Y MARTINEZ (*apud* TERRA, 2006, p. 28-9)⁸⁸, eis algumas características diferenciais da internet em termos de processo e fluxo comunicacional:

- Diálogo de um para um ou de muitos para muitos, com características de bidirecionalidade (mão dupla) e interatividade;
- Conectividade, permitindo a transferência de informações entre computadores;
- Heterogeneidade, uma vez que utiliza diferentes sistemas operacionais e computadores que podem ser interconectados;
- Navegação por meio de hipertexto, caracterizando a comunicação não-linear;
- Instantaneidade e velocidade;
- Comunicação em rede;
- Presença e disponibilidade das informações 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano;
- Busca e consulta rápida e facilitada;
- Personalização;
- Possibilidade de ler, ouvir e assistir ao conteúdo; não há um formato único definido.
- Maior efetividade na comunicação;
- Atualização constante dos conteúdos;
- Acesso de qualquer ponto do mundo – ubiquidade;
- Segmentação de público por afinidade, preferências.

Agora se for observada a Internet pela lente dos padrões de desenvolvimento e dos modelos de negócio, o padrão em voga recebe o nome de **web 2.0**. Simplificadamente, em uma visão técnica, a web 2.0 é a fase de transição dos sites estáticos para uma geração de aplicações dinâmicas sociais da web e serviços. De outro lado, há aqueles que pregam que

⁸⁷ Segundo a Anatel, dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apenas 130 (20,2%) têm Serviço de TV a Cabo e/ou MMDS disponível. Ver em: Dados Estatísticos dos Serviços de TV por Assinatura **ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa – SCM** Capítulo I JULHO / 2009 (Dados atualizados até 31 de julho de 2009). Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=232922&caminhoRel=Cidadao-TV%20por%20Assinatura-Informa%E7%F5es%20sobre%20o%20mercado>>. Acesso em: 31 out. 2009.

⁸⁸ TERRA, 2006.

“nós somos a web”, pois as pessoas estão moldando a web, elas não se limitam a receber e baixar coisas da Internet, ela interagem, misturam, fazem *upload*, mudam e customizam interfaces, vídeos, músicas, produtos, em direções inesperadas.

Para Tim O'Reilly, criador do termo, a web 2.0 “é a mudança para uma **internet como plataforma**, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é **desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva**”⁸⁹[grifo nosso].

Se analisarmos o modelo conceitual do portal da ALESP, serão encontradas algumas características relacionadas ao padrão web 2.0:

- **Beta perpétuo:** o portal está em permanente atualização. Cada procedimento registrado no Sistema de Processo Legislativo atualiza automaticamente os dados do portal, por exemplo.
- **Internet como plataforma:** paulatinamente o portal vai se configurando como um grande aplicativo de comunicação com o Poder Legislativo e de gestão do conhecimento produzido.
- **Conteúdo colaborativo e/ou participativo:** atualmente, o conteúdo é produzido de forma descentralizada por vários setores da ALESP. Já há algumas experiências de conteúdo gerado pelo cidadão, como citamos no capítulo Um (*Audiências Públicas do Orçamento* e o *Emendas on line*), mas ainda é preciso progredir mais na chamada “arquitetura de participação”.

No que se refere à colaboração, poderia também ser explorado pelo portal, a aplicação da *folksonomia*. “Enquanto na taxonomia clássica primeiro são definidas as categorias do índice para depois encaixar as informações em uma delas (e em apenas uma), a *folksonomia* permite a cada usuário da informação a classificar com uma ou mais palavras-chaves, conhecidas como *tags* (em português, marcadores)”⁹⁰. A adoção da *folksonomia* poderia colaborar para que os jovens usuários pudessem classificar as notícias e outras informações do

⁸⁹ Em 10 de dezembro de 2006, Tim O'Reilly conceituou o que é web 2.0 em seu blog <http://radar.oreilly.com/2006/12/web-20-compact-definition-tryi.html>, desde então, esta se tornou a melhor e mais aceita definição concisa do termo.

⁹⁰ WIKIPEDIA, 29 jan. 2010.

portal, de acordo com seus interesses, e **aperfeiçoar a experiência de comunicação segmentada por perfil de usuário e a obtenção de resultados de busca mais eficientes.**

4.3. Democracia e internet

Pensar o uso da internet como um canal de aproximação e diálogo entre o Legislativo e a juventude, é pensar de que forma a Internet pode colaborar na consolidação da democracia na sociedade.

Baseados na sumarização feita por BUCY E GREGSON (*apud* GOMES, 2008), apresentam-se as características que deveriam estar presentes, num nível socialmente relevante, para satisfazer os requisitos básicos de participação democrática:

- a) um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial e um estoque apropriado de informações não-distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político;
- b) a possibilidade, dada aos cidadãos, de acesso a debates públicos já começados e também a de iniciar novos debates desta natureza, nos quais eles deveriam exercer a oportunidade de envolver-se em contraposições argumentativas, de desenvolver os seus próprios argumentos, de envolver-se em procedimentos deliberativos no interior dos quais podem formar a própria opinião e decisão políticas;
- c) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão – mediante ações como voto, afiliação, comparecimento a eventos políticos ou por meio de outras atividades políticas nacionais ou locais;
- d) a habilitação para oportunidades eficazes de comunicação da esfera civil com os seus representantes (em nível local, nacional ou internacional) e para deles cobrar explicações e prestação de conta.

Comparando as características da internet com as da democracia participativa, verifica-se que a internet oferece, potencialmente, as oportunidades de implementação de um projeto de gestão comunicativa para a aproximação e diálogo entre a ALESP e a juventude.

Vejamos quais as vantagens e as críticas apontadas quanto ao uso da internet para o fim desejado.

4.4. No que a internet pode colaborar para a participação política⁹¹

4.4.1. Superação dos limites de tempo e espaço para a participação política

Uma das reclamações dos jovens na pesquisa empírica foi a falta de tempo para exigir seus direitos. Por intermédio da internet, o jovem não precisa se locomover até a Assembleia Legislativa, ele pode exercer sua cidadania no horário mais conveniente, através de seu computador ou de outro dispositivo ligado a grande rede mundial. “Um diálogo on-line genuíno é possível entre qualquer número de indivíduos que desejem trocar ideias” (Barnet *apud* GOMES, 2008, p. 307).

4.4.2. Extensão e qualidade do estoque de informações on-line

Outra reclamação dos jovens se refere à necessidade de formação e informação de qualidade para entender o funcionamento do sistema político e para poderem exercer sua cidadania com consciência.

Segundo Gimmler (*apud* GOMES, 2008, p. 308), no que tange ao aumento de informação política e conhecimento público das matérias e questões políticas, talvez jamais a cidadania tenha estado tão bem fornida de insumos. Barnett completa: “não há necessidade de qualquer desculpa para um debate conduzido em ignorância” (*apud* GOMES, 2008, p. 308).

4.4.3. Sem filtros nem controles

Algo que os defensores da Internet muito valorizam é o fato da grande rede mundial ser uma “zona protegida em que poderiam prosperar as liberdades básicas de expressão e opinião”.

⁹¹ GOMES, 2008, p. 307-312.

4.4.4. Interatividade e interação

Pode-se dizer que se tratam do argumento central e do elemento enriquecedor da Internet.

A estrutura e os dispositivos mais comuns da Internet, (...), fazem com que ela forneça eficientes canais perfeitamente adaptados para fluxos de comunicação e informação em mão dupla entre cidadãos e sociedade política. (...) A noção de interatividade política ancorada na Internet refere-se a uma comunicação contínua e de iniciativa recíproca entre esfera civil e agentes políticos, uma comunicação que deve servir para um recíproco *feedback* entre cidadania e sociedade política (Hacker *apud* GOMES, 20008). (...) Ademais, há naturalmente, que se admitir um padrão de interatividade horizontal, ou seja, dos cidadãos entre si, que finda por coincidir com a já descrita ideia de discussão pública política (GOMES, 2008, p. 310-1).

Quando a interação da esfera civil consegue influenciar significativamente nas ações dos agentes políticos, a fim de alterar suas posições para melhor atender às disposições do público, isso produz efeitos importantes na cultura política, pois contribui para “recompor a sensação de efetividade política da esfera civil” e para formação de um cidadão mais confiante de sua força política.

4.4.5. Oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas

Grupos que não detêm a chance, por uma razão ou outra, de se fazerem presente na esfera da visibilidade pública, nos outros grandes meios de comunicação como a TV, o rádio e a mídia impressa, predominantemente, encontram na Internet a oportunidade de se expressar. Pode-se citar o episódio dos zapatistas, em 1994, que romperam, por meio da Internet, o isolamento físico, político e midiático a que foram confinados. Encontramos intervenções políticas desde os grupos organizados, como os grandes movimentos orientados por causas ambientais, até mobilizações esporádicas e intervenções pontuais através de *flash mobs*⁹², cartas-correntes de causas e protestos, engajamento individualista por meio de *blogs* etc.

⁹² Segundo a Wikipedia, são aglomerações instantâneas de pessoas em um local público para realizar determinada ação inusitada previamente combinada, estas se dispersando tão rapidamente quanto se reuniram. A expressão geralmente se aplica a reuniões organizadas através de e-mails ou meios de comunicação social. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Flash_mob . Acesso em 29 jan. 2010.

4.5. Alguns problemas a serem observados

4.5.1. *Desigualdade de acesso*

Como já foi demonstrado anteriormente no decorrer deste trabalho, ainda há uma grande parcela da população que não possui acesso à Internet, o que implicaria dizer que disponibilizar certos serviços existentes apenas no meio virtual, que não estariam acessíveis a todos, é uma forma de reforçar a exclusão social. Porém é importante observar a consideração de MAIA (2008, p. 285)⁹³:

Entender, contudo, a participação apenas como questão de acesso físico à tecnologia é equivocado. (...) Garantir que maior número de visões esteja presente em um debate público eficaz requer que um alto nível de participação seja mantido. Isso significa não necessariamente um alto nível de ativismo político, mas de interesse político. Há pouca evidência de que o acesso mais amplo às tecnologias **irá por si só e sem mais**, expandir o interesse pelas questões políticas simplesmente porque uma parcela maior do público tem chances de participar. Ao invés disso, estudos recentes têm mostrado que **os principais obstáculos para a realização da política deliberativa**, a qual pressupõe uma resolução discursiva de problemas afetando o interesse comum, **advêm geralmente de uma forma de apatia política**, e não de empecilhos à liberdade de expressão ou de comunicação⁹⁴.

Desta forma, é importante que haja investimentos públicos para alcançar a universalização do acesso à internet, como praticamente já acontece com a TV, por exemplo.

Políticas públicas dos governos federal e estadual estão sendo discutidas e implantadas para ampliar o acesso da população a computadores e Internet Banda Larga. Todavia, concomitantemente, o poder público, em nosso caso, a ALESP, deve continuar investindo em ferramentas virtuais que ampliem a participação da sociedade civil, em especial a juventude, na esfera política. O que se deve procurar observar é que, no que for possível, sejam disponibilizadas outras formas de comunicação com finalidade semelhante aos instrumentos existentes no meio virtual.

⁹³ GOMES, 2008.

⁹⁴ Estudos sobre a experiência de implementação da Internet em Bolonha, que garantiu a universalização do acesso a toda a população, evidenciou que os grupos de discussão mais populares estavam ligados a sites de entretenimento e temas a-políticos, tais como culinária, esporte e viagem (Tambini, 1998, p. 96-7; Guida, 2000).

4.5.2. Cultura política



Segundo GOMES, “temos poucos indícios empíricos de haver suficiente vontade e interesse no jogo político, no processo político e no estado dos negócios públicos para superar o senso de apatia predominante na cultura política contemporânea”.

Baseando-se em pesquisas como *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas* (IBASE/PÓLIS, 2006) e nas experiências de programas de TV como *Câmara Ligada* (TV Câmara-DF), *Manos e Minas* e *Ao Ponto* (TV Cultura-SP), visualiza-se que uma das formas de driblar a apatia seja o uso de meios lúdicos (buscando as mediações da cultura, da arte, do esporte etc) para mediar, estimular e desenvolver o gosto pela discussão política dos problemas que afetam o interesse comum da juventude.

É preciso considerar, também, que o jovem não é incentivado, nem educado para **exercer de fato** sua cidadania. Segundo o Prof. Rildo COSSON⁹⁵, promover a democracia, e conseqüentemente o desenvolvimento de uma cultura política, deve ser a primeira função do Legislativo.

Por promover a democracia se entende uma missão educativa sustentada basicamente por dois pilares: o da participação política e o do letramento político.

Por letramento político entende-se o *conjunto de processos e práticas de participação na vida pública envolvendo habilidades, conhecimentos e valores democráticos*. Isto é, o oferecimento de condições pedagógicas que minimizem a assimetria de informações e conhecimentos sobre como funciona o Sistema Político, sobre os temas discutidos e sobre o uso das ferramentas e canais de participação.

⁹⁵ Aula inaugural do Curso de Ciência Política do ILP – 17 set. 2007.

Diversas pesquisas nacionais mostram e o COSSON conclui: *a sociedade brasileira encara o legislativo como algo prejudicial, se não inútil.*

4.5.3. O sistema político continua fechado

Uma observação importante é que não é a mudança do ambiente de comunicação (no caso, a Internet) que vai modificar automaticamente o sistema político, nem as convicções que o acompanham. De nada adianta implementar ferramentas interativas de diálogo se não houver efetividade concreta. Aqui, cabe lembrar uma das características do processo de inovação na gestão pública, que deve ser considerado: o incrementalismo⁹⁶, ou seja, o planejamento para implementar novas ações comunicacionais que dependem de mudanças macroestruturais; devem considerar o processo incremental de discussão, negociação e incorporação de novas ideias ao sistema político. O desafio é balancear e minimizar a defasagem do *timing* exigido no funcionamento do Poder Legislativo e aquele gerado pela expectativa da juventude por resultados.

4.5.4. Liberdade e controle

No rol dos paradoxos da liberdade na Internet que comprometem sua performance democrática, está, por exemplo, o anonimato.

Hoje começam a despontar os aspectos negativos implicados no anonimato, porque se sabe que este ‘pode levar à irresponsabilidade, ao *hate speech* (racismo publicado) e ao declínio de uma cultura de debate’ (Jensen *apud* GOMES, 2008)

--- X ---

Para finalizar este capítulo, apresenta-se, a seguir, uma experiência educomunicativa entre o poder público e a juventude, mediada pela Internet, a qual pode servir de referência e

⁹⁶ A visão incrementalista da política pública perdeu parte do seu poder explicativo com as profundas reformas ocorridas em vários países, provocadas pelo ajuste fiscal. No entanto os que trabalham nos governos e os que pesquisam os orçamentos públicos conhecem bem a força do incrementalismo, que mantém intactos estruturas governamentais e recursos para políticas públicas que deixaram de estar na agenda dos governos. (SOUZA, 2006)

estímulo para aqueles que querem ampliar a relação comunicacional de aproximação e diálogo.

--- X ---

4.6. Conselho Jovem de Espoo e Nuvanet: uma experiência de parlamento jovem virtual

a luta virtual que os atores coletivos empreendem imbrica-se, muitas vezes, com a mobilização social, estabelecendo uma relação de confluência, de acréscimo ou de sinergia entre o concreto e o virtual (Moraes *apud* MAYA, p. 344)

Na cidade de Espoo – com seus 200 mil habitantes, próximo a Helsinki, capital da Finlândia, no final da década de 1990 – o Conselho Jovem⁹⁷ criou, pela companhia NettiParlamentti Ltd., o site *Nuvanet* cujo *principal objetivo era o de explorar a tecnologia para ampliar a democracia e estimular a participação popular, especialmente dos jovens, na política local*. Para isso o site conta com uma revista *online* editada pelos jovens e com a plataforma *IdeaFactory*, a qual permite aos jovens lançar e discutir suas ideias, que posteriormente serão transformadas em moções e encaminhadas diretamente para a Assembleia Municipal, constituindo-se num verdadeiro parlamento jovem virtual. Sua implantação contou também com a colaboração de empresas como Compaq, Nokia e Helsinki Telephone Corporation.

A Nuvanet garante um fluxo contínuo de informação e conecta diferentes grupos de discussão uns aos outros. (...) a contribuição mais importante da Nuvanet é fomentar e cultivar **‘várias capacidades sociais e societais (que) são verdadeiramente necessárias, entre elas a interação, a argumentação e o debate** [grifo nosso]’ (Tammi/Nerelli 1999:104)⁹⁸. Nesse sentido, ela representa um método de trabalho reflexivo que estimula um pensamento profundo e deliberação interativa, o que é muito necessário, mas infelizmente muito ausente da democracia de massa contemporânea. (FREY, 2000)

⁹⁷ O endereço do Conselho Jovem de Espoo é <http://www.espoo.fi//default.asp?path=1:28:11884:15032:39386>.

⁹⁸ TAMMI, Ari; NERELLI, Eero. NuvaNet and NettiParlamentti – Democracy turns into reality on the Internet. In: Paula Tiihonen (ed.): Politics & Internet. 2nd International Congress. Report on Politics & Internet Congress, held in Helsinki, Finland January 6-9, 1999. Helsinki: Oy Edita Ab, 1999, pp. 102-107. Disponível em <http://web.eduskunta.fi/dman/Document.phx?documentId=dn11307104245855&cmd=download> Acesso em 12 dez. 2009.

Pode-se estruturar o processo em cinco passos:

1. Um jovem lança uma ideia na plataforma.
2. Os jovens apresentam argumentos prós e contras.
3. Para cada ideia ou sugestão, uma moção é preparada pelo Conselho, que – depois de uma longa discussão dos argumentos – é mandada de volta, a fim de ser votada pela comunidade virtual.
4. A moção é assinada virtualmente pelos jovens.
5. O Conselho Jovem encaminha a moção para a Assembleia Municipal, para autoridades ou para a mídia local.

Uma das formas de garantir a dinâmica do processo são as visitas do Conselho às escolas estimulando os jovens a envolver-se nas discussões do *site*. É bom, também, informar que apesar de não ter relação com a Nuvanet e com o Conselho Jovem, é comum se desenvolver campanhas de reforço dos princípios democráticos nas escolas.

4.6.1 O Conselho

Atualmente, o Conselho Jovem da cidade, formado por 30 adolescentes de 13 a 18 anos, eleitos no outono, com mandato de dois anos, atua como instituição mediadora entre o parlamento jovem virtual e as autoridades locais. Para isso, conta com a importante colaboração de funcionários a serviço do Conselho, que colocam à disposição dos jovens seu *expertise*, para iniciá-los e assessorá-los em seus trabalhos e nas negociações com as autoridades. Além disso, funcionários são eleitos pelos próprios jovens para atuarem como moderadores na plataforma de discussão.

Além da Assembleia Municipal, o Conselho Jovem coopera com organizações locais e nacionais, com outros conselhos jovens, com organizações estudantis etc.

A Assembleia Geral do Conselho Jovem se reúne a cada três semanas e as equipes e grupos de projeto se encontram entre as assembléias.

O trabalho desenvolvido pelo “*Conselho auxilia os tomadores de decisão locais a conhecer mais sobre as expectativas e o modo de pensar dos jovens, aumentando o conhecimento mútuo e uma cooperação mais efetiva*”. (FREY, .2000)

4.6.1 Considerações

Percebe-se que esta experiência de comunicação democrática, mediada por computador, possui vários elementos constitutivos importantes para o desenvolvimento juvenil, não só na formação cidadã, mas na formação da pessoa humana. Através dela se exercita o diálogo intergeracional, o protagonismo juvenil, a construção de suas identidades... O jovem é visto como sujeito de direitos: ele não soluciona o problema sozinho, mas faz parte da solução. Seu ponto de vista é valorizado pelos adultos; constitui-se uma relação dialógica entre eles. O projeto propicia o amadurecimento do jovem, estimula seu pensamento múltiplo e crítico, pois o incentiva a considerar as várias faces de um problema apresentado.

De acordo com FREY (2000), pode-se atribuir o sucesso do projeto aos seguintes fatores decisivos e imprescindíveis:

1. total apoio dos tomadores de decisão de alto nível ao projeto (Assembleia Municipal, prefeita etc);
2. conexões diretas estabelecidas entre o processo de deliberação virtual e o processo real de tomada de decisões na municipalidade, isto é, as discussões dos jovens de Espoo têm influência concreta nas decisões feitas pelas autoridades locais, o que fomenta, por sua vez, a própria participação dos jovens;
3. o papel exercido pelos moderadores que garantem a consistência e a transparência do processo participativo.

“As diferentes análises sobre os efeitos das TIC para o processo político e o fortalecimento ou não da sociedade civil tornam claro o fato de que, no final, o sucesso não vai depender da tecnologia em si, mas principalmente de decisões políticas e econômicas”. (FREY, 2000)

5 Conversando sobre Poder Legislativo e Internet com a Juventude.

Partindo de dois princípios: (i) o paradigma de juventude como sujeito de direitos; e (ii) gestão da comunicação baseada na educomunicação, foi prevista a realização de uma pesquisa empírica com jovens do Ensino Médio como parte integrante deste trabalho.

Foram realizadas pesquisas quantitativa e qualitativa, entre os meses de setembro e outubro de 2009, em três escolas estaduais da cidade de São Paulo.

Ao todo, participaram do processo 147 jovens estudantes do segundo ano do ensino médio, com idades entre 15 e 20 anos. Após o preenchimento de um questionário, 35 jovens foram sorteados e consultados para participar de grupos de diálogo.

5.1. Metodologia

Na observação, entrou-se em contato com a juventude, observando, conversando, levantando dados, pelas técnicas escolhidas.

Thiollent⁹⁹ diz que não existem técnicas de coleta neutras. As técnicas são “*teorias em ato*”. O método que utiliza questionário tem uma teoria por trás dele, a entrevista tem outra, a observação etnográfica também e a história de vida, *idem*. Assim, a teoria que está por trás vem propriamente para dizer o que é a técnica faz com os fatos. É necessária uma vigilância epistemológica, ter sensibilidade no olhar e capacidade de organizar os dados, de forma objetiva, porque senão tudo pode se tornar algo doutrinário.

⁹⁹ Cf. THIOLLENT. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. cap. I e II.

Os objetivos da pesquisa empírica foram:

1. Identificar as barreiras/limitações legais, institucionais, estruturais, físicas, humanas, tecnológicas, burocráticas, administrativas e culturais que dificultam/impedem a comunicação via Internet entre a ALESP e a juventude;
2. Mapear quais os espaços públicos da Internet em que os jovens estão presentes, analisar como eles se comunicam, como compreendem as informações, o que lhes chama a atenção e o que eles NÃO gostam.

5.1.1. Universo da pesquisa

Por questões de locomoção e tempo, concluiu-se que o ambiente que melhor congregava a pluralidade cultural juvenil era a escola – a maioria da juventude passa por ela. Escolheu-se então trabalhar com alunos do ensino médio por possibilitar o contato com jovens que estão prestes a votar pela primeira vez ou que já o fizeram ao menos em uma oportunidade.

5.1.1.1. Escolhendo os distritos e as escolas

A ideia inicial era dialogar com jovens de duas escolas: uma pública e outra particular. Ao discutir a proposta com o orientador, prof. Carlos de Brito, aceitei o desafio de aumentar a amostra da pesquisa para 6 escolas: 3 públicas e 3 particulares, localizadas em três distritos da cidade de São Paulo com realidades diferentes. Cada dupla de escolas (uma pública e outra particular) estaria localizada próxima geograficamente e no mesmo distrito da cidade. Para definir os distritos, tomou-se como referência a classificação do Mapa da Juventude¹⁰⁰, elaborado pela Coordenadoria Especial de Juventude da Prefeitura Municipal de São Paulo, e do Índice de Vulnerabilidade Juvenil¹⁰¹ da Fundação SEADE.

O Mapa da Juventude de São Paulo (MdJ) dividiu a cidade em cinco Zonas Homogêneas Juvenis, agrupando distritos que possuem perfis semelhantes de jovens. Para

¹⁰⁰ Coordenadoria Especial de Juventude da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

¹⁰¹ SEADE, 2007.

identificar estes perfis foi elaborado um *indicador composto juvenil*, resultado das seguintes variáveis:

- Percentual da população jovem no conjunto do distrito;
- Taxa anual de crescimento populacional do distrito entre 1991 e 2000;
- Percentual de mães adolescentes no total de nascidos vivos;
- Coeficiente de mortalidade por homicídios na faixa etária de 15 a 24 anos;
- Percentual de jovens que não freqüentam escola;
- Coeficiente de viagens por motivo de lazer, por distrito;
- Índice de mobilidade da população de 15 a 24 anos;
- Valor do rendimento médio mensal familiar.

Segundo o mapa, essas variáveis foram escolhidas a partir dos resultados de pesquisas anteriormente realizadas pela Fundação SEADE (Índice de Vulnerabilidade Juvenil), pelo CEDEC (Mapa da Exclusão Social e Mapas de Risco da Violência) e pela Faculdade de Medicina da USP (Análise do Fluxo da População em Busca de Atenção à Saúde).

Com base no *indicador composto juvenil* foi elaborado um *ranking* dos distritos e efetuado cinco agrupamentos que formam as Zonas Homogêneas (ZH). Sendo o ZH1, o conjunto de distritos que oferecem as melhores condições de vida para o jovem e o ZH5, que possui condições mais precárias de vida.

Além disso, resolveu-se utilizar, comparativamente, a segmentação do município de São Paulo em áreas homogêneas, segundo vulnerabilidade social à pobreza, cuja referência é o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Esta segmentação foi utilizada no Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ).

As quatro áreas homogêneas são as seguintes¹⁰²:

Áreas pobres: envolvem 19 distritos administrativos localizados nas áreas mais periféricas. Em 2005, concentravam 31,4% dos paulistanos, dos quais 8,9% eram jovens.

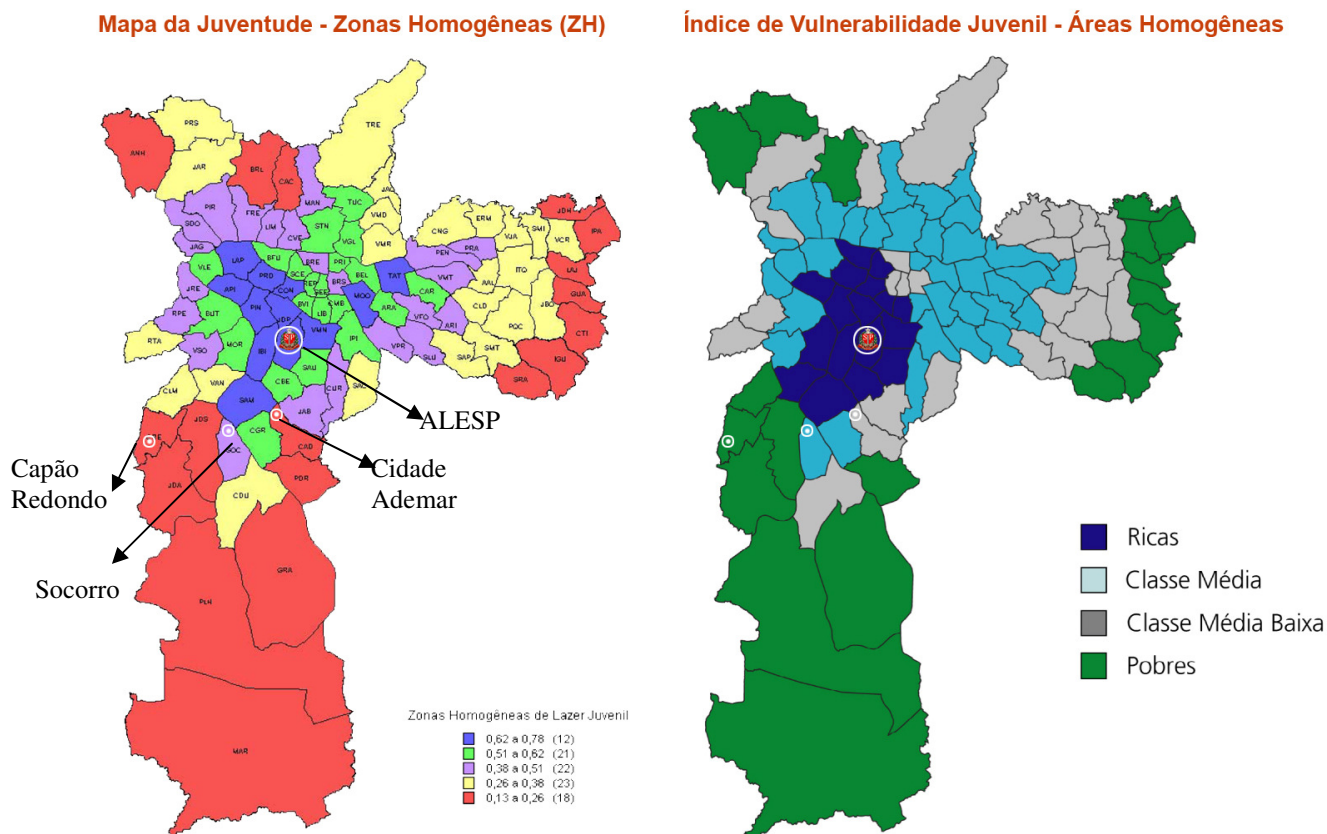
Áreas de classe média baixa: compostas por 25 distritos administrativos, abrigam 31,1% da população, sendo 8,3% jovens.

Áreas de classe média: englobam 35 distritos administrativos, com 26,9% do total da população do município, da qual 7,2% eram jovens.

¹⁰² SEADE, 2007, p. 2.

Áreas ricas: compostas por 17 distritos administrativos localizados na área central, com 10,6% da população e a menor proporção de jovens (6,0%).

O uso dos dois indicadores para a escolha dos distritos foi uma forma de ratificar a classificação dos distritos escolhidos.



Inicialmente, os três distritos foram escolhidos da seguinte forma: um da **ZH1/área homogênea rica** (zona com melhores condições de vida para o jovem), um da **ZH3/área homogênea de classe média** (o que poderíamos chamar de condições medianas) e um da **ZH5/área homogênea pobre** (zona com condições mais precárias). Entretanto, como se verá adiante, com a mudança de planos para apenas escolas públicas, com o objetivo de englobar uma maior representatividade de jovens, substituiu-se o ZH1 pela **ZH4/área homogênea de classe média baixa**.

5.1.1.2. A busca pelas escolas

Os contatos com as escolas foram iniciados em meados de setembro de 2009. Na primeira semana, foram agendadas duas conversas: uma com a coordenadora pedagógica e os professores da Escola Estadual Prof^a. Carolina Cintra da Silveira (EE Carolina) de Capão Redondo e outra com a diretora da Escola Estadual Prof^o. José Geraldo de Lima (EE José Geraldo), localizada no distrito de Socorro. Ambas foram bem sucedidas. O desafio começou a se complicar ao iniciar as tentativas de contato com as escolas particulares próximas destas duas escolas.

Foram muitas barreiras encontradas no caminho: escolas que não tinham sala de informática com acesso à Internet, outras que não possuíam o número de computadores suficiente para realização da pesquisa, houve algumas que não dispunham do número de alunos suficiente para participar da pesquisa, havia também aquelas que já possuíam muitas atividades programadas e que não poderiam nos receber. As muitas tentativas de contatar os gestores das escolas particulares, por telefone ou por *e-mail*, geraram grande perda de tempo. Pela dificuldade de conseguir escolas particulares próximas das públicas pesquisadas (no caso de Capão Redondo e Socorro) e pelas limitações de tempo que se apresentavam, desistimos das particulares e nos propusemos a pesquisar mais uma ou duas escolas públicas em distritos diferentes.

Nos novos contatos, a gripe H1N1 (que ficou conhecida popularmente por gripe suína) somou-se ao rol das justificativas apresentadas pelas escolas para negar a execução da pesquisa, pois devido ao adiamento preventivo do início das aulas – recomendado pelo Ministério da Educação – muitas retomaram as aulas em meados de agosto. Dessa forma, vários gestores escolares alegaram que o cronograma estava atrasado e que não seria possível incluir esta atividade durante o período de aula.

A última escola que abriu as portas para a pesquisa foi a localizada em Cidade Ademar, a Escola Estadual Martins Pena (EE Martins Pena).

Este pesquisador foi muito bem recebido nas três escolas que aceitaram participar da pesquisa, tanto pelo corpo docente como pelo discente.

Quadro: relação das escolas contatadas SEM sucesso

Escola	Distrito	Justificativa da negação / fator complicador
Instituto Educacional Allan Kardec	Jd. Ângela	A única escola particular do distrito do Jardim Ângela não possui laboratório de informática. Apesar de ser uma escola particular, é filantrópica e tem poucos recursos financeiros.
Escola São Vicente de Paulo	Capão Redondo	Não foi permitido, pois o cronograma da escola estava apertado devido à gripe H1N1 e sobrecarregado com atividades extracurriculares e recuperação de alunos.
Colégio Siqueira César	Capão Redondo	---
Instituto Educacional Prelúdio	Capão Redondo	---
Escola Perspectiva	Capão Redondo	---
Colégio Elias Maas	Capão Redondo	Laboratório de informática não tem acesso a Internet para os alunos não ficarem usando a internet durante a aula. Há apenas 4 computadores conectados na biblioteca para pesquisas escolares.
EE Calhim Manoel Abud	Socorro	Escola sem laboratório de informática.
Colégio Humboldt	Socorro	Grade sobrecarregada. Alunos com muitas atividades. A coordenadora pedagógica expressou valorizar este tipo de atividade e lamentou não poder ajudar.
Colégio Alcance	Socorro	---
Colégio Dimensão	Socorro	---
EE Fabiano Lozano Maestro	Vila Mariana	Não foi permitido, pois o cumprimento do currículo proposto pela Secretaria Estadual de Educação estava apertado devido à gripe H1N1, além da preparação dos alunos para o SARESP (avaliação da educação estadual).
EE Martim Francisco	Moema	A diretora iria liberar a pesquisa, mas o laboratório de informática estava com o equipamento responsável pelo acesso a Internet, danificado pela chuva.
EE Ministro Costa Manso	Itaim Bibi	Laboratório de informática com problemas.
EE Prof Luiz Simioni Sobrinho	Cidade Ademar	---
EE México	Cidade Ademar	Teria que conversar com a diretora que não estava presente no momento da visita. Como naquele dia consegui a aprovação da EE Martins Pena, não precisei retornar a esta escola.
EE Oswaldo Aranha	Itaim Bibi	Três tentativas de visita sem sucesso: não conseguir falar com a diretora.
EE Major Arcy	Vila Mariana	Ao visitar a escola, não consegui falar nem com a direção, nem com a coordenação pedagógica, pois não estavam presentes.
EE Brasília Machado	Vila Mariana	Não foi permitido, pois o cronograma da escola estava apertado devido a gripe H1N1 e preparação para o SARESP (avaliação da educação estadual) e Prova Brasil (avaliação federal da educação).
EE Prof Roldão Lopes de Barros	Vila Mariana	A diretora havia aprovado e pediu para conversar com a vice que é responsável pelo Ensino Médio. A vice-diretora até estava disponibilizando dois dias, mas ao saber do uso da sala de informática, alegou que seria inviável.

Além destas escolas foram contatadas mais algumas escolas estaduais por telefone, mas não tomei nota do nome e da justificativa.

5.1.2. Amostragem

A amostragem é uma parte representativa do todo, ou seja, reproduz as características do universo definido. Optou-se por trabalhar com uma amostra não-probabilística, significando que os dados coletados não permitirão generalizar as observações e conclusões para o universo de toda juventude paulista, ou seja, configura estudo de caso. O mérito de adotar essa amostra é a possibilidade de mostrar tendências referentes às *juventudes*.

O que se apresentam são pistas, tendências que poderão ser confirmadas ou refutadas com pesquisas representativas. O valor desta pesquisa se presta a uma referência inicial para o desenvolvimento de ações comunicacionais que precisam ser realizadas entre a ALESP e a juventude paulista.

Quadro: relação das escolas participantes com informações referentes a realização das pesquisas

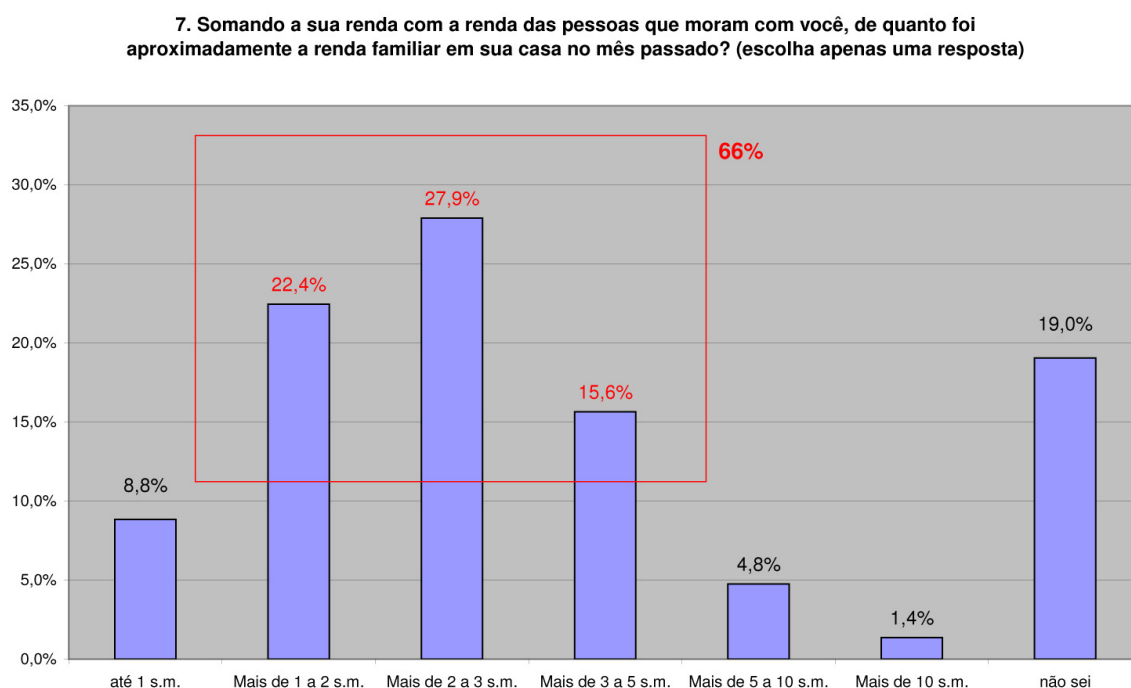
Escola	Distrito Zona Homogênea Área Homogênea Distância da ALESP	Alunos que participaram da pesquisa quantitativa (questionários)	Alunos que participaram da pesquisa quantitativa e qualitativa (grupos de diálogo)	data
EE Prof ^a . Carolina Cintra da Silveira (EE Carolina)	Capão Redondo ZH5 Área pobre 17km	50	10	22/9 - questionário 23 e 24/9 – grupos de diálogo (manhã)
EE Prof ^o . José Geraldo de Lima (EE José Geraldo)	Socorro ZH3 Área de classe média 15km	47	1.º dia: 12 2.º dia: 10	30/9 e 1/10/09 questionário e grupos de diálogo (manhã)
EE Martins Pena	Cidade Ademar ZH4 Área de classe média baixa 11,8km	50	1.º dia: 13 2.º dia: 11	21 e 22/10 questionário e grupos de diálogo (noite)

Participaram da pesquisa, apenas alunos de 2.º ano do Ensino Médio que acessam a Internet. Foram escolhidos alunos desta série por acreditar que eles ainda não estão sobrecarregados com os estudos preparatórios para o vestibular, são mais maduros que os do primeiro ano e há alunos com idade para participar das eleições. Durante a pesquisa empírica, percebeu-se que se tivesse optado pelos alunos do terceiro ano poderíamos ter dificuldade de conseguir 50 alunos em uma mesma escola, pois a cada ano vão diminuindo o número de alunos. Sobre acesso à internet, isso não foi um empecilho, pois nas três escolas entre as salas que tive contato, não foi encontrado ninguém que não a acessasse.

5.1.2.1. Perfil do grupo pesquisado

Dos 147 alunos participantes da pesquisa, 57,14% eram jovens do sexo feminino e praticamente a mesma porcentagem declarou possuir/pertencer a uma cor/etnia não-branca (57,1%). Um pouco mais da metade disse trabalhar ou já ter trabalhado (55%). A faixa etária variou entre 15 e 20 anos, sendo que a maioria tem entre 16 e 17 anos (85%). Apenas 2,04% informaram ter filhos. Não houve nenhuma pessoa com deficiência para participar da pesquisa.

No quesito renda familiar, praticamente a metade estava na faixa que vai de mais de um até 3 salários mínimos. Uma quantidade significativa (19%) declarou não saber a renda familiar.



E quanto à diversidade religiosa, observou-se que mais de 73% dos pesquisados pertenciam ou simpatizavam com denominações religiosas de princípios cristãos (católico, evangélico, espírita etc).

8. Quanto à religião, você se considera... (escolha apenas uma resposta)	Total
Católico	48%
Evangélico	23%
Apenas acredito em Deus, não tenho religião	17%
Outras. (Testemunha de Jeová (2 jovens); Maçonaria (1), Misticismo (1), Cardecista (1), Unificação (1), Cultura Racional (1), Vampirismo (1) e uma jovem de nenhuma religião	6%
Espírita	2%
Ateu / atéia	2%
Praticante de uma religião afrodescendente (ex.: candomblé, umbanda, culto aos orixás etc.)	1%
Total geral	100%

5.1.3. As técnicas de coleta dos dados

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi composta de duas partes: (i) quantitativa, por intermédio de questionário e (ii) qualitativa, através de grupos de diálogo.

5.1.3.1. Pesquisa Quantitativa – Questionário

O questionário foi composto por 26 questões de múltipla escolha e dissertativas, organizado em três partes:

- Parte I – perfil do pesquisado
- Parte II – sobre seus hábitos na internet
- Parte III – sobre a sua relação com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

A meta era de 50 alunos participantes em cada uma das três escolas, para compor a amostragem. Totalizou-se 147 (cento e quarenta e sete) alunos, incluindo os trinta e cinco que participaram da Qualitativa.

5.1.3.1.1. Aplicação do questionário

Usou-se o período de uma aula em cada escola para explicar a proposta aos alunos, sortear aqueles que iriam participar da pesquisa qualitativa e aplicar o questionário. Cada aluno recebeu um questionário com 26 questões. O tempo previsto era de 30 minutos para o preenchimento.

Na EE Carolina houve um dia para explicar a proposta e aplicar o questionário. Nas outras escolas, o questionário e o primeiro encontro do grupo de diálogo aconteceram no mesmo dia, sendo que os sorteados foram para a sala de informática e o grande grupo ficou com uma auxiliar da pesquisa na sala de aula.

Os alunos que participaram de ambas as fases preencheram primeiro o questionário e só depois participaram do grupo de diálogo.

Foi impossível evitar que os alunos conversassem entre si durante a aplicação do questionário. Isso pode ter alguma influência nas respostas, pois enquanto dialogam, podem lembrar-se de algumas coisas, mas também podem ocorrer influências de uns sobre os outros.

5.1.3.1.2. Observações

Na primeira escola (EE Profª Carolina Cintra da Silveira), o questionário foi aplicado em duas salas sequencialmente.

Em uma breve análise dos questionários entregues na primeira sala, percebeu-se que eram necessárias algumas orientações adicionais aos jovens participantes a fim de garantir respostas mais completas. A partir de então, todos os outros participantes foram orientados a responder à caneta e que não usassem respostas como “*porque eu gosto*”, “*porque é legal*”, “*tudo me interessa*”, “*tudo*”, “*várias coisas*”, “*interessante*”, pois elas não elucidam aquilo que se quer saber, ou seja, os motivos de gostarem, do quê gostam etc.

Já na segunda escola (EE Prof. José Geraldo de Lima), a forma como o professor nos apresentou foi indelicada e autoritária com os alunos, algo como: “*se comportem, não nos façam passar vergonha*”. Este comportamento pode ter influência em algumas respostas do questionário, pois os alunos podem ter se sentido obrigados, e não convidados, a participar (que era a proposta deste pesquisador).

5.1.3.1.3. Fazendo uma breve crítica ao questionário

Em, aproximadamente, 15 minutos os alunos alcançavam a questão 16 – a questão mais trabalhosa. Nela foram sugeridos alguns *sites* e eles tiveram que refletir sobre as razões e sobre como usam estes *sites*. A pesquisa poderia ter sugerido alternativas, mas resolveu-se utilizar algumas perguntas dissertativas para ver que respostas iriam aparecer – em se tratando de um questionário preenchido por eles mesmos correu-se o risco de ficar com perguntas sem resposta ou de se obter respostas superficiais. Em contrapartida, houve a vantagem de ser uma questão sobre um tema que eles gostam e com o qual têm familiaridade.

Em algumas questões, mesmo indicando para assinalar apenas uma alternativa, foram assinaladas mais de uma, como a do local de acesso à Internet (questão 18). Pode-se fazer algumas leituras disso:

- a) o aluno poderia estar cansado após as questões anteriores (no caso da 18) e não ter prestado atenção;
- b) o fato de acessar em vários lugares e todos eles serem importantes para aquele jovem pode ter falado mais alto, aliado a uma leitura rápida e desatenta da questão.

Parece-me que isso poderia ter sido evitado se fosse colocada a instrução de preenchimento no início da questão, como o foi feito na questão 10 em que esse problema de leitura rápida e desatenta foi detectado no teste do questionário.

5.1.3.2. Pesquisa Qualitativa - Grupo de Diálogo

O grupo de discussão, ao qual aqui se optou por chamar de grupo de diálogo, é uma entrevista múltipla em que importa captar tanto as experiências individuais como os consensos e divergências do grupo.

A amostragem prevista era de dez a doze alunos por escola, observando-se o mesmo número de meninos e meninas. A composição da amostra se deu através de sorteio realizado em sala de aula. Os sorteados eram questionados se gostariam de participar do grupo de diálogo. Embora tenha sido obedecido este critério, observamos desistências no momento em que os alunos iriam se dirigir para a sala destinada ao encontro do grupo, resultando numa amostra de trinta e cinco alunos no total, sendo aproximadamente 57% de meninas.

Em cada escola ocorreram dois encontros com aproximadamente duas horas de duração cada um. O primeiro encontro aconteceu na sala de informática (no caso das escolas EE José Geraldo de Lima e da Martins Pena) e na sala da coordenação pedagógica (EE Profª Carolina). Em todas as escolas o segundo encontro ocorreu na sala de informática, contando com um micro para cada aluno, conectado à Internet. Na EE Martins Pena, por problema técnico, não foi possível que os alunos acessassem a internet individualmente, então a navegação deu-se em duplas.

Nas escolas EE José Geraldo de Lima e da Martins Pena, o tempo do primeiro encontro (duas horas) foi usado para a pesquisa quantitativa (40 minutos) e qualitativa (uma hora e vinte minutos).

Em todos os encontros, o ambiente era preparado com cadeiras em círculo.

5.1.3.2.1. Organização dos encontros dos grupos de diálogo

Os grupos de diálogo foram organizados baseando-se no seguinte roteiro de atividades:

Primeiro encontro

Objetivos: (a) reconhecimento da relação entre necessidades e direitos dos jovens; (b) levantamento das características da política ideal.

1. Explicação dos objetivos da atividade, combinação dos acordos de funcionamento dos encontros e questionamento dos alunos sobre o trabalho.
2. **Discussão de questões em grupos (15min):** (1) *O que falta na região onde você mora para a juventude?*; (2) *O que poderia ser feito para solucionar este problema? (possibilidades de solução, quem está envolvido)*; (3) *Quais são os empecilhos e dificuldades para resolver o problema?*
3. Apresentação das respostas em cartazes. Bate-papo e provocações.

O primeiro passo foi reconhecer o jovem como um *sujeito de direitos*. Neste processo, eles identificaram suas necessidades, o que lhes é comum, foram discutidas algumas possibilidades de solução e as dificuldades encontradas.

4. Ao identificar a política como um dos caminhos de conquista, questionou-se: **O que eles pensam da política? Como deveria ser a política ideal?** Bate-papo a respeito. Identificação de dificuldades, estereótipos e preconceitos.
5. Fechamento; avaliação do encontro; e agradecimentos. Entrega da tirinha do Calvin.

Segundo encontro

Objetivos: (a) concepção do “*site* dos políticos” ideal com base na política ideal; (b) visita ao portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; (c) avaliação do portal.

1. Dinâmica de reflexão sobre trabalho em grupo.
2. **Memória do encontro anterior.** Distribuição, leitura e reparo (se necessário) da síntese da política ideal.
3. Reafirmação do acordo de funcionamento do encontro.
4. Diálogo sobre o Poder Legislativo: localização; quem faz parte dele; e quais são suas competências (legislar, fiscalizar, indicar, representar interesses, debater etc).
5. Formação de três grupos e discussão sobre *site* ideal, de acordo com pergunta e roteiro distribuídos (45 min)

Pergunta: Com base nas competências do legislativo e no que acreditamos como política ideal, como gostaríamos que fosse o site ideal dos políticos do Poder Legislativo?

- 1.º Passo: Levantar quais são as informações que você gostaria de saber (ter disponível) e os recursos que gostaria de ter a disposição?
- 2.º passo: Classificar, organizar e colocar em ordem de prioridade (do mais para o menos importante) as informações e os recursos.
- 3.º Passo: Desenhar/esquematizar o site ideal. Pensar na **linguagem**.
- 4.º Passo: Apresentação, discussão, consenso (procurar tomar nota de algumas coisas na lousa ou quadro)

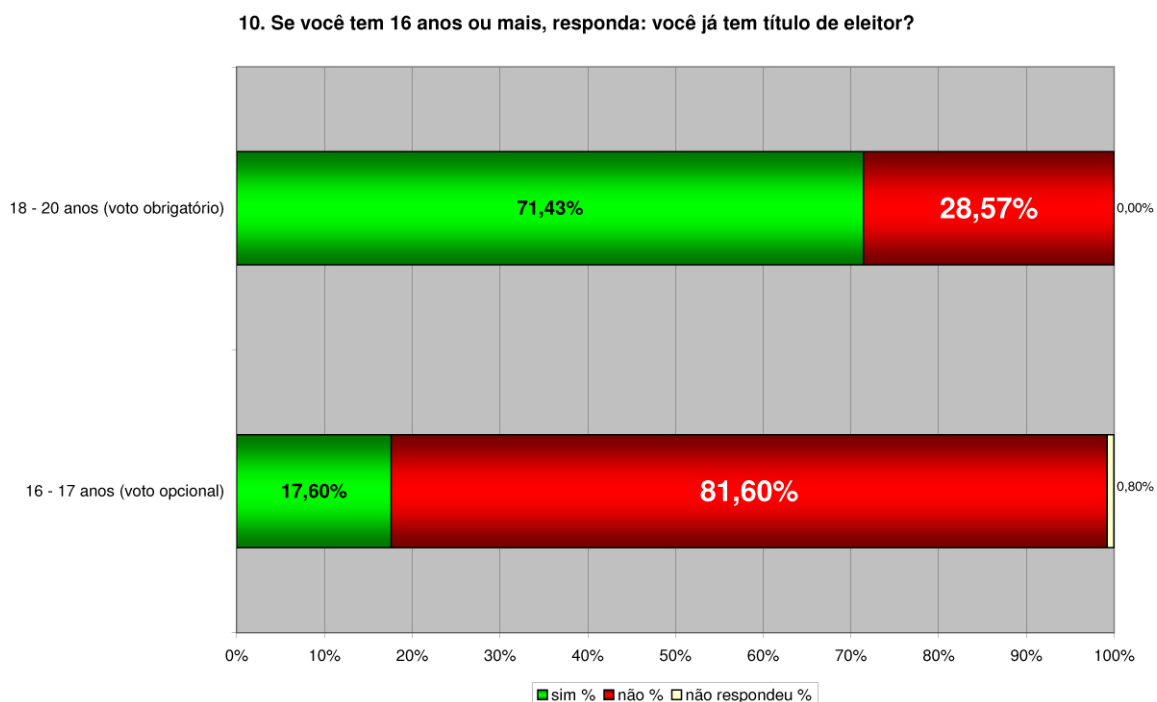
6. Apresentação e discussão
7. **Visita e avaliação do portal** da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo www.al.sp.gov.br (15min).

Os alunos receberam um roteiro de registro dos seguintes itens: *link* visitado, o que esperava / o que pensou que era, o que encontrou, o que gostou e o que pode melhorar / ser implementado.

8. **Discussão** sobre a avaliação do site da ALESP.
9. Agradecimentos; distribuição de materiais; e considerações finais.

5.2. Sistematização dos dados coletados através dos questionários

5.2.1. Quem tem título de eleitor



idade	porcentagem de jovens	número de jovens
não habilitados a votar	4,1%	6
15 anos	4,1%	6
voto facultativo	85,0%	125
16 anos	59,9%	88
17 anos	25,2%	37
voto obrigatório	9,5%	14
18 anos	4,8%	7
19 anos	3,4%	5
20 anos	1,4%	2
indeterminado	1,4%	2
não respondeu	1,4%	2
total	100,0%	147

Como dissemos anteriormente, 85% dos jovens pesquisados têm entre 16 e 17 anos e consequentemente têm direito ao voto facultativo. Todavia, 81,6% desse montante ainda não possui título de eleitor. Salta aos olhos, a alta taxa de jovens com 18 anos que ainda não possui título: 57,14%.

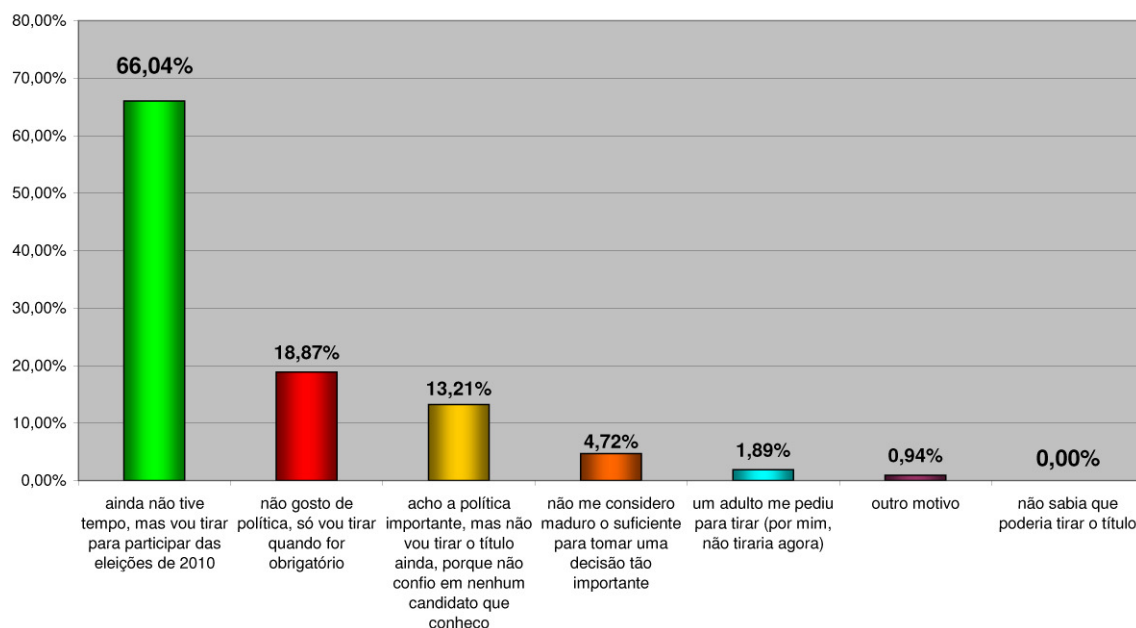
Retornando o foco aos eleitores de 16 e 17 anos, segundo matéria veiculada na Folha de São Paulo (2008), a cidade de São Paulo tinha naquele ano eleitoral menos da metade do número de jovens eleitores de Pernambuco, que tinha e tem menos habitantes.

A cientista política da UnB (Universidade de Brasília) Lúcia Avelar, que pesquisa participação política, diz que o dado é consequência de um descrédito dos adolescentes com a questão ética. *[Para os jovens,] a orientação é menos ideológica e mais substituída por valores éticos.*

5.2.1.1. Por que não possui o título de eleitor

Ao analisar melhor a questão 10.1. (Se você respondeu SIM, diga por quê) percebeu-se uma falha na formulação das alternativas de resposta, pois não foram disponibilizadas opções para aqueles que já possuem o título, por questão da obrigatoriedade. Desta forma, foram desconsideradas as respostas dadas. Como mais de 76% dos pesquisados não possui título de eleitor, as justificativas de não possuir título poderão, também, dar importantes contribuições.

10.2. Se você respondeu NÃO, diga por quê (pode marcar mais de uma alternativa)



Observar o quadro de justificativas daqueles que não possuem título de eleitor ainda, desperta esperança e reforça a ideia de que se **deve dar especial atenção a uma educomunicação política, que, ao mesmo tempo que permita a aproximação e o diálogo dos jovens com seus representantes, também possibilite uma formação com vistas à sua emancipação cidadã.**

Não ter nenhum jovem que alegou não possuir o título de eleitor por não saber que poderia tirá-lo é um indicador positivo de que **cada vez mais os jovens estão informados deste direito político** conquistado na Constituição Cidadã.

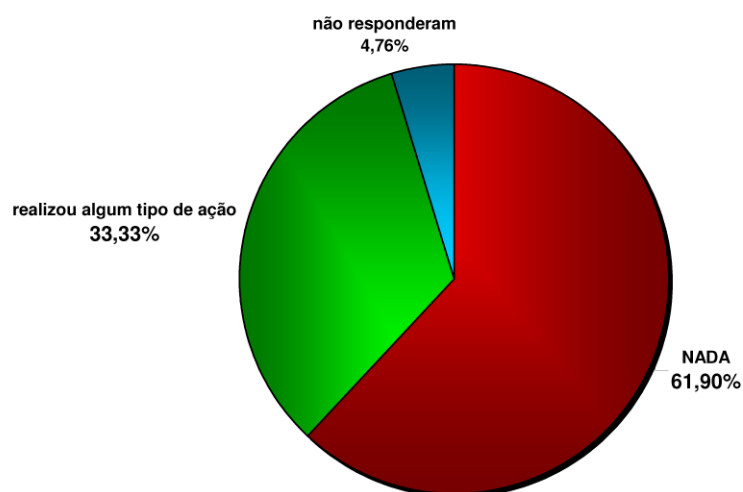
Outro importante indicador é que mais de **66% dos jovens que ainda não tem título disseram pretender participar das eleições de 2010**, contra os quase 19% que só pretendem votar quando for obrigatório.

Há um grupo que deixa explícita a necessidade da comunicação entre os políticos e seus eleitores, pois consideram a política importante, porém não confiam em nenhum candidato (13,21%). Outro que evidencia a necessidade de formação cidadã por ainda se considerar imaturo (4,72%), sem condições para tomar uma decisão que consideram importante.

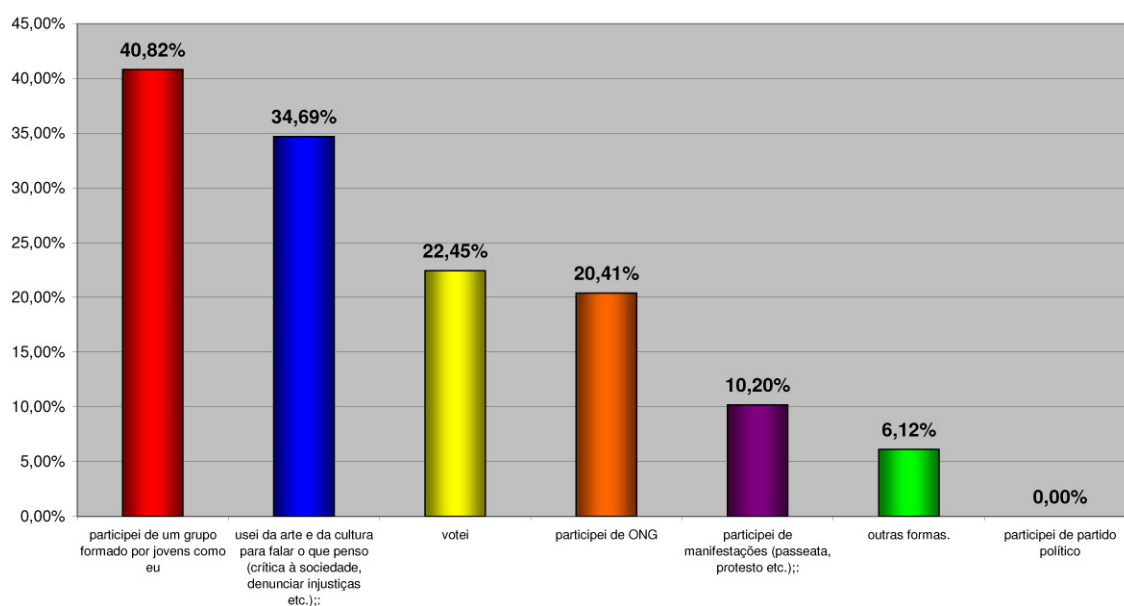
Por fim, chamou-me a atenção a justificativa de um jovem: *Testemunhas de Jeová não se envolvem com política. Mesmo eu tirando o título do eleitor votaria nulo*. Mal sabe esta pessoa que o fato de se alijar do processo eleitoral, através do voto nulo, já é por si só uma opção política de afirmação do *status quo*.

5.2.2. Formas de envolvimento e participação política

11. Nestes últimos dois anos, o que você fez para colaborar na construção de uma sociedade mais justa? (pode marcar mais de uma alternativa)



11. Nestes últimos dois anos, o que você fez para colaborar na construção de uma sociedade mais justa? (pode marcar mais de uma alternativa)



outras formas:

1. apenas tratei com educação todas as pessoas e colaborei com o meio ambiente: não jogando lixo nas ruas e etc. (não participo de ONG's para mudar este "sistema de coisas").
2. Desbravadores, arrecadamos alimento para os mais necessitados, não jogamos lixo nas ruas, etc.
3. não jogar lixo na rua

Um terço do grupo diz colaborar de alguma forma para construir uma sociedade mais justa. Destacam-se as formas de ação que não possuem uma conotação política declarada, como a atuação em grupos juvenis (40,82%), uso da arte e cultura para a crítica e denúncia social (34,69%) e participação em ONGs (20,41%).

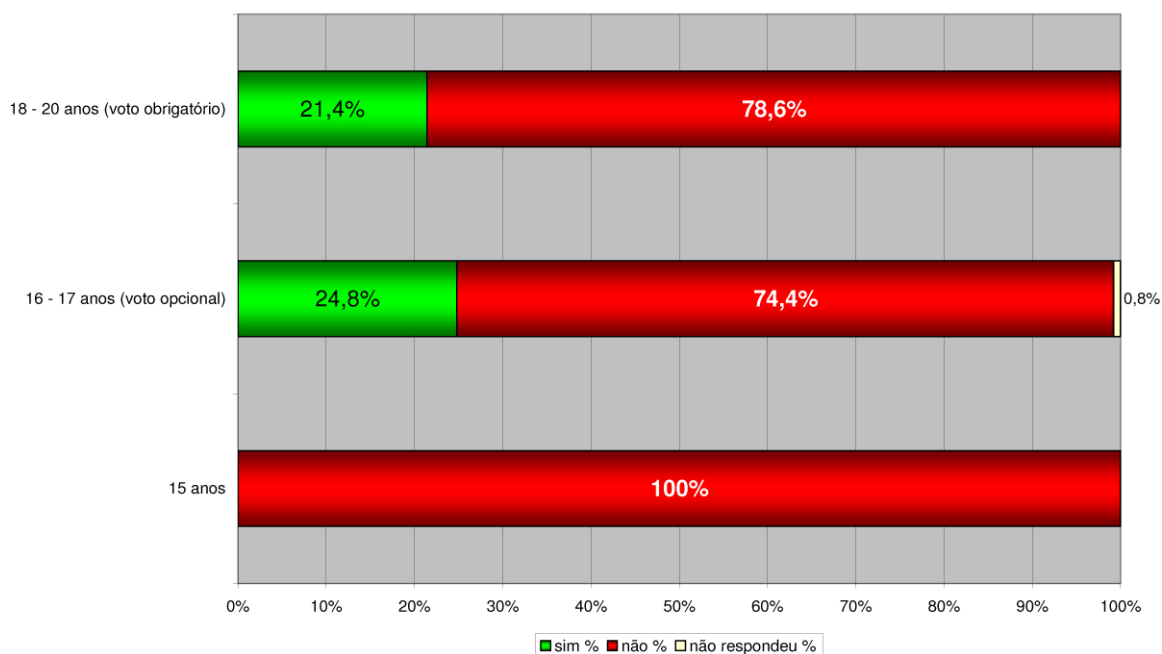
Como foi visto no capítulo 2, as pesquisas da UNESCO (2006) e do IBASE/PÓLIS (2007) indicaram que 27,3% e 28,1% participam ou participaram de organização social, respectivamente. Na primeira pesquisa, apenas 3,3% declararam participar de partidos políticos.

Percebe-se que há uma crise, uma negação das formas tradicionais de participação: filiação a partidos, sindicatos e organizações juvenis. A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* (IBASE/PÓLIS, 2007, p. 9), aponta o desafio: *Pensar os distintos significados da participação política para as juventudes pode representar um importante aporte para captar não só como reproduzem, mas principalmente, como constroem novas respostas a essa questão.* [grifo meu].

É muito importante observar que a apatia pela política, pela participação social não está presente apenas nos jovens, mas em todos os segmentos da população¹⁰³. A falta de tempo, de interesse, de motivação e de orientação e acompanhamento para reivindicar seus direitos é uma das pistas observadas nos grupos de diálogo para se justificar a não-participação.

¹⁰³ IBASE/PÓLIS, 2007, p. 8-9.

12. Você simpatiza com algum PARTIDO POLÍTICO?



Partidos citados	Porcentagem de jovens
PT	58,82%
PSDB	14,71%
PV	14,71%
PSOL	8,82%
DEM	5,88%
Marta Suplicy	5,88%
PMDB	2,94%
total de jovens	34

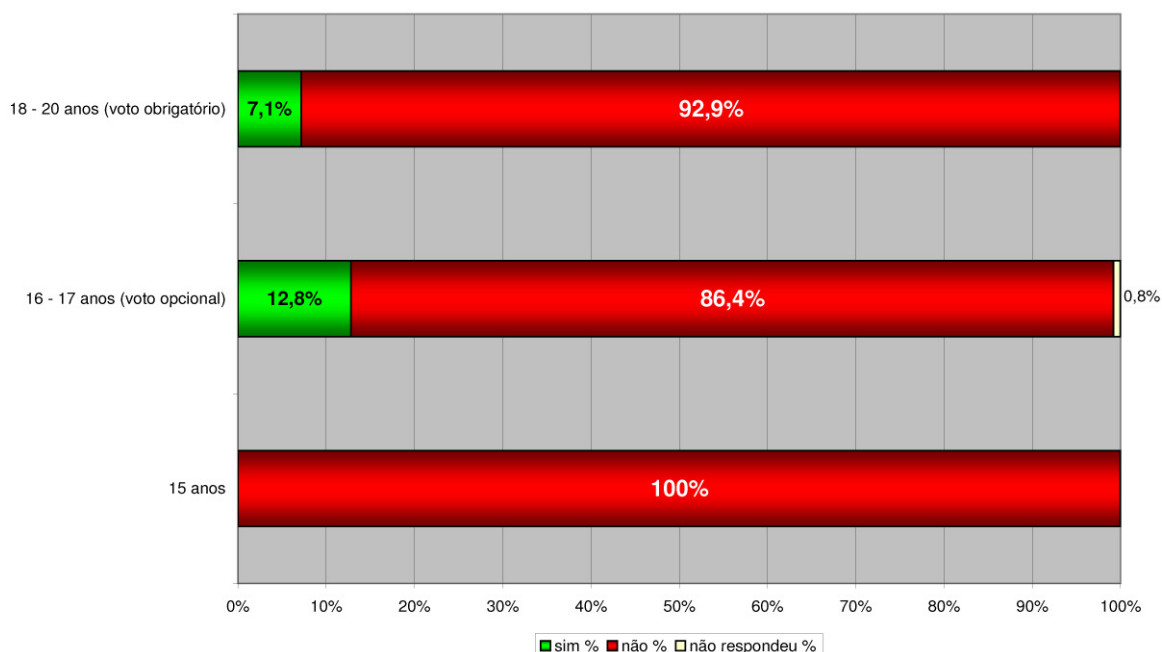
Os jovens que citaram Marta Suplicy como partido simpatizante, disseram que não tem afinidade com nenhum político.

Dois jovens deram respostas curiosas. Um respondeu PSDB e PSOL e o outro respondeu PSDB, PV e PSOL.

A preferência pelo PT com larga distância dos demais citados pode ter alguns motivos: (i) a afinidade por Lula, Marta e Eduardo Suplicy (veja página seguinte); (ii) o fato dos jovens serem alunos da rede estadual cujo governador é do PSDB e que frequentemente é alvo de críticas dos professores e dos alunos, devido à qualidade insatisfatória da educação.

Fato interessante é que há o dobro de simpatizantes pelos partidos (23,11%) do que relações de afinidade com políticos (11,56%).

13. Você tem afinidade com ALGUM POLÍTICO?



Políticos citados	Porcentagem de jovens que declararam afinidade	Porcentagem de jovens que citaram este político em primeiro lugar
Luis Inácio Lula da Silva [PT]	41,18%	29,41%
Geraldo Alckmin [PSDB]	23,53%	11,76%
José Serra [PSDB]	23,53%	5,88%
Marta Suplicy [PT]	17,65%	11,76%
Gilberto Kassab [DEM]	17,65%	5,88%
Soninha [PPS]	17,65%	5,88%
Eduardo Suplicy [PT]	11,76%	5,88%
Roger Lin [PSB]**	5,88%	5,88%
não lembro	5,88%	5,88%
Fernando Gabeira [PV]	5,88%	5,88%
Cícero Farias [PV]*	5,88%	5,88%
Juscelino Kubitschek	5,88%	0%
Heloisa Helena [PSOL]	5,88%	0%
Netinho [PCdoB]	5,88%	0%
Clodovil [PR]	5,88%	0%
Paulo Maluf [PP]	5,88%	0%
total de jovens	17	

*candidato a vereador em São Paulo em 2008

** vereador da cidade de São Paulo

Apesar de um jovem escrever "Sôninha PPS" e outro escrever "Geraldo Alckmin PSDB", nenhum deles tem simpatia por qualquer partido. Salvo estes casos, os partidos anotados entre colchetes foram inseridos por este pesquisador.

O presidente Lula se destacou, também, na pesquisa do DATAFOLHA (2008). Foi o único político citado entre as diversas personalidades como mais honesto (1.º lugar) e como quem o jovem gostaria de ser. Na lista das personalidades mais inteligentes, figurou no topo da lista dos políticos citados.

motivos de afinidade	Porcentagem de jovens que usarem esta justificativa	Número de jovens que usarem esta justificativa
imagem percebida (valores, traços da personalidade)	94,1%	16
Simpático	25,0%	4
verdadeiro, tem verdadeiros objetivos	12,5%	2
Honesto	12,5%	2
Sincero	12,5%	2
Leal	6,3%	1
Direto	6,3%	1
espírito de vontade	6,3%	1
Batalhador	6,3%	1
parece a "menos" pior	6,3%	1
Humilde	6,3%	1
gostou de sua atuação e/ou do que fez em determinada área	58,8%	10
jeito de governar, trabalha	30,0%	3
Transportes	10,0%	1
Saúde	10,0%	1
fez muitas coisas boas	10,0%	1
imagem da cidade	10,0%	1
lei do cigarro	10,0%	1
defesa do patrimônio público	10,0%	1
Obras	10,0%	1
origem / história de vida	35,3%	6
era do povo, veio da periferia	33,3%	2
história de vida / biografia	33,3%	2
por ser presidente [no sentido de conseguir se tornar]	16,7%	1
esforço contra o preconceito	16,7%	1
relação afetiva	17,6%	3
amigo da família	66,7%	2
ajudou a família	33,3%	1
identificação com bandeiras de luta	11,8%	2
direitos sexuais	50,0%	1
apoia o movimento jovem	50,0%	1

Referente aos motivos da afinidade por alguns políticos, observa-se que o carisma e as qualidades pessoais contam mais do que a eficiência e as bandeiras de luta.

5.2.2. Hábitos juvenis na internet

5.2.2.1. Onde estão os jovens na internet? (ou a cesta básica cibernética dos adolescentes)

Uma das questões levantadas é onde os jovens estão na internet, em que espaços cibernéticos eles estão circulando? A pesquisa aponta o seguinte quadro:

Quadro: principais sites usados por mais de 50% dos jovens

sites utilizados	Porcentagem de jovens que disseram usar o site
Youtube [vídeos]	93,88%
Google [site de busca]	91,84%
Orkut [site de redes sociais]	87,07%
MSN [comunicador instantâneo]	85,71%
Wikipedia [enciclopédia]	65,99%
Hotmail [webmail]	63,27%

Fazendo um recorte dos sites que foram citados por mais de 50% dos pesquisados, podemos inferir que a maioria usa a internet para se comunicar com sua(s) rede(s) social(is) através de sites de rede social, em especial o *Orkut*, conjugado com o comunicador instantâneo *MSN*; para usar e-mail; para compartilhar conteúdos audiovisuais (em especial vídeos); e para realizar pesquisas, entre elas, as escolares.

De acordo com o IBOPE Nielsen Online, o *MySpace*, por exemplo, alcançou quase 40% do público de 12 a 17 anos, em abril de 2009. O *Youtube*, site que permite que os usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital, chega a alcançar 24,6% de jovens nessa mesma faixa etária, no mesmo período.¹⁰⁴

Segundo dados estatísticos do site de rede social ORKUT (2010)¹⁰⁵, 51% de seus usuários são brasileiros e 53,69% tem até 25 anos. Se adicionar a faixa de 26 a 30 anos, são quase 70%. Além disso, a amizade é o principal interesse dos usuários (45,89%).

¹⁰⁴ IBOPE. Tudo ao mesmo tempo, agora! Revista *Giro*. São Paulo, edição 13, ano 4, abr/mai/jun 2009. p. 16-17.

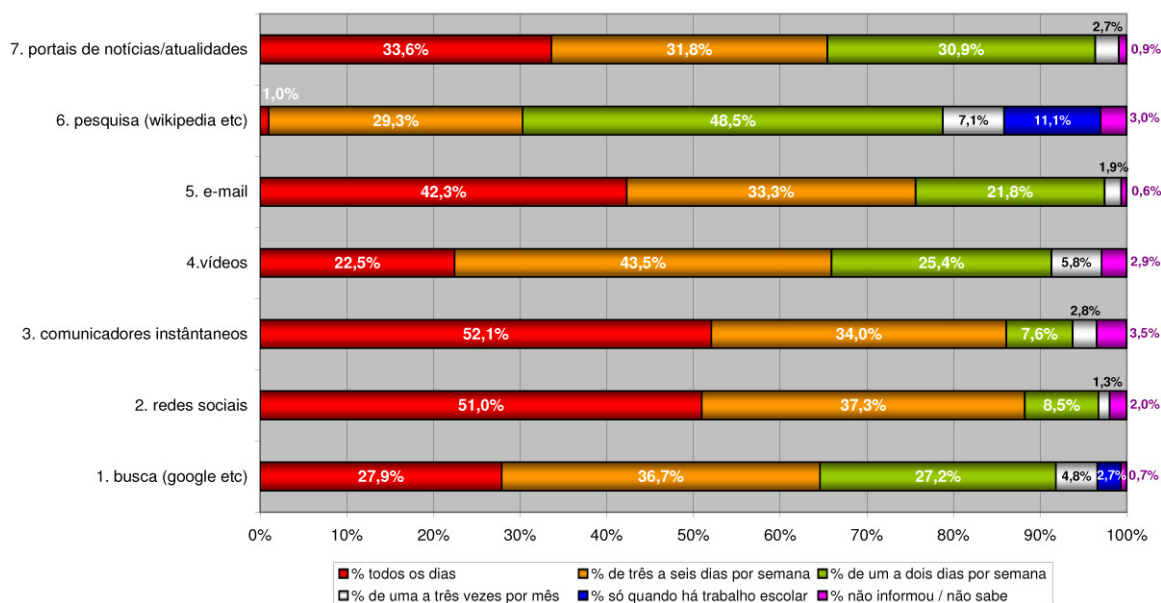
¹⁰⁵ ORKUT. *Dados demográficos*. Disponível em <http://www.orkut.com.br/main#memberall>. Acesso em 28 jan. 2010.

Quadro: principais categorias de sites usados por mais de 50% dos jovens

sites utilizados – AGRUPADOS POR CATEGORIAS	%usuários	Número de usuários
1. busca	94,56%	147
Google		135
Bing		2
não especificou site de buscas		10
não usa /não respondeu		8
2. redes sociais	93,88%	153
Orkut		128
Myspace		9
Facebook		6
Mixme		2
meadd [questão 19]		1
não especificou uma rede social (orkut, facebook, myspace)		7
não usa /não respondeu		9
3. comunicadores instantâneos	91,16%	141
MSN		123
Skype		8
não especificou um comunicador (msn, skype)		10
não usa /não respondeu		13
4. vídeos	89,80%	137
Youtube		137
não usa /não respondeu		15
5. e-mail	79,59%	153
Hotmail		92
Yahoo		34
Gmail		19
Outlook		1
não especificou E-mail		7
não usa /não respondeu		30
6. pesquisa	68,03%	99
Wikipédia		97
yahoo resposta		1
Suapesquisa		1
não usa /não respondeu		47
7. portais de notícias/atualidades	53,74%	110
globo.com / rede globo + globoesporte		46
portal UOL		29
portal terra		22
Portal ig		2
Folha de São Paulo		1
Portal bol		1
Portal MTV		1
clima tempo		1
r7		1
rede de esportes		1
não especificou portal Notícias/Atualidades		5
não usa /não respondeu		68

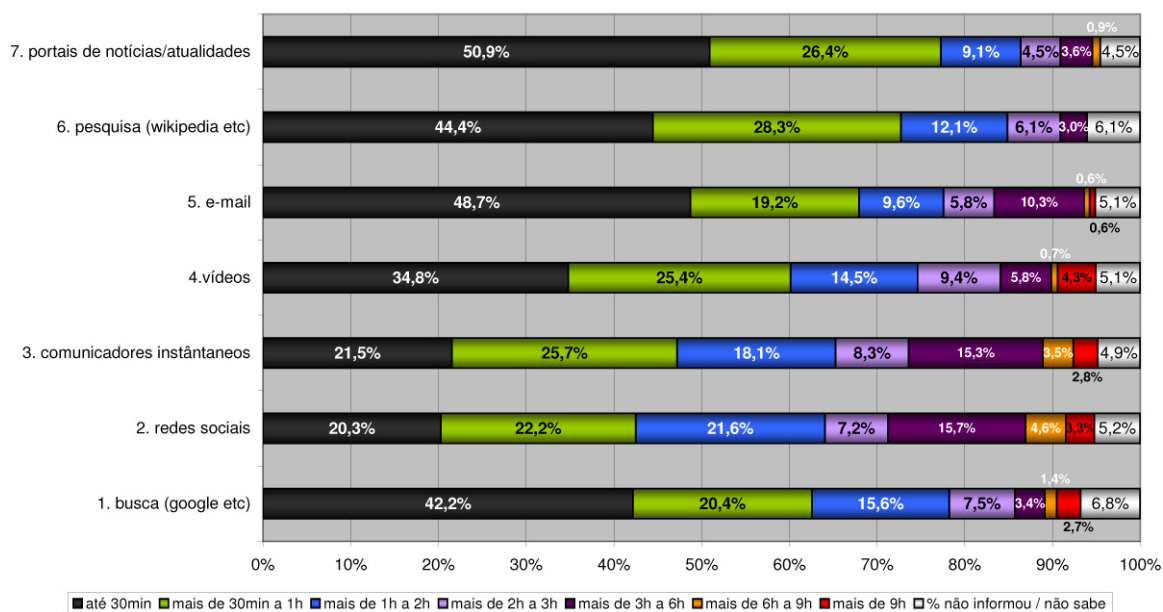
Obs.: No total de cada categoria pode-se ultrapassar o número de pesquisados, pois há aqueles que usam mais de um site do mesmo grupo.

16. Quais são os sites e programas que você mais usa na internet?
SITES AGRUPADOS POR CATEGORIA X FREQUÊNCIA DE USO SEMANAL
 usados por mais de 50% dos jovens pesquisados

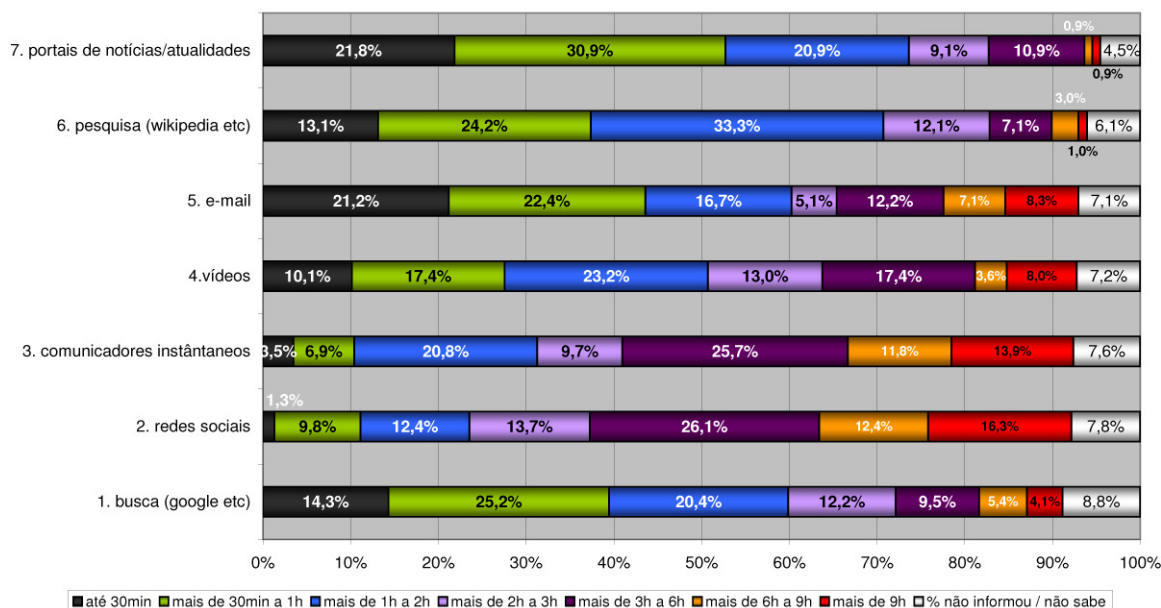


Segundo IBOPE Nielsen Online, os adolescentes brasileiros entre 12 e 17 anos foram os que ficaram mais tempo usando a internet por mês, entre os dez países que participam da medição: 41 horas e 14 min. Em segundo lugar, ficou o Reino Unido, com 18 horas e 43 minutos. A principal ocupação é a diversão.

16. Quais são os sites e programas que você mais usa na internet?
SITES AGRUPADOS POR CATEGORIA X TEMPO DE USO MÍNIMO
 usados por mais de 50% dos jovens pesquisados



16. Quais são os sites e programas que você mais usa na internet?
SITES AGRUPADOS POR CATEGORIA X TEMPO DE USO MÁXIMO
 usados por mais de 50% dos jovens pesquisados



Questionados sobre o que os jovens costumam fazer na internet e com que frequência, o Datafolha (2008, p. 50-5)¹⁰⁶ aponta:

1. Acessar **sites de relacionamento, como Orkut, Myspace, Facebook** e outros: 81% (51% acessa de 3 a 7 dias por semana)
2. Ler **notícias**: 79% (48% acessa de 3 a 7 dias por semana)
3. Trocar **mensagens instantâneas**: 76% (51% acessa de 3 a 7 dias por semana)
4. Trocar **e-mails**: 76% (44% acessa de 3 a 7 dias por semana)
5. Fazer pesquisas para escola: 61%
6. Baixar músicas: 61%
7. Assistir vídeos: 58%
8. Frequentar salas de bate-papo: 43%
9. Fazer pesquisas para o trabalho: 37%
10. Ler blogs: 32%
11. Baixar filmes: 23%
12. Escrever em blogs: 19%

¹⁰⁶ Dados retirados das tabelas do arquivo jovens_30072008_tb1.pdf disponível para download em <http://datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em 5/8/2008.

tipos de comunidades / perfis seguidos ¹⁰⁷	quantidade
relações afetivas (amizade, familiar, namoro)	62
comportamento, personalidade (coisas que adora ou odeia fazer, características pessoais)	55
futebol (times, torcidas, jogadores)	55
Música	35
educação, cursos, escolas, professores, matérias	24
meios de comunicação (rádio, tv, internet, celular)	19
Alimentação	17
religiosas, esotéricas	10
Nome	9
jogos (videogame, computador) e brinquedos	8
direitos, bandeiras de luta, trabalhos sociais	7
filmes, livros, desenhos	7
grupos, organizações juvenis	6
bairros, regiões, locais de origem	6
moda e beleza	6
atividades culturais	5
sobre qualquer assunto	5
Carros	3
modelos, atores do cinema	3
Política	2
locais de trabalho	2
outros esportes	2
comunidades não classificadas	1
total de comunidades	349
jovens que não participam de comunidade ou não usam redes sociais ou microblogs	15
média aproximada de comunidades citadas por usuário	2,6
não informou comunidades	18
visita comunidades mas não listou	3
não participa de nenhuma comunidade	5
não usa redes sociais, nem microblog	10

Os tipos de comunidades são pistas para as possíveis mediações para se comunicar com a juventude, v.g., futebol e música. Veja o exemplo do programa de auditório *Câmara Ligada*, da TV Câmara (DF) que utiliza da presença de bandas musicais para fazerem parte do debate de importantes assuntos que dizem respeito aos jeitos e direitos da juventude.

Há somente duas comunidades explicitamente relacionadas à política (Marta Suplicy e PV). Mas se somarmos as relacionadas à **direitos, bandeiras de luta, trabalhos sociais** (7), **grupos, organizações juvenis** (6) e **política** (2), temos 15 comunidades que expressam algum tipo de relação com o bem público comum.

¹⁰⁷ A tabela detalhada se encontra nos anexos desta monografia.

Sites em que estão alocadas as comunidades e perfis seguidos	total usuários
Orkut	119
Twitter	7
Myspace	5
Facebook	1
Fotolog	1
meadd [diz q usa pra postar fotos, mas não sinaliza q siga, acompanhe alguém]	1
Total	134

Internet e política

15. Você segue alguém no Twitter ou participa de alguma comunidade na Internet que tenha alguma relação com a política?	sim %	não %	não respondeu %	sim	não	não responde u	total
15 anos	0,00%	100,00%	0,00%	0	6	0	6
16 - 17 anos (voto opcional)	4,00%	95,20%	0,80%	5	119	1	125
18 - 20 anos (voto obrigatório)	7,14%	92,86%	0,00%	1	13	0	14
idade não especificada	0,00%	100,00%	0,00%	0	2	0	2
total	4,08%	95,24%	0,68%	6	140	1	147

principais pessoas que segue ou comunidades que participa relacionadas à política	Site	motivo
Marta Suplicy	Orkut	Ex-prefeita de São Paulo. Discute-se os projetos aprovados e criados por ela.
Lula	Orkut	presidente vencedor
PV	Orkut	Partido ativista de Proteção Ambiental
PV	Orkut	Importa-se com natureza
mito	Twitter	Ele fala um pouco do que acontece em alguns países entre outras coisas

17. Já aconteceu algo com você na Internet que te motivou a alguma atitude ou mudança de opinião sobre a política?	sim %	não %	não respondeu %	sim**	não	não respondeu	total
15 anos	0,0%	100,0%	0,0%	0	6	0	6
16 - 17 anos (voto opcional)	6,4%	92,0%	1,6%	8	115	2	125
18 - 20 anos (voto obrigatório)	7,1%	92,9%	0,0%	1	13	0	14
idade não especificada	50,0%	50,0%	0,0%	1	1	0	2
total	6,8%	91,8%	1,4%	10	135	2	147

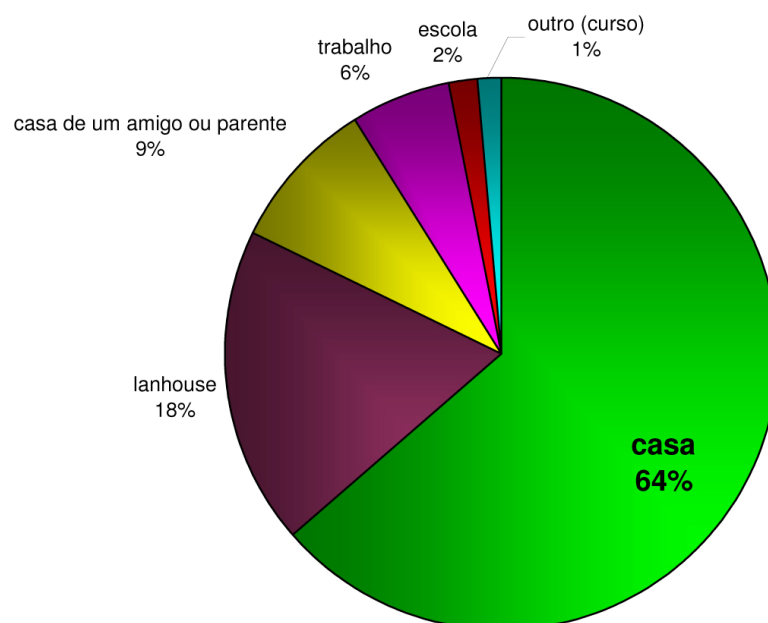
Experiências relatadas:

- Não tenho TWITTER, porém vi de perto quando o #fora Sarney era um dos assuntos mais abordados.
- As promessas que não são cumpridas.
- mudar de habito.
- Nunca respondem meus emails de maneira coerente, estou me referindo ao governo do Estado de São Paulo, eles apenas agradecem, porém não solucionam ou escutam qual é o problema.
- Vou tirar meu título de eleitor, para cobrar as promessas que o prefeito, presidente, governador falou antes de ser eleito.
- Uma pessoa me mandou uma mensagem no orkut por que estava magoada comigo ai eu mudei algumas atitudes.
- sobre a verdade do que acontece no Brasil e na política.
- eu assisti um vídeo que mostrava um senador fazendo uma lei e todos o aplaudiram
- a cantora Vanusa cantando o Hino Nacional.
- chata, não foi fácil, quis parar de navegar.

Os dados apresentados não surpreendem. O real se reflete no virtual: a política não está evidente no cotidiano dos jovens, logo, é perfeitamente lógico que ela não faça parte do seu portfólio de interesses na internet. Ela não atrai, não faz sentido para eles. Como veremos mais adiante, a política está carregada de preconceitos. O presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas arrisca: “O sistema político não fala a linguagem da juventude. É algo muito formal, muito quadrado” (FOLHA, 2008).

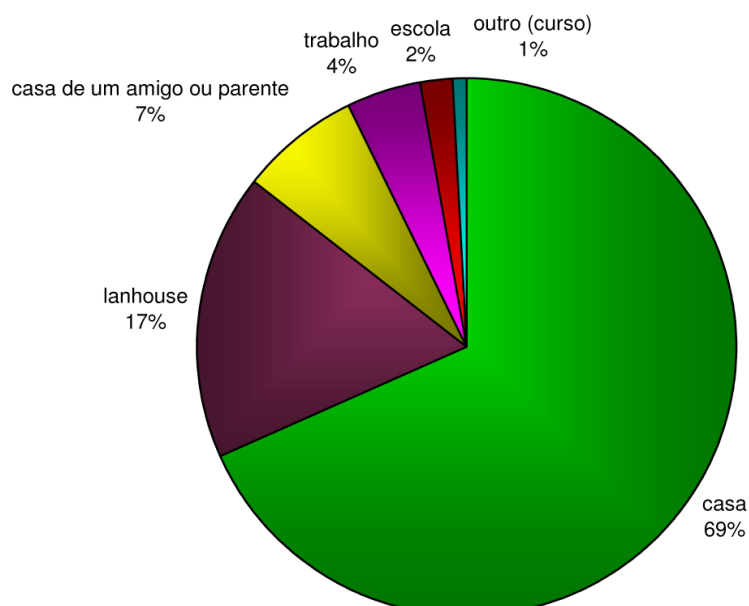
Talvez em 2010, este quadro se altere provisoriamente, com as eleições em pauta.

Principal local de acesso a internet



Principal local de acesso - respostas válidas

CONSIDERANDO APENAS OS QUE RESPONDERAM UMA ALTERNATIVA



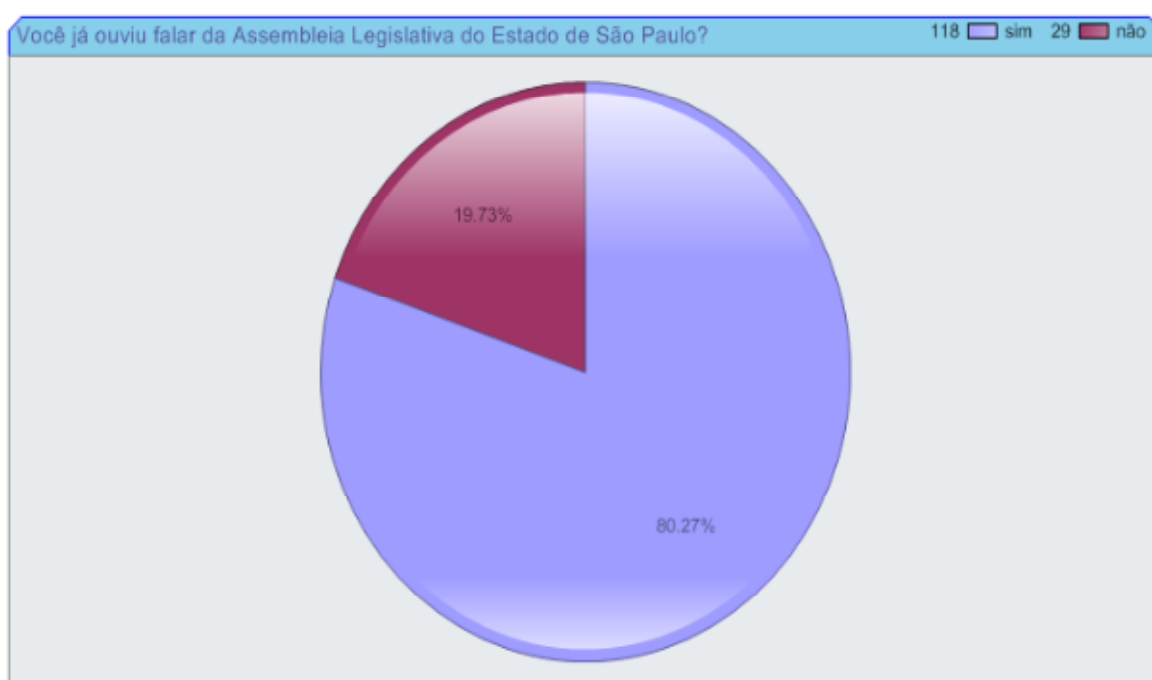
Tratando-se de alunos da rede pública, residentes em regiões desprovidas dos melhores índices de qualidade de vida, foi uma surpresa o alcance de mais 60% que declararam que o principal local de acesso à internet é sua própria casa. Segundo pesquisa

elaborada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2009), 25% da população sudeste possui acesso domiciliar. Já a pesquisa *Jovens Brasileiros* (DATAFOLHA, 2008) indica que 31% costumam acessar a internet em casa. Porém não foi encontrada nenhuma pesquisa segmentada que demonstrasse o uso da internet pela juventude paulista, pois é possível que no Estado haja mais jovens conectados do que é indicado pelas pesquisas nacionais.

Como as três escolas possuem laboratórios de informática conectados à internet em que os alunos podem usar fora do horário de aula, foi surpresa o índice de apenas 2%. Vários fatores podem ter relação com isso: alunos que não morem próximo à escola e que por isso inviabilizaria retornar à ela em outro horário; velocidade de conexão pode ser mais baixa que a oferecida por *lanhouses* (o que é um incômodo para aqueles acostumados a usar *Youtube*, por exemplo); horário para acesso na escola é mais restrito, precisa de agendamento.

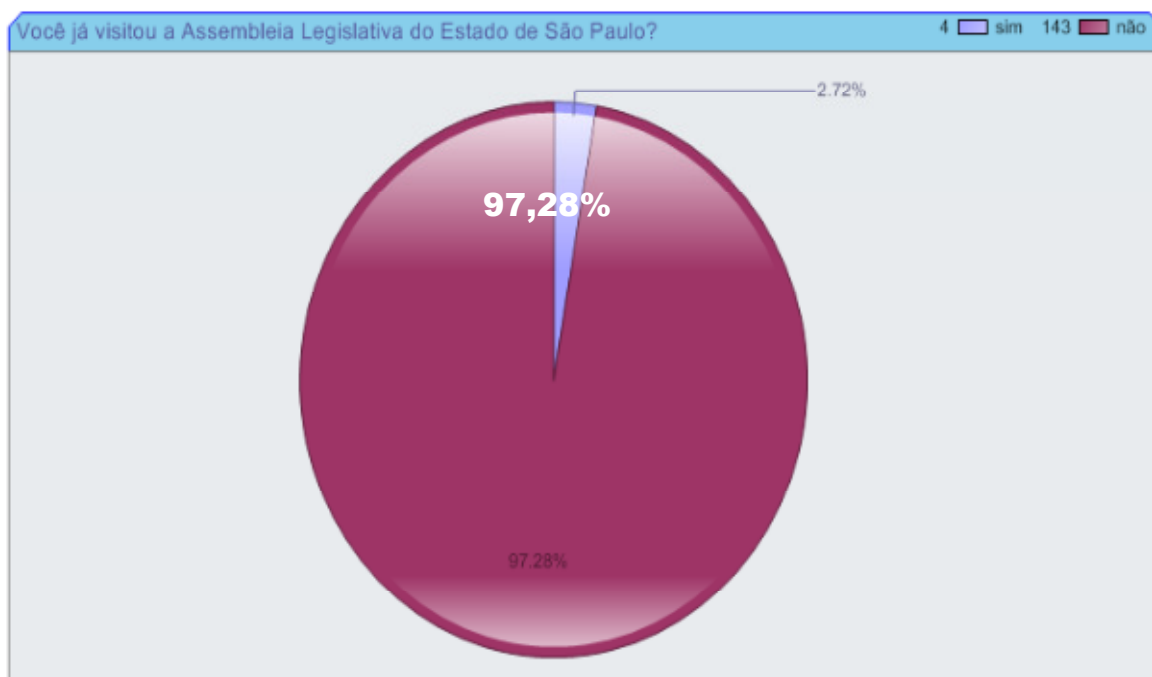
5.2.3. Comunicação entre a ALESP e juventude

19. Você já ouviu falar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo?	sim %	não %	sim	não	total
15 anos	100,00%	0,00%	6	0	6
16 - 17 anos (voto opcional)	80,80%	19,20%	101	24	125
18 - 20 anos (voto obrigatório)	71,43%	28,57%	10	4	14
idade não especificada	50,00%	50,00%	1	1	2
Total	80,27%	19,73%	118	29	147



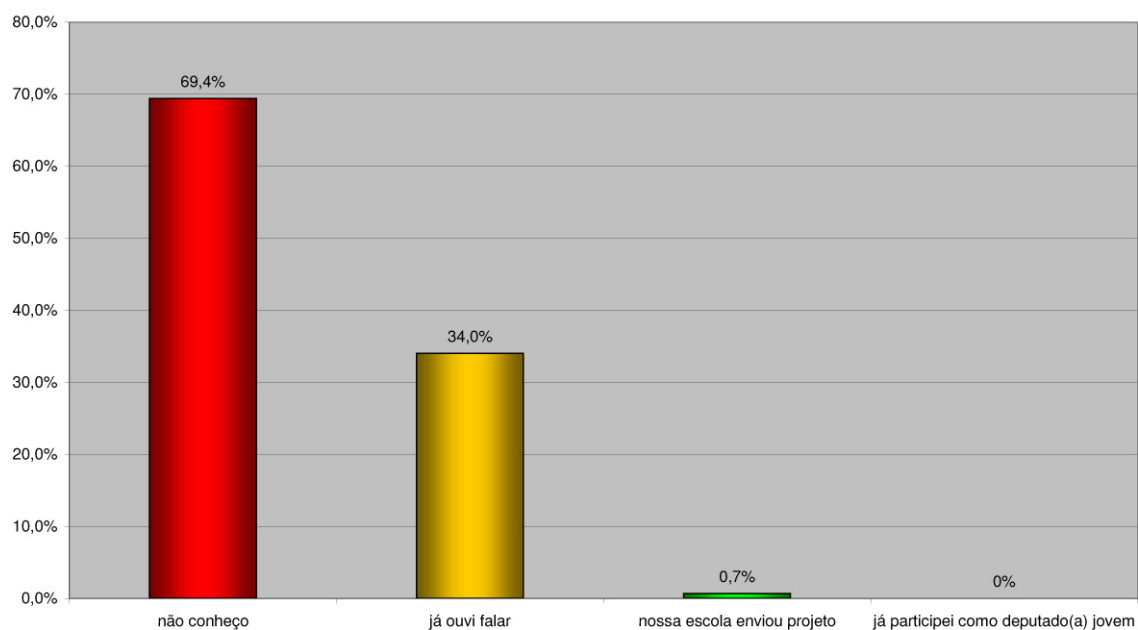
Apesar de uma grande parcela declarar ter ouvido falar da Assembleia, nos grupos de diálogo ficou evidente que eles não sabem o que é a Assembleia. Ao questionar os jovens sobre onde ficam os deputados estaduais, ninguém citou a ALESP.

20. Você já visitou a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo?	sim %	não %	sim	não	total
15 anos	0,00%	100,00%	0	6	6
16 - 17 anos (voto opcional)	2,40%	97,60%	3	122	125
18 - 20 anos (voto obrigatório)	7,14%	92,86%	1	13	14
idade não especificada	0,00%	100,00%	0	2	2
Total	2,72%	97,28%	4	143	147

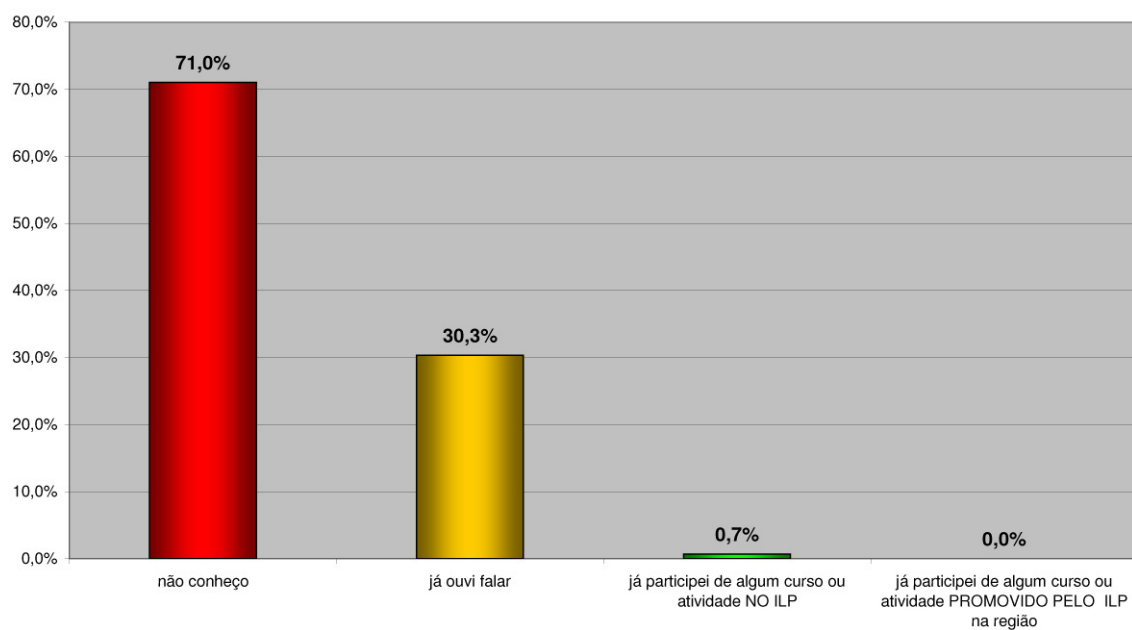


- 97,28% nunca visitaram a Assembleia

21. Sobre o Parlamento Jovem Paulista: (pode marcar mais de uma alternativa)



22. Sobre o Instituto do Legislativo Paulista (ILP): (pode marcar mais de uma alternativa)



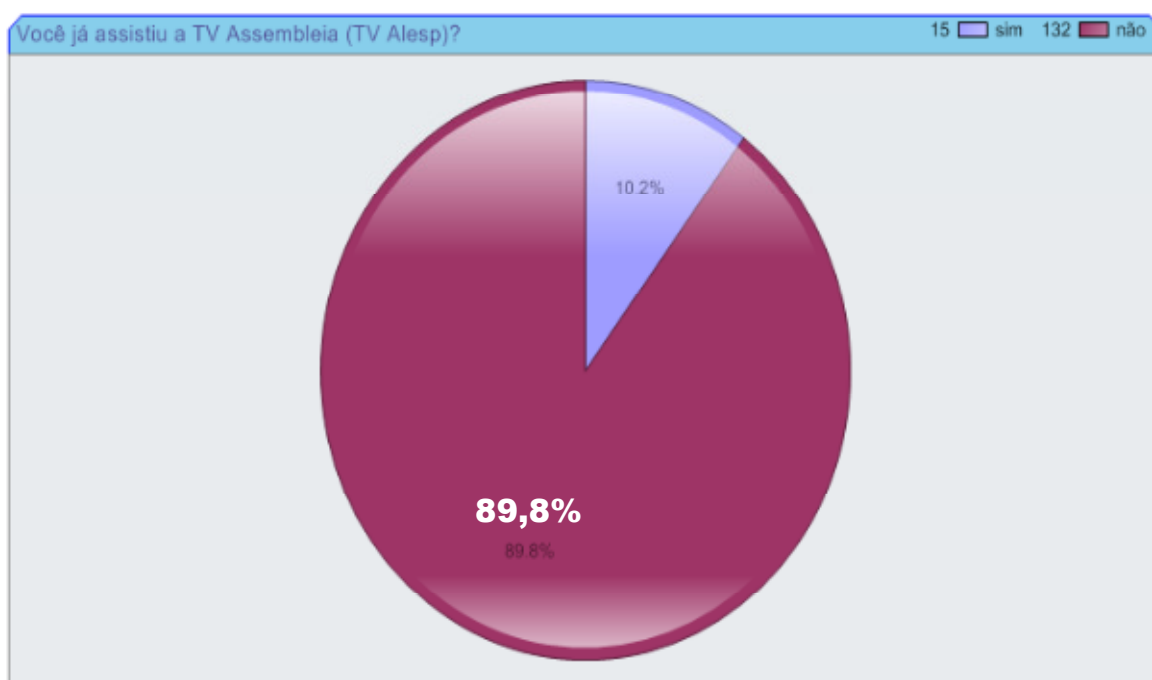
Nas três escolas havia jovens que já ouviram falar do Parlamento Jovem e do ILP.

Escola Estadual	já ouviram falar do Parlamento Jovem	já ouviram falar do ILP
Martins Pena – noite	18	16
Prof. José Geraldo de Lima - manhã	21	13
Profª Carolina Cintra da Silveira - manhã	11	15
Total de jovens	50	44



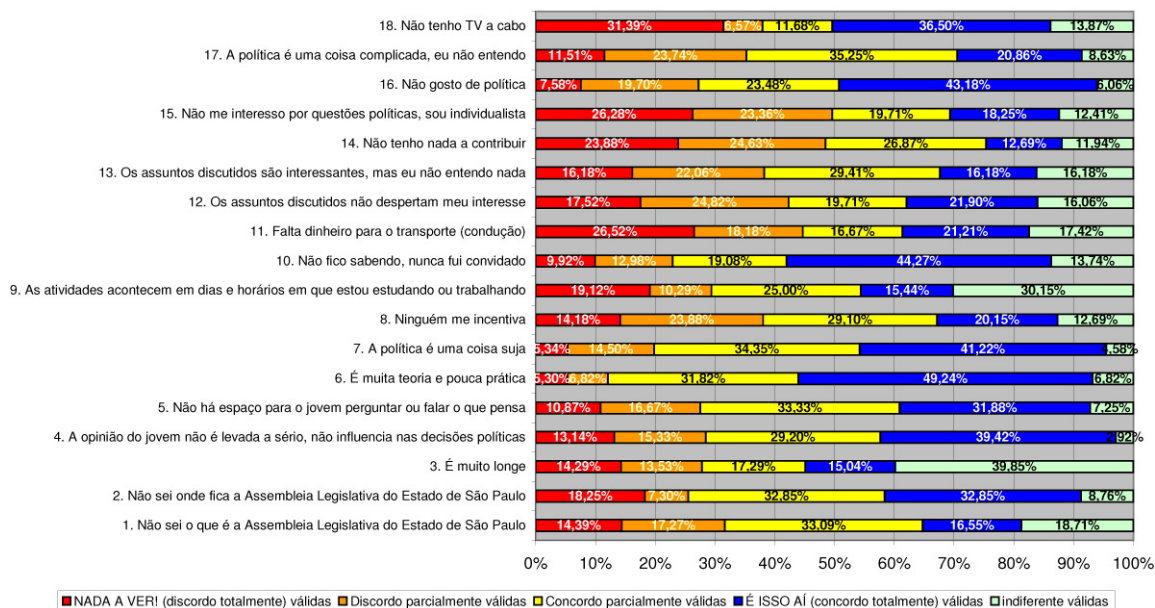
23. Você já entrou no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo?	sim %	não %	sim	não	total
15 anos	0,0%	100,0%	0	6	6
16 - 17 anos (voto opcional)	1,6%	98,4%	2	123	125
18 - 20 anos (voto obrigatório)	14,3%	85,7%	2	12	14
idade não especificada	0,0%	100,0%	0	2	2
total	2,7%	97,3%	4	143	147

O desconhecimento do portal da ALESP é ratificado pelos jovens nos grupos de diálogo em falas como *a gente nunca viu*. Os jovens não usam o portal, eles nem sabem que existe.



24. Você já assistiu a TV Assembleia (TV ALESP)?	sim %	não %	sim	não	total
15 anos	0,00%	100,00%	0	6	6
16 - 17 anos (voto opcional)	9,60%	90,40%	12	113	125
18 - 20 anos (voto obrigatório)	21,43%	78,57%	3	11	14
idade não especificada	0,00%	100,00%	0	2	2
total	10,20%	89,80%	15	132	147

25. quanto concorda ou discorda dos motivos abaixo que IMPEDEM, DIFICULTAM OU DESMOTIVAM você de acompanhar, cobrar e fiscalizar a ação dos deputados e de participar de atividades na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.



Destaques

Obstáculos primários: (mais de 40% que concordam com a afirmação)

- 1) É muita teoria e pouca prática (49,24%).
- 2) Não fico sabendo, nunca fui convidado (44,27%).
- 3) Não gosto de política (43,18%).
- 4) A política é uma coisa suja (41,22%).

Obstáculo secundários (mais de 30% que concordam parcialmente com a afirmação)

- 1) A política é uma coisa complicada, eu não entendo (35,25%).
- 2) Não há espaço para o jovem perguntar ou falar o que pensa (33,33%).
- 3) Não sei o que é a Assembleia Legislativa (33,09%).

O que não é obstáculo (mais de 30% que julgam a afirmação indiferente)

- 1) É muito longe (39,85%).
- 2) As atividades acontecem em dias e horários em que estou estudando ou trabalhando (30,15%).

5.3. Grupos de Diálogo (GDs)

Dificuldades para exigir o cumprimento e conquistar direitos¹⁰⁸

GD EE Carolina	<i>Na maioria das vezes não conseguimos ter contato com quem está no poder e não conseguimos explicar para eles o que acontece no nosso bairro¹⁰⁹ (grifo meu). Essa falta de comunicação é o nosso problema.</i> Os alunos desconhecem que podem ir procurar um deputado na Assembleia Legislativa. Eles estranham, perguntam se não tem que marcar hora, se tem que ser maior, se precisa pegar fila, se não serão barrados. Jair: <i>Então aqui é que fica a Assembleia Legislativa... lá vocês podem... a qualquer momento vocês podem chegar lá e "ah, eu quero ver o deputado tal..." é só você se dirigir ao gabinete...</i> Aluna: <i>Nossa... E consegue? vamos lá?</i> (...) Aluna: <i>Não precisa ser de maior?</i> Jair: <i>Não...</i> Aluna: <i>É muito fácil chegar lá, mas deve ser uma fila enorme... esperar horas... e falar com o deputado</i> <i>A falta de atitude e a má escolha do povo, (...) elegendo os piores candidatos.</i>
GD José Geraldo	<i>Falta de incentivo e ao mesmo tempo a falta de interesse (...) das próprias pessoas, da comunidade.</i> <i>Falta de motivação dos Próprios jovens, e verba e interesse político para (criação das) áreas de lazer.</i> Os jovens completam dizendo: <i>Esse interesse (...), eu acho, às vezes nós mesmos que tá falando que tá faltando isso e quando dá, quando dá a hora não vai atrás, não corre. O que tá faltando mesmo é alguém (...) que incentive, que... um político...</i> Chegar ao consenso na discussão conjunta dos problemas. Todos concordaram que a falta de tempo também é uma dificuldade na solução de problemas¹¹⁰: <i>A gente que não tá correndo atrás, porque não tem tempo...</i> Os alunos desconhecem que podem ir procurar um deputado na Assembleia

¹⁰⁸ Tabela baseada nas respostas à pergunta *Quais são os empecilhos, as dificuldades para resolver o problema?* discutida em grupos e também nos comentários que surgiram durante o diálogo.

¹⁰⁹ Na folha de rascunho usaram a expressão *não conseguimos dizer pra ele o que falta*.

¹¹⁰ Esta dificuldade também apareceu na pesquisa empírica de meu trabalho anterior (BORBA JR., 2007, p. 72).

	Legislativa. Eles estranham, perguntam se não tem que marcar hora, se tem que ser maior, se precisa pegar fila, se não serão barrados. Jair: <i>Quando vocês quiserem, a qualquer momento podem chegar lá e entrar.</i> Aluno: <i>Sério?</i> Aluno: <i>Ninguém é barrado?</i> (...) Aluno: <i>Mas você tem que ter horário marcado com um deputado?</i> (...) Aluno: <i>Você pode chegar e trocar ideia com os caras assim de boa?</i> (...) Aluno: <i>Sem marcar hora?</i> <i>O que tá faltando bastante é esperança nas pessoas.</i> Assim, como surgiu em meu trabalho anterior, no grupo do Socorro, também apareceu a carência de existir um líder para representar, orientar e motivar a participação política do grupo. Será que os políticos não deveriam ser estes líderes? Não seriam esses alguns de seus papéis? Alguns têm dificuldade em expressar suas reais necessidades e acabam falando o que acham que os outros querem ouvir.
GD Martins Pena	<i>A falta de interesse dos jovens e das pessoas com poder para investirem em projetos destinados aos jovens.</i> <i>A burocracia criada pelo poder Legislativo. (...) Até ser aprovado demora muito.</i> Conseguir a aprovação e apoio do Poder Público para que realize projetos de acordo com as necessidades da comunidade. Baixa auto-estima: <i>a gente não é nada (Jennifer). / É verdade! (concorda outro aluno)</i> Não gostar de política Não ter espaço

Eles confundem, e isso é perfeitamente normal, quem é responsável por qual equipamento público. Por exemplo: um dos alunos da EE Carolina disse que o CEU é do Estado e, na verdade pertence à cidade de São Paulo. Este desconhecimento também reflete

no processo de reivindicação e conquista de direitos, pois é preciso saber a quem recorrer, de quem é a responsabilidade por manter, aperfeiçoar ou implementar determinado serviço ou equipamento.



EE Carolina - grupos discutindo o site ideal dos políticos do legislativo – foto: Jair Pires

Desconfianças e impressões negativas dos políticos

GD EE Carolina	<i>No senado existe muita corrupção. Os políticos só fazem promessas e na hora de cumprir as leis não fazem nada.</i> Frase escrita por um grupo durante um exercício para falar sobre política ideal: <i>Em uma sala <u>secreta</u>, onde várias <u>mentiras</u> são contadas, políticos planejam fazer seu próximo <u>comício</u> eleitoral, para assim o povo ter que ouvir a mesma <u>chatisse</u> e <u>injustiça</u> que ocorre no país; assim começam as <u>intrigas</u> entre os políticos e a população; não se resolve nada, chegam as épocas das eleições, continua o <u>mensalão</u> e volta toda aquela <u>corrupção</u>.</i> O diálogo entre os alunos sobre episódio no Congresso Nacional veiculado nos meios de comunicação (em especial, na TV), demonstra que como não há uma clareza, distinção e conhecimento sobre as várias instâncias do Poder Legislativo, a construção de sua imagem é alimentada pelas poucas referências que eles têm contato. Mariane: <i>Eles vão lá e em vez deles discutirem o que a gente necessita, não, eles vão lá pra ficar se xingando, pra ficar debatendo da vida pessoal.</i> Aluna1: <i>Gente do poder deveria dar o exemplo, né? Não ficar xingando.</i> Aluna2: <i>Por que eles não discutem sobre o que a gente precisa? Depois fala que a população é ignorante.</i> Após dar uma breve explicação sobre o processo de identificação de uma necessidade até a solução concreta do problema, uma das alunas demonstra sua percepção de que as realizações no serviço público são lentas, morosas através das conclusivas: <i>por isso que demora tanto assim? e a gente morre sem ter.</i>
GD José Geraldo	Ao explicar que o deputado estadual deve fiscalizar o governador, um aluno pergunta: <i>Fiscaliza ou é teoria?</i> <i>Muita gente nem lembra em quem votou mais, nem sabe mais de quem cobrar o que prometeram pra você. Eles deitam e rolam.</i>
GD Martins Pena	<i>Pancadaria, baixaria...</i> (no plenário de algum legislativo). Um aluno relatou que perto de sua casa, havia um político distribuindo ovos de Páscoa para a comunidade, mas os ovos venciam no mesmo dia. Para eles, os políticos enrolam a população.

Na EE Carolina e na EE José Geraldo, um jovem expressa, mesmo que de brincadeira, uma forma hostil contra o Legislativo: *matar, tacar bomba*.

Outros comentários

GD Carolina	Três referências de fala, utilizando o que é passado pela TV: “bate-boca” entre senadores na TV Senado; propaganda de partido político falando sobre os bons políticos do futuro; propaganda do Governo do Estado anunciando construção de escolas no interior.
GD José Geraldo	<i>Nunca vi esse livro</i> (sobre a Constituição). No diálogo se percebeu que eles não sabem como estão organizadas as leis (constituições, estatutos etc). Quando se falou dos três poderes, eles sabiam quais eram. Tinham uma noção bem superficial de cada um. Os nomes ajudam um pouco... Na EE José Geraldo desenhei um esquema na lousa para aprofundamento sobre o Poder Legislativo e fui dialogando. Nas outras escolas só foi bate-papo. O esquema pode acabar dando pistas sobre as respostas para aqueles que sabem ou tem alguma noção. <i>Cada estado só tem um deputado estadual?</i> Não sabiam que os deputados estaduais ficam na ALESP. Assim como no GD Carolina, a Câmara foi a primeira resposta, confundindo com os deputados federais que são muito mais falados nos meios de comunicação. Apenas um aluno sabia que a ALESP fica no Ibirapuera. EE José Geraldo não tem grêmio estudantil. A aluna Gilvania fez a primeira fala defendendo a sociedade política: <i>ele tá lá tentando defender alguma coisa pra gente</i>. Outro aluno elogiou o trabalho do presidente Lula. Um aluno se cadastrou no portal do Governo do Estado e recebe informativos em seu e-mail.
GD Martins Pena	EE Martins Pena tem grêmio estudantil.



EE José Geraldo - grupos discutindo o site ideal dos políticos do Legislativo – foto: Jair Pires

Política Ideal

Escola Estadual	A Política Ideal
Prof^ª. Carolina Cintra da Silveira	• Na política ideal, a gente pode conhecer pessoalmente os candidatos e os políticos. • Cada um de nós tem a oportunidade para falar o que pensa. • Podemos debater com nossos representantes, podemos expor as nossas ideias para eles. • Na política ideal, todos têm direito a uma vida digna. Os novos políticos e os que estão no poder trabalham para o bem comum das pessoas e não para seus próprios interesses particulares. Eles assumem o que fazem (seus erros) e não jogam a culpa nos outros.
Prof^º. José Geraldo de Lima	Na política ideal... • ... o que os políticos prometem, eles cumprem com qualidade; • ... há transparência de como o dinheiro é gasto. Sabemos pra onde ele vai; • ... os políticos trabalham junto com a sociedade, com a comunidade; • ... os políticos estão presentes na vida do povo; • ... podemos nos comunicar com eles, podemos questioná-los; • ... os políticos não “pegam” aquilo que não lhes pertence. Se contentam com seu salário; • ... somos ouvidos antes que decidam as leis; • ... podemos cobrar deles suas atitudes; • ... os políticos pensam em nós, de modo a beneficiar as pessoas.
Martins Pena	Hoje, há muita teoria e pouca prática. Na política ideal, os políticos cumprem o que falam. Eles agem mais pensando no bem da população, no nosso futuro, no futuro do país e nós somos o futuro do país. Eles pensam não só no futuro econômico deles, no próprio umbigo, no próprio bolso, mas no futuro econômico de cada cidadão. Na política ideal, Há menos corrupção. Ela é transparente. O povo fica sabendo tudo o que os políticos estão fazendo. O povo pode participar.

O que é consensual entre os jovens das diferentes escolas é que todos condenam nos políticos, o patrimonialismo e as falsas promessas. Por outro lado, valorizam o relacionamento, o diálogo e a participação da sociedade civil junto ao Poder Público. Duas escolas evidenciaram também a necessidade da transparência na gestão pública.

Site ideal dos políticos do Poder Legislativo¹¹¹

Escola Estadual Prof.^a Carolina Cintra da Silveira	1. recurso para as pessoas da sociedade postarem suas propostas, opiniões, reclamações e depoimentos; 2. ser possível visualizar não só os trabalhos / projetos que os deputados fizeram, mas também aquilo que precisa ser feito e que ainda não se fez, através de álbum de fotos e de vídeos (sobre andamento dos projetos, quando começou, quando terminou etc.); 3. disponibilidade de se comunicar com os políticos através de e-mail, twitter, MSN, videochamada e conversas (bate-papo) online, além de outras formas de contato (como telefone, por exemplo). Porém, deve-se criar dispositivos que garantam a certeza de que se está conversando com o devido político e não com outra pessoa e deve-se orientar qual a disponibilidade de cada político para atender a população; 4. ter acesso <i>online</i> às câmeras da Assembleia Legislativa para observar o que os deputados estão fazendo e assim ter certeza de que estão realmente se esforçando para fazer o melhor...; 5. explicar como funciona o Poder Legislativo; 6. disponibilizar as leis; 7. divulgar o perfil dos políticos, seus antecedentes, suas agendas, suas propostas para 2010; 8. ter espaço para divulgar, reclamar e propor as melhorias implementadas no ensino das escolas públicas estaduais.
Escola Estadual Prof.^o José Geraldo de Lima	1. quais as indicações que os deputados estão fazendo, enviando ao governador; 2. linguagem clara, objetiva e simples nas informações; 3. central de dúvidas online para esclarecer alguns assuntos em tempo real; 4. característica de cada deputado (comportamento, críticas, pontualidade, currículo), seus antecedentes criminais e histórico pessoal dos deputados¹¹²; 5. em qual área atua ou pretende atuar; 6. enquete para avaliação dos projetos; 7. informações sobre os projetos concretizados, os que estão em andamento (que estão sendo discutidos e votados) e os que serão realizados; 8. informações sobre as obras em andamento e qual foi o investimento delas (quadras, escolas etc) e saber como são fiscalizadas as obras; 9. informativo de tudo que acontece fora do país que possa afetar nossas ideias

¹¹¹ Pergunta feita aos grupos: *Com base nas competências do legislativo e no que acreditamos como política ideal, como gostaríamos que fosse o site ideal dos políticos do poder legislativo?* Usei o termo site ao invés de portal para facilitar a compreensão dos alunos.

¹¹² O histórico pessoal foi contestado por uma jovem que julgou ser uma invasão de privacidade, uma informação não relevante do político.

	(ex.: crise econômica, bolsa... um jornal com atualidades)¹¹³; 10. e-mail de todos os deputados para que se possa ter acesso direto (sem intermediários) às mensagens enviadas, para que cheguem na íntegra, sem alterações ou edições; 11. salário dos deputados; 12. leis organizadas por temas; 13. pirâmide do Poder (hierarquia) para pessoa saber a quem recorrer; 14. conversas instantâneas e videoconferência com as autoridades (<i>pra gente saber como as coisas estão sendo feitas, como eles estão se empenhando nas obras (...) quais são as verdadeiras intenções</i>); 15. planejamentos para o Estado; 16. o que ocorre com os assuntos discutidos na Assembleia Legislativa (do dia-a-dia sendo atualizados minuto a minuto)
Escola Estadual Martins Pena	1. sobre os projetos: a. quais projetos eles têm para o bem estar social e quais ele já aprovou e onde; b. informações sobre projetos futuros podendo ser através de Acesso a chats com os deputados para se obter informações sobre como estão os projetos; c. quais projetos foram criados; d. quem está envolvido no projeto; e. finalidade dos projetos; f. avaliação e depoimento da população beneficiada pelos projetos aprovados; g. comprovantes dos projetos (ex: fotos). 2. charges (<i>um momento de entretenimento, assim, seriam charges onde... os deputados poderiam mostrar o que eles estão fazendo, uma brincadeira</i>); 3. criar um blog para todos os deputados que pudessem publicar uma lista de suas leis (aprovadas, reprovadas e em discussão) e opiniões e o local onde se pode “conversar” com cada um deles; 4. uma lista de leis aprovadas reprovadas e em discussão; 5. no site teria vídeos e acesso às informações de todas as reuniões AO VIVO e de graça; 6. vídeo conferência AO VIVO; 7. para onde vão nosso impostos? / gestão salarial; 8. fórum para serem discutidas as leis entre a população!; 9. fale Conosco.
Síntese	O site ideal deve permitir que o jovem possa se relacionar com o poder legislativo: a)

¹¹³ Este item não ficou muito claro, mas passou a impressão de necessidade de informação e formação de qualidade para entender o mundo em que estão inseridos.

	dialogar diretamente com seus representantes, que possa debater com eles sobre suas necessidades (o que precisa ser feito) e sobre os projetos que estão em pauta (postar propostas, opiniões, reclamações, depoimentos), através de ferramentas como: email, enquête, chat, fórum, videoconferência, twitter, comunicação instantânea (MSN), blog,,além de fazer uso dos meios tradicionais como o telefone e pessoalmente. b) outro agrupamento se refere a disponibilização de um conjunto de recursos que permitam fiscalizar a atuação do Poder Legislativo, como transmissão em tempo real das atividades parlamentares na ALESP; divulgação de salários, relação e documentação comprobatória (texto, vídeo, fotos) de projetos em pauta, e os já votados (aprovados ou não); depoimentos do público beneficiado pelas ações da ALESP; agenda dos parlamentares e informar “para onde vão os impostos”. c) o terceiro ponto se refere à informação e formação: perfil dos deputados; entender como funciona o Poder Legislativo e o poder público para saber como exigir seus direitos; disponibilização das leis organizadas em temas e das indicações enviadas ao governador; central de dúvidas <i>on line</i> e charges.
--	---



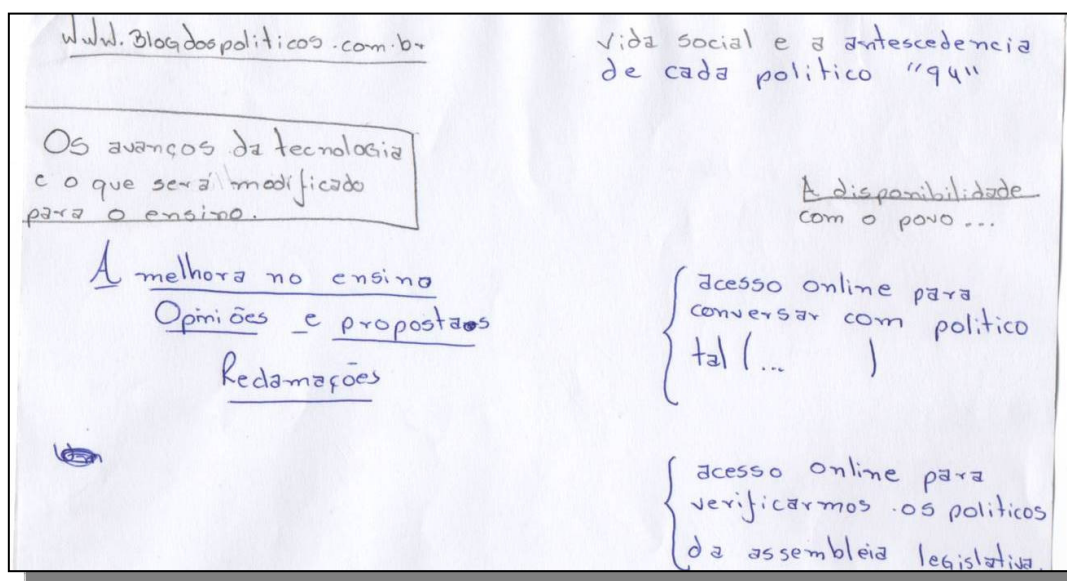
EE Martins Pena - grupos discutindo o site ideal dos políticos do legislativo – foto: Jair Pires

Layouts desenhados pelos alunos¹¹⁴

Projeto: www.blogdospoliticos.com.br

Grupo: Bruna, Rafael, Jeferson e Monique Débora

Escola Estadual Prof^a. Carolina Cintra da Silveira – Capão Redondo



Recursos do site (os números indicam a prioridade)

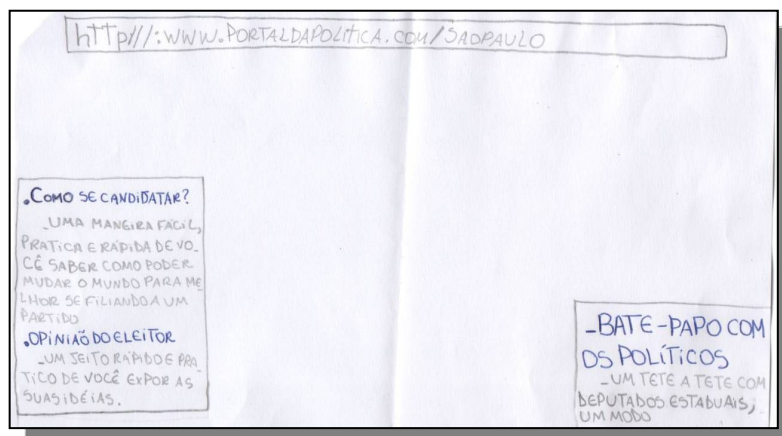
1. Como iria melhorar o ensino na educação.
1. Uma parte para as pessoas postarem as suas opiniões.
2. Uma parte onde a gente vê não só as coisas que ele “vez” mais sim as coisas que precisa ser feito e que ainda não vez.
3. Um tipo de Email para nos comunicarmos com os devidos políticos. Exemplo, MSN conversas *online*
4. Poderíamos ter acesso *online* à Assembleia Legislativa e assim teríamos certeza que eles estão realmente se esforçando para o melhor...
5. mas, também teríamos que ter certeza de que estamos conversando com os devidos políticos.
6. E, também, um tipo de *web site* para ter um tipo de vídeo chamada *on line*.

¹¹⁴ No geral, os textos seguidos dos layouts foram digitados da mesma forma que os jovens apresentaram, inclusive com alguns erros ortográficos.

Projeto: www.portaldapolitica.com/saopaulo

Grupo Mariane, Monique Souza e Deivid

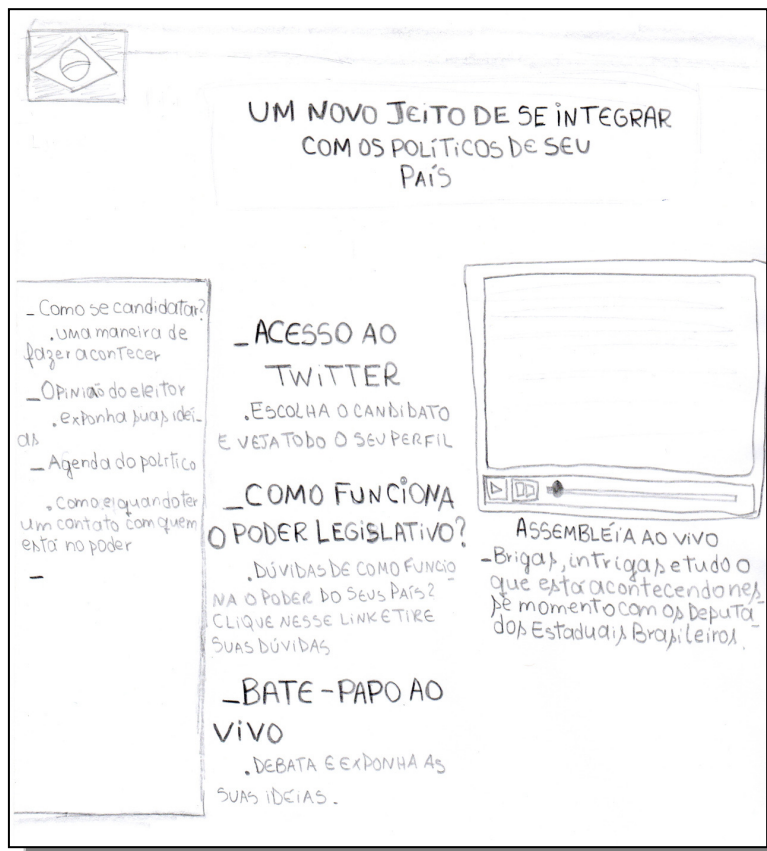
Escola Estadual Prof^a. Carolina Cintra da Silveira



(rascunho)

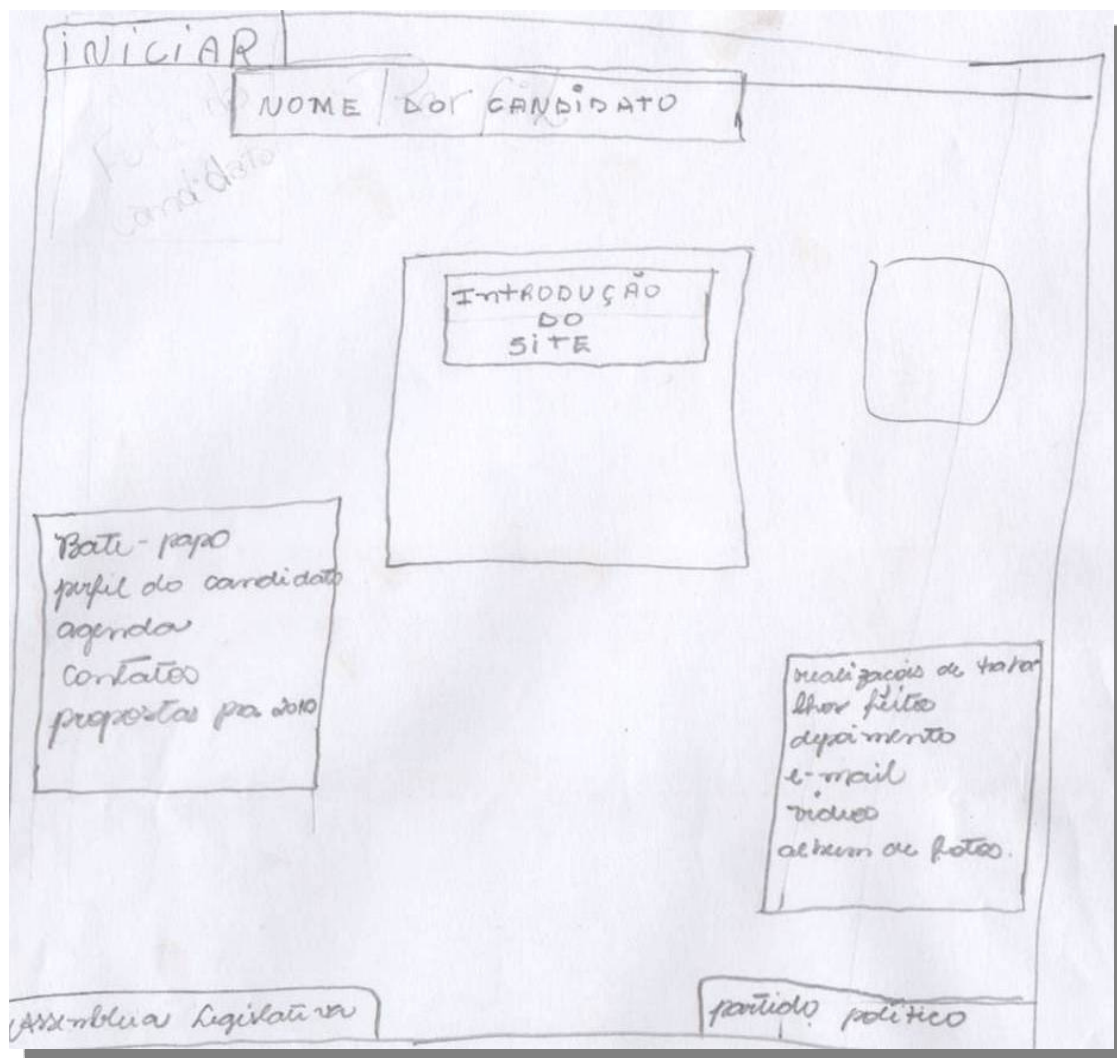
Questão 1 e 2 (este grupo não classificou as informações)

- Como se candidatar?
- Bate papo com os políticos;
- Opinião do eleitor;
- As leis e como funciona o poder;
- Vídeos interativos;
- Participar de alguma reunião;
- Acesso ao Twitter dos políticos e saber melhor das informações à respeito.



Grupo Nathalia Moreira, Thaygra Pereira e Paula Luz

Escola Estadual Prof^a. Carolina Cintra da Silveira



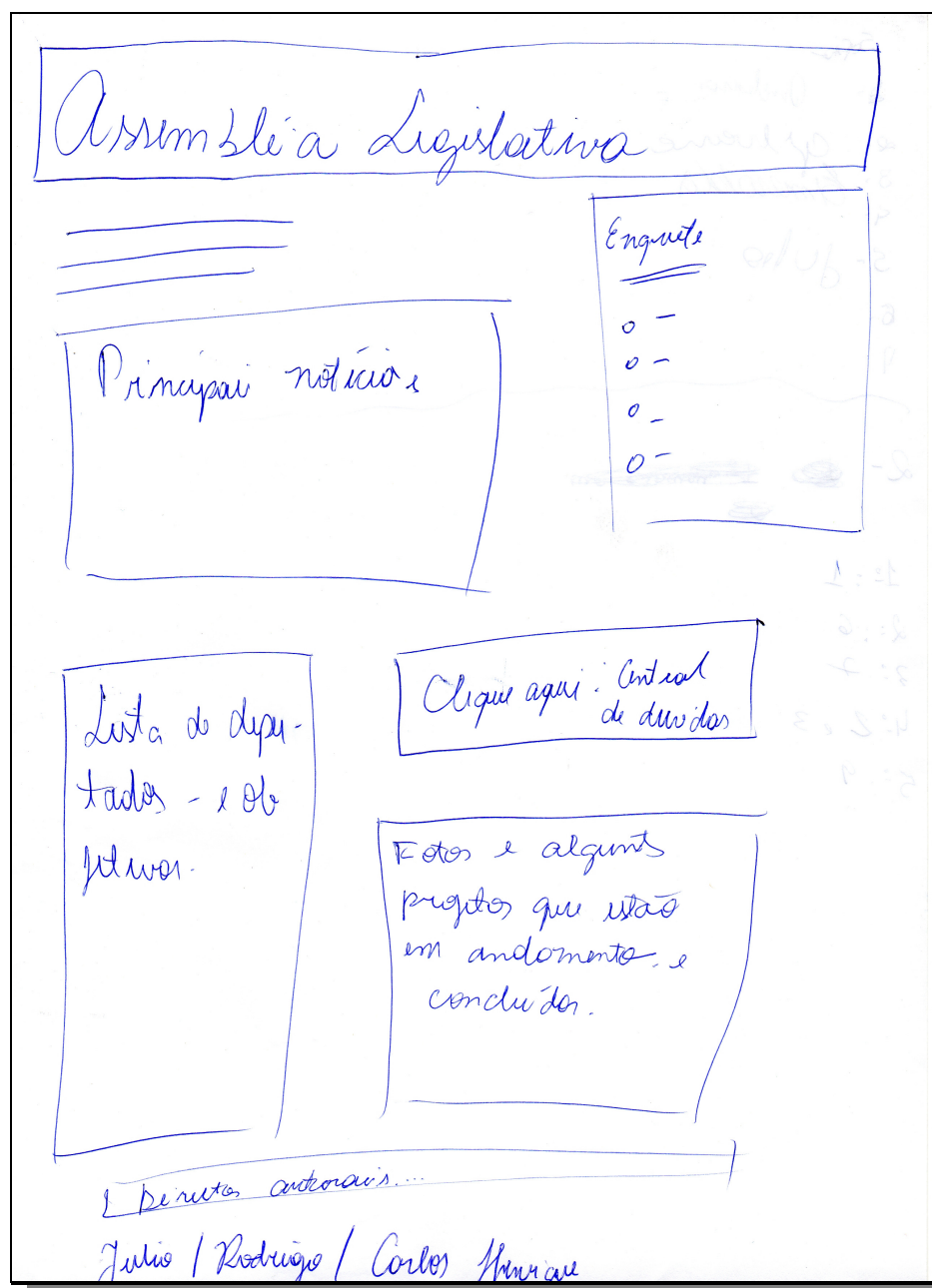
Recursos

- 1.º Perfil do político
- 2.º Bate-papo *on line* com os políticos para darmos nossas ideias
- 3.º Agenda do político (onde ele está)
- 4.º contatos (para ligar)
- 5.º propostas para 2010
- 6.º realização de trabalhos feitos
- 7.º depoimento (nossas opiniões)
- 8.º e-mail
- 9.º vídeos dos projetos que já foram feitos
- 10.º Álbum de fotos dos projetos feitos e que estão em realização

Projeto: **Assembleia Legislativa**

Grupo Rodrigo, Carlos Henrique, Julio

Escola Estadual Prof.^o José Geraldo de Lima



Os recursos estão organizados em ordem de prioridade/importância.

- 1) Quais as indicações que os deputados estão fazendo, enviando ao governador.
- 2) linguagem clara, objetiva e simples nas informações.
- 3) central de dúvidas *on line* para esclarecer alguns assuntos em tempo real.
- 4) característica de cada deputado (comportamento, críticas, pontualidade, currículo).

- 5) antecedentes criminais e histórico pessoal dos deputados¹¹⁵.
- 6) enquête para avaliação dos projetos.
- 7) em qual área pretende atuar ou atua.
- 8) projetos concretizados e que estão em andamento.
- 9) informativo de tudo que acontece fora do país que possa afetar nossas ideias (ex.: crise econômica, bolsa... um jornal com atualidades)¹¹⁶.
- 10) e-mail de todos os deputados para que se possa ter acesso direto (sem intermediários) às mensagens enviadas, para que cheguem na íntegra, sem alterações ou edições.

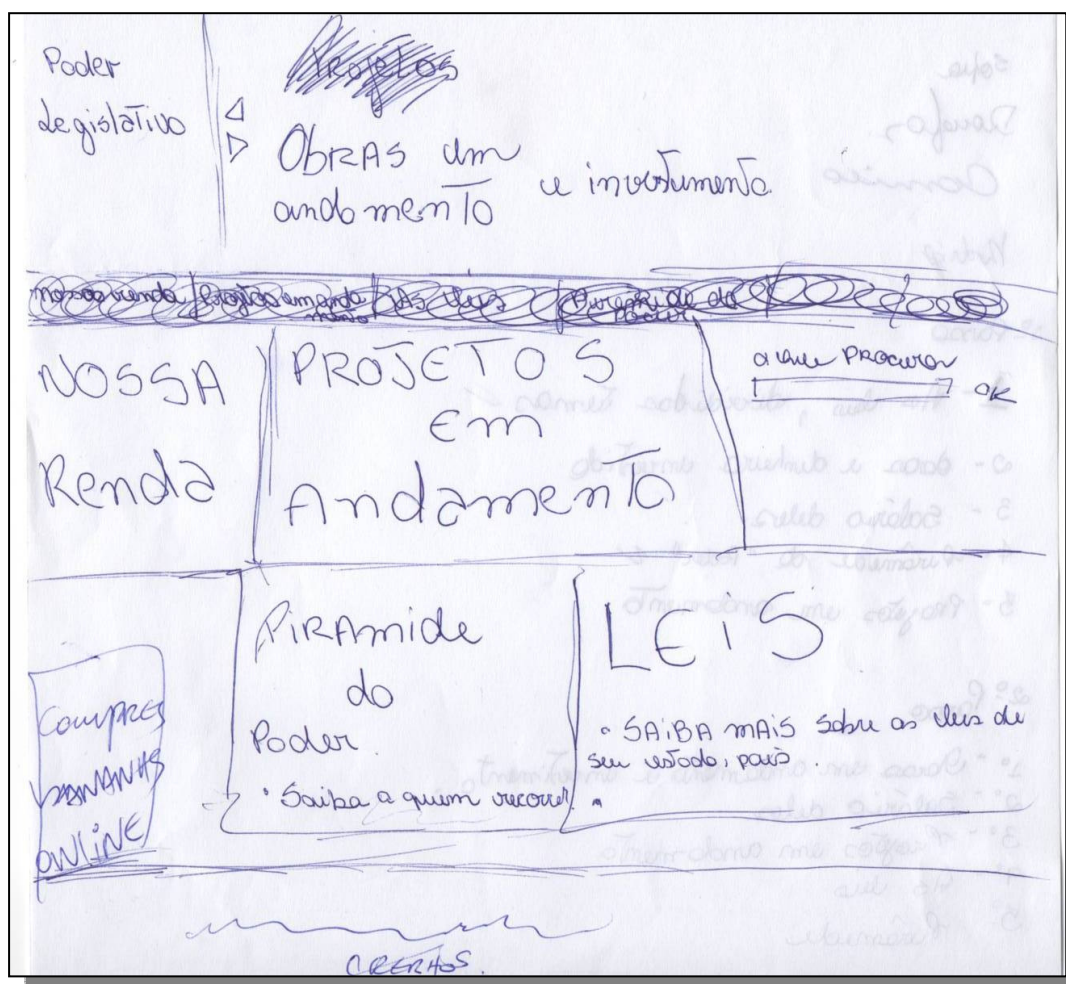
¹¹⁵ O histórico pessoal foi contestado por uma jovem que julgou ser uma invasão de privacidade, uma informação não relevante do político.

¹¹⁶ Este item não ficou muito claro, mas passou a impressão de necessidade de informação e formação de qualidade para entender o mundo em que estão inseridos.

Projeto: Poder Legislativo

Grupo Tiago, Douglas Rocha, Sofia Helena, Camila Bispo

Escola Estadual Prof.^o José Geraldo de Lima



1. obras em andamento e qual foi o investimento delas (quadras, escolas etc)
2. salário dos deputados
3. projetos em andamento (que estão sendo discutidos e votados)
4. leis¹¹⁷
5. pirâmide do poder (hierarquia) para pessoa saber a quem recorrer

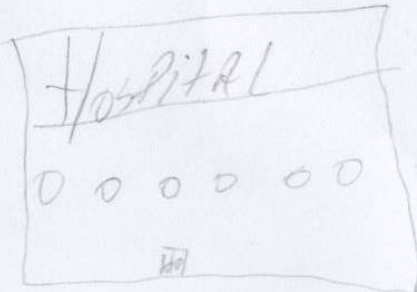
Além disso, o grupo ressaltou que o *site* deve ser simples de usar. Não deve ter uma tela cheia de coisas, deve ter o essencial, aquilo que é mais importante: *eles [os políticos] gostam de fazer também é de enrolar a pessoa (...)* o público que é culto, ele entende algumas palavras. Eles concordam com o outro grupo que disse que o site deve ter linguagem clara e objetiva. Se eles fossem especialistas em construção de sites, recomendariam um estudo de usabilidade.

¹¹⁷ Na folha de papel havia uma informação a mais “as leis, divididas temas”.

Projeto: **POLÍTICAideal.com**

Grupo Gilvania, Anderson, Esmeralda

Escola Estadual Prof.^o José Geraldo de Lima

POLÍTICAideal.com		Leis	De A SUA OPINIÃO
MAIS UMA Obra Entregue		CONVERSA INSTANTÂNEA	
		CONTATOS	
O GOVERNO INAUGURAV MAIS UM...		REPORTAGEM PÚBLICA	
PROJETOS	INDICAÇÕES COMUNITÁRIAS	ORÇAMENTOS	BAIXOS
SUPERVISÃO GOVERNAMENTAL			

1. conversas instantâneas e videoconferência com as autoridades (*pra gente saber como as coisas estão sendo feitas, como eles estão se empenhando nas obras (...) quais são as verdadeiras intenções*)
2. saber sobre os projetos a serem realizados
3. saber como são fiscalizadas as obras
4. planejamentos para o Estado
5. o que ocorre com os assuntos discutidos na Assembleia Legislativa (do dia-a-dia sendo atualizados minuto a minuto)

Projeto: www.poderlegislativo.com.br

Grupo Jennifer, Jeferson

Escola Estadual Martins Pena

www.poderlegislativo.com.br → - [] X

O Poder legislativo	Participe você também:
governo de São Paulo Trabalhando Por Você 😊.	Projetos criados
	Faça seu comentário sobre o projeto
	Políticos envolvidos
	Votação
	Intenção do projeto
Cadastre-se	Login Senha OK

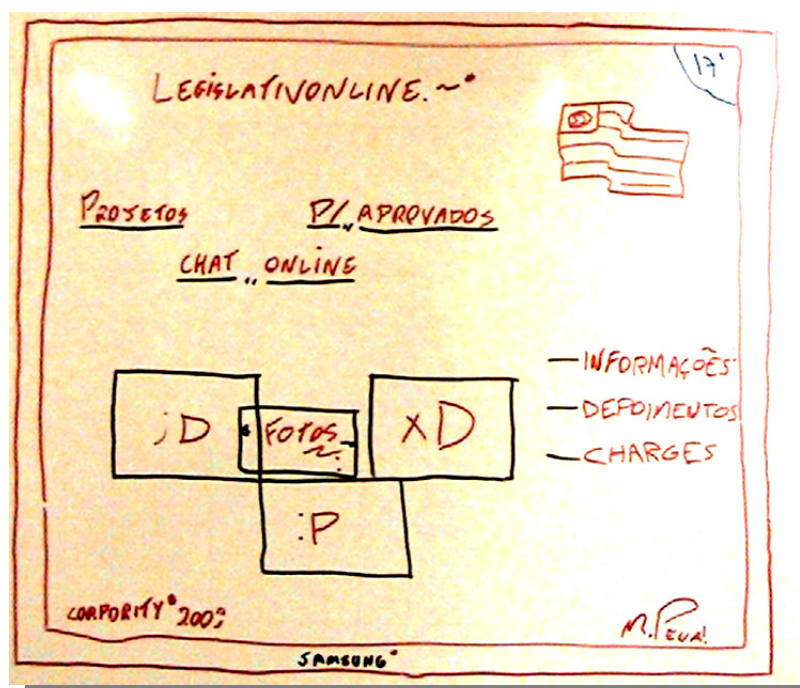
LG

10. Projetos criados
11. Avaliação da comunidade no projeto.
12. Quem está envolvido no projeto,
13. finalidade dos projetos.

Projeto: **Legislativonline**

Grupo Carlos, Elias, Elisa

Escola Estadual Martins Pena

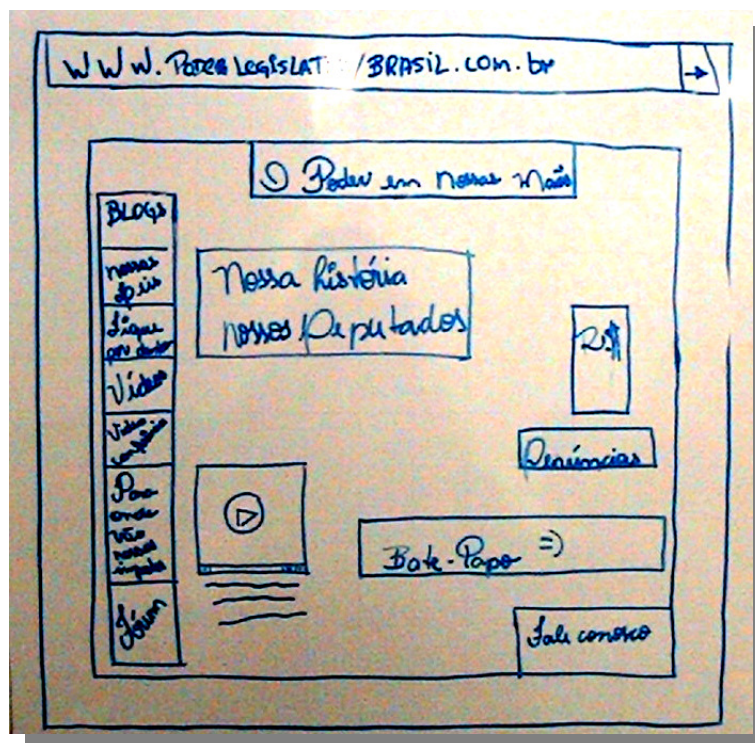


1. Informações sobre projetos futuros
2. Depoimentos da população beneficiada pelos projetos aprovados.
3. Os projetos que eles têm para o bem estar social.
4. Quais os projetos que ele já aprovou e onde.
5. Acesso a *chats* com os deputados para se obter informações sobre como estão os projetos.
6. Comprovantes dos projetos (ex: fotos)
7. Charges (*um momento de entretenimento assim, seriam charges onde... os deputados poderiam mostrar o que eles estão fazendo, uma brincadeira*)

Projeto: www.poderlegislativo/brasil.com.br

Grupo Roberto Carlos, Douglas Evangelista, Douglas Mendes e Tâmara Magalhães

Escola Estadual Martins Pena



Numeração indica ordem de prioridade.

1. Criar um blog para todos os deputados que pudessem publicar suas leis e opiniões e o local onde se pode “conversar” com cada um deles.
2. Uma lista de leis aprovadas reprovadas e em discussão
3. No site teria vídeos e acesso às informações de todas as reuniões AO VIVO de graça.
4. vídeo conferência AO VIVO
5. Para onde vão nossos impostos? / Gestão salarial.
6. Fórum para ser discutidas as leis entre a população!
7. Fale Conosco

Avaliação do portal da Assembleia Legislativa de São Paulo

Escola Estadual Profª. Carolina Cintra da Silveira	Links visitados¹¹⁸ • Assembleia, Deputado, Processo Legislativo (2), Comissões, Agenda (2), Projetos (2), Constituição, Notícias, Central de Atendimento, Parlamento Jovem (2), Comunidade, Diário Oficial, Mural; • <i>Cliquei em orçamento esperava ver os projetos, mas apareceu audiência para 2010;</i> • <i>O 1º. Link que eu entrei foi em deputados. Eu achei que iria mostrar os deputados mais só mostrou o que eles fazem.;</i> • <i>Assembleia legislativa do Estado de São Paulo, como funciona o trabalho dos deputados, como eles administram o dinheiro.</i> O que esperava • <i>Eu esperava que fosse um site de políticos da legislação de SP;</i> • <i>Eu esperava que fosse um site mais explícito da política;</i> • <i>Eu esperava, isso mesmo, um site normal de política...;</i> • <i>Eu esperava umas coisas mais detalhadas, mais o que eu encontrei está bom demais;</i> • <i>Esperava ter acesso online com os políticos.</i> Impressões • “Eu gostei de algumas coisas”, “Eu achei muito legal”, “Eu gostei”. O que gostaram • Notícias; • <i>Gostei de enviar uma mensagem para os Deputados;</i> • Atendimento pessoal¹¹⁹; • Explicação das funções de um deputado (2); • <i>Gostei de saber que os deputados atendem pessoalmente o povo;</i> • Gostaram da agenda, porém alguns acharam que ela deveria ser mais detalhada¹²⁰; • Disponibilização dos projetos de lei; • Mural: <i>Eu gostei do mural, tinha cartaz dos eventos que a Assembleia organizou, achei assim interessante também essa parte.</i> (Mariane);
--	--

¹¹⁸ Número entre parênteses indicada quantos alunos declararam ter clicado naquele link.

¹¹⁹ Talvez o aluno tenha subentendido isso na opção *Fale Conosco* ou a *Central de Atendimento ao Cidadão*.

¹²⁰ Coincidentemente, Tania Mendes, coordenadora do Comitê do Portal da ALESP, disse em entrevista a este gestor que, foi detectada necessidade semelhante em usuários do portal que sugeriram a possibilidade de, por exemplo, acessar a pauta do evento citado na agenda.

	• Organização da página inicial e conteúdo do portal: <i>Tem bastante coisa no site. Tem tudo na frente mesmo. Tem a agenda, tem o mural, tem o... como é o nome daquele negócio... bate-papo on line</i>¹²¹....; • Houve surpresas como o elogio ao Diário Oficial: <i>Eu gostei do Diário Oficial. (...) Tinha bastante notícias, era o conteúdo mais completo do D.O, era o que tinha mais coisas.</i> Críticas, problemas e sugestões • Houve divergências de informações encontradas e não encontradas pelos alunos, em especial as do menu <i>Deputados</i>. Ninguém encontrou o perfil dos deputados, sua foto, seus projetos; • Falta mostrar a atuação de cada deputado, o que cada um faz, quais são seus projetos para 2010 (estes recursos existem, mas talvez não tenham sido encontrados, compreendidos ou não corresponderam às suas necessidades); • Não há espaço para colocar depoimentos e opiniões: <i>se tinha tá muito bem escondido. Porque eu procurei e não achei;</i> • Mudança de layout e mais interatividade: <i>precisa reformular o site, porque está muito sem graça. Obs: se eles querem chamar nossa atenção; coloca algo mais interativo e dinâmico. E ainda: Tava muito desorganizado, as coisas. (...) junto com o orçamento, vamos supor embaixo tava deputado. Devia estar, pelo menos, organizado. Projetos de um lado, vida, do outro. Entendeu?;</i> • Houve reclamação de <i>links</i> das páginas dos deputados que não funcionam. Observei que, na verdade, os endereços disponibilizados são apenas dos e-mails e não das páginas (como está divulgado no portal). Normalmente, ao clicar num deles, abre-se a janela de um gerenciador de e-mail (como o Outlook Express, por exemplo), o que provavelmente não há instalado nos computadores da escola e aí surge mensagem de erro; • Aperfeiçoamento do Parlamento Jovem. <i>Eu acho que a gente devia escrever aí, pelo site sem usar nem folha, você acha que eles vão ler quando chegar lá? Ó...Eles não deixam a gente escrever aqui no computador, eles pedem telefone, escreve tudo, manda pelo correio, pra mim.... devia ser... já que escrever... assim, RG, CPF, não escrever e mandar pelo correio. Acredito que este comentário é fruto do pouco tempo disponível para usar o site e compreender como funciona este programa. Esta fala demonstra uma ansiedade de haver um canal de expressão das propostas do jovem e, por outro, uma certa descrença de que suas ideias, seus projetos sejam valorizados, expressos na frase: você acha que eles vão ler quando chegar lá?;</i> • Um aluno disse que não estava muito claro quem faz as leis;
--	--

¹²¹ Não há bate-papo *on-line*. Talvez o aluno se confundiu com o “Fale Conosco” ou com a “Central de Atendimento ao Cidadão”.

	• Implantar bate-papo (3): <i>se tivesse bate-papo com ele [deputado], chamaria mais a atenção;</i> • <i>A colocação de vídeos;</i> • <i>Depoimento do povo, propostas, perfil dos políticos, agendas etc...;</i> • <i>Acesso online aos políticos, opiniões, propostas e reclamações.</i> Observações • Interessante, no Capão Redondo ninguém reclamou da linguagem dos textos (até foi questionado isso). Acredito que novamente esbarra na questão do tempo. Tempo para ler os textos, para navegar com mais profundidade e então poder surgir dúvidas; • Apenas uma jovem do grupo manifestou que visitou o link do Parlamento Jovem. Alguns até o viram, mas por alguma razão não chamou a atenção deles; • Dois alunos se cadastraram no portal para receber, segundo eles, e-mails e a agenda de eventos da Assembleia. É estranho que a área de cadastro não possui nenhuma informação sobre o envio de tais informações para o usuário cadastrado.
Escola Estadual Prof. José Geraldo de Lima	Links visitados¹²² • Audiência pública, orçamentos 2010 (2); • Vários links sobre a Constituição, Eleições, Indicadores e Diagnósticos, Comissão, a administração ALESP; • Constituição (3); • Agenda do dia, últimas notícias, diário oficial, autoridades, doc. Informação, orçamento 2009-2010, deputados, leis em vigor, adm – contratos e convênios. O que esperava • <i>Eu esperava que fosse falar somente do orçamento que eles gastariam com a população;</i> • <i>Eu esperava que fosse propriamente do jeito que é, apesar de ter uma linguagem um pouco mais formal, creio que todos aqueles que o acessarem, terão plenas condições de entender o que está sendo passado. Pensei que fosse mais burocrático, como por exemplo, ter que ter cadastro para ter acesso aos links;</i> • <i>Esperava explicações, informações;</i> • <i>Encontramos explicações de cada tipo de constituição;</i> • <i>Um tipo de livro que constasse toda a atividade.</i> Impressões • <i>Está tudo estruturado, tem vários assuntos, é coerente, é muito organizado...;</i>

¹²² Número entre parênteses indicada quantos alunos declararam ter clicado naquele link.

	• <i>Não precisa muda quase nada está muito transparente deu para ver muito bem o que o site quis mostrar;</i> • <i>Eu encontrei muita transparência no site, e gostei das informações de como termos contato com os deputados, através de e-mails;</i> • <i>Encontramos explicações de cada tipo de constituições.</i> O que gostaram • <i>É um site que não exige um computador com uma boa configuração, qualquer pessoa pode acessar em qualquer lugar, com qualquer máquina, não é pesado, não tem imagens pesadas, é bem fácil o acesso;</i> • <i>Saber como é o mandato de cada um, a função parlamentar e as comissões (2);</i> • <i>Dos textos, que estavam bastante resumidos e da apresentação das constituições de cada Cidade e Estado;</i> • <i>Utilizei o site por pouco tempo, mas percebi que ele é extremamente estruturado, possui milhares de informações e estão todas organizadas de acordo com o conteúdo. Percebi que eu não sabia de muitos assuntos por falta de interesse. Tudo o que precisamos para evoluir está em nossas mãos, precisamos apenas de uma educação de qualidade e coragem para obter conhecimento¹²³;</i> • <i>Perfil no twitter, mas tem que possibilitar fazer perguntas para o deputado ou algum representante dele ou da administração.</i> Críticas, problemas e sugestões • <i>Falta central de dúvidas on line para esclarecer alguns assuntos;</i> • <i>Falta enquête para avaliação dos projetos;</i> • <i>O presidente da Assembleia atender pessoalmente os eleitores;</i> • <i>Em relação ao melhorar, 3 de 3 pessoas¹²⁴ concordam que deveria ter uma conversa instantânea. Ex: MSN;</i> • <i>O site esta muito bom, pois apresenta as informações que qualquer pessoa pode acessar, porém penso que deveria ter mais informações sobre o que realmente eles pretendem realizar, ou seja, os projetos que estão no papel que tem que se tornarem realidade;</i> • <i>A página inicial deveria ter um contato direto com algum representante, que possa tirar dúvidas que venha aparecer no decorrer da pesquisa;</i> • <i>Pode ser acrescentado um conteúdo composto por índice para uso de estudantes.</i>
--	--

¹²³ Será que tudo está em nossas mãos? Será que além da educação de qualidade, falta apenas coragem para obter conhecimento? Seria um diálogo interessante com eles e talvez até rendesse mais algumas informações importantes para nosso trabalho.

¹²⁴ Ele usou esta expressão porque estavam sentados em trios para visitar o site devido a problemas na conexão que impossibilitaram o acesso individual.

	Observações • No diálogo surgem falas que justificam porque não usam o site: <i>ninguém sabia que isso existia; não é preguiça de entrar, é falta de vontade mesmo; falta de interesse;</i> • Ao final da discussão questionou-se o que eles poderiam fazer com o site, agora que o conheciam. Alguns não sabiam bem o que responder. Arriscaram algumas possibilidades como “quando precisar consultar a constituição, para fazer uma pesquisa escolar”, “para saber sobre um novo projeto (objetivo, prazo...)”, mas uma resposta foi interessante e o grupo concordou com ela: <i>pra conhecer os seus direitos e (...) aprender encontrar uma saída ou não. Todo problema tem uma porta de saída, mas quando você não tem o conhecimento do caminho, você não consegue encontrar essa porta. Se você tem o conhecimento, você encontra a saída do problema pra resolver, solucionar.</i> Mas será que o portal possibilita isso?; • A linguagem um pouco mais formal dá pra entender através de dedução.
Escola Estadual Martins Pena	Links visitados¹²⁵ • Comunidade Deputados – fale com o deputado; • Parlamento Jovem (3); • Diário Oficial (2); • Agenda; • História da ALESP; A assembléia -> Como nasce uma lei -> Berçário de Leis; Finanças e Orçamento recebe relatório quadrimestral da Fazenda Presidida pelo deputado Mauro Bragato; Processo Legislativo; Manual do processo legislativo; TV Web; • Processo legislativo; • Projetos. O que esperava • <i>Esperava um site mais formal, tanto no escrito quanto nas imagens contidas;</i> • <i>Pensei que tivesse oportunidades para os adolescentes fazerem comentários e participar das comunidades;</i> • <i>Esperava encontrar o que eles fazem durante todos os dias e qual eram a agenda de cada deputado, Encontrei apenas o tipo de evento, o local, o tipo de público e o solicitante;</i> • <i>A História da assembléia, de seus deputados e de como no passar dos anos a história deles influencia em nossas vidas;</i>

¹²⁵ Número entre parênteses indicada quantos alunos declararam ter clicado naquele link.

	• <i>Os jovens que fazem seus projetos e mostram para os deputados;</i> • <i>Eu esperava algo bastante organizado e claro de se entender! E está exatamente assim;</i> • <i>Esperava realmente que fosse o que é, um site voltado exclusivamente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;</i> • <i>Eu pensei que era o processo que as leis percorrem na Assembleia legislativa para ser aprovadas;</i> • <i>Eu esperava a mesma coisa alguns projetos e você clica em um e vê as informações, que os projetos em si que você clicou.</i> Impressões • <i>Encontrei muitas informações e conteúdo sobre o que acontece na assembléia;</i> • <i>Encontrei fichas de inscrição;</i> • <i>Encontrei toda a história da Assembleia e de seus deputados durante todos os anos;</i> • <i>Parlamento jovem: os projetos deles e que são aprovados, inclusive quando viram “mini-deputados”;</i> • <i>Informações super interessantes do que havíamos imaginado;</i> • <i>Encontrei várias informações, tem um quadro central que mostra as notícias recentes, ao canto esquerdo, podemos clicar nas opções: Página inicial, A assembléia, Os Deputados, o Processo Legislativo, entre outros;</i> • <i>Eu encontrei tópicos (links) em ordem que mostra os atos realizados na assembléia legislativa para o seu funcionamento;</i> • <i>Eu encontrei um monte de pastas que pra mim significa arquivos de leis dos anos de 1921 até 2009 você clica e aparece os projetos da leis;</i> • <i>Objetivo de possibilitar aos estudantes uma visão de alguns aspectos da democracia;</i> • <i>Encontrei Plenário aprova criação de vagas na Defensoria Pública do Estado.</i> O que gostaram • <i>Gostei das formas de comunicação com os deputados, como em uma pág. onde contém seus emails, assim nos permitindo um fácil acesso ao se comunicar com os mesmos;</i> • <i>Como nasce uma lei;</i> • <i>Gostei de alguns detalhes abordado como público-alvo;</i> • <i>Gostei da organização do site, que possui muitas opções e detalhes, aborda muitos temas importantes sobre a Assembleia Legislativa;</i> • <i>Eu gostei do tópico “Ordem do Dia”. Nesse tópico mostra o calendário e o que foi programado par ser discutido em cada dia na assembleia legislativa. Sendo</i>
--	--

	<i>classificadas por: urgência, prioridade, ordinário;</i> <i>Eu gostei mas está muito simples tem que ter mais coisas explicando isso os projetos.</i> Críticas, problemas e sugestões <i>Poderia melhorar alguns tópicos “escondidos”, onde temos que procurar por entre outros links, alguns desses tópicos são importantes como a defesa de seus direitos: (PAG.INICIAL -> COMUNIDADE -> DEFENDA SEUS DIREITOS), ou seja, maior transparência para os tópicos importantes para a população e a pessoa acessar o site;</i> <i>Acho que o não precisa mudar nada tem tudo. Apenas acrescentar fotos dos projetos;</i> <i>Gostaria que houvesse citado os nossos dos deputados que participam do evento;</i> <i>Poderia haver vídeo de comissões que marcaram a história do legislativo, e fotos que marcaram a história;</i> <i>Poderia ter um espaço para que nós jovens “entrar” em contato com eles;</i> <i>Acredito ao meu ver, que momentaneamente, podemos encontrar as informações necessárias, não tendo nada a ser mudado!;</i> <i>Encontrei palavras que não entendi. No site poderia ser implementado um dicionário, assim ao clicar em cima da palavra que não entendeu, apareceria o significado nela, na palavra ou texto, etc. Por exemplo a palavra : “ordinário”;</i> <i>O que pode melhorar as paginas de entrada ser uma coisa mais arrojada, botões vídeos de discussões mais fotos só isso;</i> <i>Dar alguma noção do que é política e de como se faz política.</i>
--	--

Em todas as escolas, alguns alunos disseram que tentaram acessar, mas não conseguiram entrar no link da TV WEB¹²⁶. Uma das alunas indignada declarou *Propaganda enganosa!*

Síntese - Destaques	Sites mais visitados¹²⁷ - Orçamentos 2010 (6); - Parlamento Jovem (5); - Agenda (4); - Constituição (4); - Diário Oficial (4);
----------------------------	---

¹²⁶ Enviei mensagem para o pessoal do programa *Acessa Escola*, mas não obtive nenhuma resposta.

¹²⁷ Número entre parênteses indicada quantos alunos declararam ter clicado naquele link.

	• Assembleia, Deputado, Processo Legislativo (3); • Processo legislativo (3); • Projetos (3); • Comunidade Deputados – fale com o deputado (2); • Comissão, a administração ALESP (2); • Deputados (2); • Notícias (2). Sugestões • O site poderia ser mais interativo, mas chamativo para os jovens; • Ser mais organizado e não ter link muito escondido; • Ter mais informações sobre a execução dos projetos; • Bate papo instantâneos, por exemplo como no MSN; • Ter um dicionário “automático” que ao passar o mouse em cima da palavras apareça seu significado; • Espaço para escrever depoimentos, opiniões...; • Que as informações sejam claras; • Central de dúvidas on line; • Permitir para avaliação de projetos.
--	---

4. Impressões deixadas pela pesquisa

Assim como no trabalho anterior, dialogar com os jovens se mostrou uma experiência gratificante. Para eles, falar de um assunto como a Internet, que faz sentido na vida de cada um, que é fundamental e prazeroso não foi difícil. Reflexo disso é que apesar do questionário ser longo, muita gente se esforçou para preenchê-lo totalmente, sem reclamar ou desistir. A maioria dos alunos demonstrou satisfação em participar. Os encontros foram trocas de ideias que permitiram aprendizagens de ambas as partes.

Analisar tudo o que foi coletado nestes 147 questionários e conversado nesses seis encontros com diferentes jovens não é tarefa fácil. Nem tudo o que eles dizem pode ser levado ao pé da letra. É no conjunto dos encontros, em seus comportamentos, na forma que o trabalho foi conduzido que vão se encontrando algumas pistas de trabalho. Como dissemos no início deste capítulo, a amostra não permite fazer generalizações, mas apontar tendências...

Eles gostam muito de se comunicar, de conversar, de sentir que estão sendo ouvidos, de se relacionar. Valorizam a comunicação multimidiática com textos, sons (fala, ruídos, música), vídeos, fotos etc. As evidências estão presentes nas solicitações de oportunidade para debater com os representantes, de implantação de bate-papos *on line* e de videochamadas no portal; no hábito freqüente do uso dos sites de redes sociais (quase 94% utilizam pelo menos um dos sites existentes) e de ferramentas de comunicação instantânea; no próprio comportamento durante os encontros. O diálogo (em que é dada a oportunidade de falar e ser escutado) é algo que me pareceu faltar na escola e em outros ambientes que eles vivem.

Eles demonstraram grande desconhecimento do funcionamento do sistema político no seu conjunto e de como acessar os representantes do poder público. Porém, os grupos ficaram interessados em saber mais sobre o assunto.

Na pesquisa quantitativa, mais de 80% disseram já ter ouvido falar da ALESP, 30,3% do ILP e 34% do Parlamento Jovem, porém esse “ouvir falar” não passa disso. A instituição não significa nada para eles. Não existe qualquer relacionamento. Quanto à TV Assembleia na qual 10,2% disseram que já assistiram, mereceria ter mais algumas questões para se afirmar que não se trata de confusão com outro canal legislativo e também para verificar se há uma periodicidade de audiência, entre outras coisas.

Quanto à avaliação do portal da Assembleia, algumas reclamações e sugestões dos alunos correspondem a recursos que existem no portal, mas não foram encontrados ou compreendidos pelos jovens. Um diagnóstico especializado de usabilidade do portal com este público poderia minimizar este problema. Além disso, houve também divergências quanto à organização da interface: para alguns era desorganizado, para outros estava claro. As implementações de personalização do portal são uma possível solução, além do diagnóstico de usabilidade.

A construção do site ideal permitiu focalizar três grande eixos de interesse dos jovens participantes que devem orientar a implementação de recursos e conteúdos no portal: (1) diálogo; (2) fiscalização e (3) formação e informação.

Verificou-se que os jovens não estão presentes no portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Os jovens estão nos sites de redes sociais de relacionamento e aqui neste momento, vamos englobar nesta categoria, não só sites como *Orkut* e *Facebook*, mas também

os blogs e sites como *Youtube*, *Flickr*, *Twitter* e outros que também fazem parte da constituição das redes sociais na Internet, pois criam relações e laços sociais entre seus usuários.

Segundo o professor Orihuela da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha), *Las redes sociales de propósito general serán, para la mayor parte de los usuarios, la principal puerta de entrada a los servicios y a la cultura de internet, tal como en su tiempo lo fueron los portales y luego los buscadores*. (ORIHUELA, José Luis, 2010)¹²⁸.

Então “se Maomé não vai a montanha, a montanha vai a Maomé”. Ou seja, um dos caminhos para fazer com que a juventude se aproxime da ALESP passa pela interação com ela nos sites de redes sociais.

Nota

Língua portuguesa. É preocupante a quantidade de erros de língua portuguesa encontrado nos questionários, cartazes e formulários usados nas pesquisas. Encontrou-se erros de interpretação de texto, em que alunos respondem perguntas de forma totalmente equivocada; falta de clareza em algumas respostas; e muitos erros de ortografia, pontuação, abreviaturas (principalmente na questão de tempo para horas e minutos: m, mts, hs, hrs...) e concordância. Em alguns casos há indícios de necessidade de acompanhamento de fonoaudiólogo, como o uso da palavra VEZ ao invés de FEZ.

¹²⁸ ORIHUELA, José Luis. Las redes sociales serán la puerta de entrada a Internet. Disponível em http://www.ecuaderno.com/2010/01/05/las-redes-sociales-seran-la-puerta-de-entrada-a-internet/?utm_source=feedburner&utm_medium=twitter&utm_campaign=Feed%3A+ecuaderno+%28ecuaderno%29 Acesso em 5 jan. 2010.

6 Complementando o projeto de Gestão Comunicativa.

É preciso, então, que se saia o mais rapidamente possível da retórica do diagnóstico (positivo ou negativo) para uma perspectiva de responsabilidade e tarefa. (GOMES, 2008, p. 326)

Passados dois anos e meio do trabalho anterior, quase nada mudou na comunicação da ALESP com a juventude. A exceção fica por conta do trabalho realizado pelo ILP que, apesar de não se dedicar exclusivamente à juventude, tende a oferecer importantes contribuições com seus planos de expansão do curso de Iniciação Política. O portal sofreu aperfeiçoamentos, porém ainda há muito que se implementar, principalmente no que se refere à interação do cidadão internauta com o Poder Legislativo.

O atual estudo permitiu conhecer mais de internet, democracia e juventude. A experiência de Espoo na Finlândia é um exemplo prático e real de uma política de comunicação entre poder público e juventude mediada pela internet que forma cidadãos e gera transformações na sociedade local.

6.1. Por que o projeto é necessário?

Com base nos dados coletados numa pesquisa de opinião, realizada pela FORMAR – Formação, Capacitação, Marketing e Pesquisa (2005) –, a pedido do Departamento de Comunicação da ALESP, os jovens de 16 a 24 anos são os que menos conhecem a Assembleia e seus deputados. A maioria não reconhece a presença da ALESP como instituição e são os mais jovens que também se relacionam menos com os deputados.

Mais de 70% dos jovens entrevistados não confiam na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (número próximo do obtido numa pesquisa nacional realizada pela UNESCO, em que foi constatado que 79,9% dos jovens dizem não confiar nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores).

Neste processo de consolidação da democracia em que vivemos, o segundo maior parlamento do país tem o dever cívico de se fazer conhecido, de exercer seu papel político-

pedagógico e de se relacionar com seus representados: neste caso, com o segmento jovem da população 25% da população do estado (jovens de 15 a 29 anos).

Os canais de comunicação da ALESP com a juventude são isolados, fragmentados, desarticulados e ainda não tem conseguido atingir o grande contingente de jovens do estado, além de não permitirem um diálogo permanente entre as partes.

No atual cenário, a internet se mostra como um importante meio para dialogar com a juventude paulista. Apesar de apenas cerca 34% da população brasileira ter acesso a Internet¹²⁹, no que se refere à juventude esta fatia é muito maior. O Instituto Datafolha realizou em 2008, a pesquisa denominada *Jovens Brasileiros* e verificou que **74% dos jovens brasileiros entre 16 e 25 anos já acessam a Internet** e 73% possuem celular¹³⁰. Ainda segundo a pesquisa, a **Internet fica em segundo lugar como principal meio de comunicação para se manter informado (26%)**. Em primeiro, está a TV aberta com 33%. Nota: **entre os jovens de 16 e 17 anos, TV e internet empatam com 30% ambos**. A TV por assinatura¹³¹, porta de acesso para a TV Assembleia, corresponde a apenas 2%.

A pesquisa nacional, *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, organizada pelo IBASE/PÓLIS (2007), revela que 85% dos jovens entrevistados acreditam que é preciso abrir canais de diálogo entre os cidadãos e o governo.

Os jovens também são sujeitos de direitos. Eles podem ser o “futuro da nação”, mas têm direito a um presente digno. Têm direito de participar da vida de seu estado, de dialogar com aqueles que o gerenciam (que deveriam representar seus interesses e trabalhar pelo bem público comum). Têm direito de poder dizer o que pensam, de entender, de opinar e de questionar a organização político-administrativa de seu estado. Eles têm direito de serem cidadãos.

¹²⁹ Cruzando projeção da população brasileira PNAD 2008 (189.953.000) com a projeção da Ibope Nielsen Online de usuários com acesso à internet em qualquer ambiente (residências, trabalho, escolas, lan-houses, bibliotecas e telecentros), considerando os brasileiros de 16 anos ou mais de idade com posse de telefone fixo ou móvel (64,8 milhões). Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cald&comp=Noticias&docid=E37C727B59300DFE83257639004D478C>. **Ranking da internet no Brasil**. Acesso em: 29 out. 2009.

¹³⁰ Foram entrevistados 1541 jovens de 16 a 25 anos nos dias 1 e 2 de abril de 2008, sendo 20% de 16 e 17 anos. 24 unidades da federação e Distrito Federal - 168 municípios - margem de erro: 3%. Opinião Pública. Jovens Brasileiros. Artigo de 30/7/2008. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=700. Acesso em: 5 ago. 2008.

¹³¹ Segundo a Anatel, dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apenas 130 (20,2%) têm Serviço de TV a Cabo e/ou MMDS disponível. Ver em: Dados Estatísticos dos Serviços de TV por Assinatura **ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa – SCM** Capítulo I JULHO / 2009 (Dados atualizados até 31 de julho de 2009). Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=232922&caminhoRel=Cidadao-TV%20por%20Assinatura-Infoma%E7%F5es%20sobre%20o%20mercado>. Acesso em: 31 out. 2009.

6.2. O projeto de gestão comunicativa

Ao optarmos por utilizar os referenciais teóricos da educomunicação para concepção deste projeto de intervenção, assumimos planejar, executar e avaliar um conjunto de ações destinadas a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem.

Alicerçado nesses fundamentos, este projeto propõe uma revisão dos processos da Gestão da Comunicação por parte do Poder Legislativo, adotando uma política de maior aproximação com o segmento jovem da população.

A proposta está organizada em dois programas:

- 1) integração dos programas de comunicação da ALESP com a juventude;**
- 2) criação de canais permanentes de aproximação e diálogo, através da internet.**

Tal proposta expandirá gradativamente a relação comunicacional entre o Poder Legislativo e a juventude, estimulando o aprofundamento da relação e contribuindo no processo de formação crítica com vistas à emancipação cidadã, que enxergue o jovem com suas pluralidades culturais, como um sujeito que está em processo de formação, que tem direito a um presente digno e que tem capacidade de participar da discussão dos problemas que vive e de suas soluções.

6.2.1. Integração dos programas de comunicação com a juventude

De nada adiantará criar outros canais de comunicação com a juventude se não houver uma integração entre os existentes, a fim de somar esforços e proporcionar uma formação cidadã integral do jovem.

6.2.1.1. Gestão

A gestão dos programas de comunicação entre a Assembleia e a juventude ficará sob responsabilidade de dois conselhos: o *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* e o *Conselho Jovem de Comunicação*.

O *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* será formado pelo gestor da comunicação, um secretário e um estagiário; por especialistas parceiros em juventude e educomunicação; e por representantes programas e projetos que se relacionam com a juventude: (a) visitas monitoradas (Divisão de Comunicação Social), (b) Parlamento Jovem (Secretaria Geral Parlamentar), (c) projeto Escola Arte-Culinária (Instituto Mensageiros), (d)

curso de iniciação política do ILP, (e) representantes de outros programas que forem implantados futuramente. Ao Conselho Gestor caberá, sob a orientação do gestor da comunicação, o planejamento, a execução e a avaliação das ações comunicacionais desenvolvidas com o intuito de aproximar a ALESP da juventude e de contribuir no processo de educomunicação política do/para/com o jovem.

O *Conselho Jovem de Comunicação* será formado por 15 jovens voluntários selecionados por critérios a serem definidos pelo Conselho Gestor. Este conselho terá um caráter consultivo e será uma forma do jovem exercer seu protagonismo na instituição, além de constituir um meio da Assembleia se aproximar mais dos anseios e necessidades dos jovens.

Inicialmente, as reuniões serão mais frequentes para que cada um tome ciência do trabalho do outro e se possa desenvolver um planejamento conjunto. Os conselhos se reunirão separadamente para não inibir a expressão dos jovens.

A gestão dos processos comunicacionais entre a ALESP e a juventude tem um papel importante na construção de um novo quadro de relacionamento. Será de responsabilidade do gestor da comunicação e da secretaria:

- Organizar a pauta e o registro de reuniões;
- Monitorar o planejamento das ações desenvolvidas;
- Avaliar as ações comunicativas realizadas através de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade a serem criados e submetê-las aos conselhos;
- Construir mediações entre deputados/setores/eventos/serviços da ALESP e a juventude. Em segundo plano, estas mediações poderão ser estendidas entre outros poderes/instituições políticas (como partidos, por exemplo) e a juventude;
- Acompanhar o diálogo com o *Conselho Jovem de Comunicação*;
- Estabelecer parcerias com outras organizações que viabilizem as ações planejadas, quando necessário;
- Coordenar a produção de materiais e de conteúdos que sejam de sua responsabilidade;
- Organizar as capacitações para os agentes da ALESP envolvidos e interessados na comunicação com a juventude e para os conselheiros jovens, sobre temas fundamentais para o aperfeiçoamento das ações educacionais;
- Representar o Conselho Gestor em eventos internos e externos.

6.2.1.2. Metodologia

A integração dos programas de comunicação com a juventude é baseada numa gestão participativa fundamentada em três visões: a dos especialistas em juventude e educomunicação, a dos responsáveis pelos canais institucionais de comunicação com a juventude e a dos jovens. Os programas existentes continuarão sob as responsabilidades das mesmas pessoas e dos mesmos órgãos da ALESP.

6.2.1.3. Viabilidade

Os conselhos serão criados através de resolução e regulamentados mediante ato de mesa. O *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* estará subordinado à Secretaria Geral Parlamentar e o *Conselho Jovem de Comunicação* estará ligado ao *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude*. Deverá ser providenciada uma sala que será utilizada pelos dois conselhos, com mobiliário, materiais e equipamentos a serem designados pelos mesmos.

Ambos os conselhos serão geridos por um gestor da comunicação e auxiliados por um secretário e um estagiário de área de formação compatível.

Na impossibilidade de criação oficial dos conselhos, pode-se procurar integrar os programas na medida do que for possível. No caso específico do portal, pode se formar um subgrupo no Comitê (como está previsto no Ato 05/2005) para discutir projetos e implementações referentes à juventude.

6.2.1.4. Sustentabilidade

Cada setor possui seus recursos orçamentários. Deverá ser providenciada uma dotação para a operacionalização dos trabalhos do Conselho Gestor através da resolução que cria os conselhos. A experiência do ILP demonstrou que dependendo da ação planejada, outros recursos deverão ser obtidos através de parcerias com outras organizações.

6.2.1.5. Avaliação

Os conselhos se valerão dos seguintes instrumentos quantitativos e qualitativos de avaliação da integração e de sua colaboração no processo de formação cidadã da juventude:

- Reuniões dos Conselhos;
- Avaliações de jovens por e-mail, formulários e depoimentos;
- Produtos e resultados;

- Desenvolvimento do jovem no processo. Quando possível, avaliação de características como liderança, capacidade de diálogo/mediação, participação sociopolítica, autonomia;
- Registros: fotos, vídeos, materiais produzidos.

6.2.2. Criação de canais permanentes de aproximação e diálogo através da Internet

A criação de ações de comunicação digital não é suficiente por si só. Sua eficácia é alcançada a partir do desenvolvimento de estratégias específicas para cada público (Elizabeth Saad)¹³².

A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* conclui que é preciso *abrir canais de comunicação, com linguagem apropriada, entre os poderes Executivo e Legislativo e os(as) jovens, a fim de que eles(as) possam conhecer tais instâncias, acessar as informações produzidas e conhecer as formas pelas quais podem interferir em seus processos.*¹³³

Hoje, a possibilidade de criar canais de comunicação com a juventude, através da TV e da Internet, são as possibilidades de maior alcance institucional e que devem ser valorizadas para abrir as portas para a juventude. A Internet é um dos canais mais interessantes para permitir um diálogo permanente entre as partes mesmo em longas distâncias.

6.2.2.2. Seção do portal da ALESP específico para o público juvenil

O portal não ajuda nessa aproximação com os jovens, nem com o mais jovem ainda, na minha opinião, ele não tem uma linguagem jovem. (...) Um portal pra jovem é aquele que tem uma interatividade muito grande, é aquele que permite o bate-papo, é aquele que permite postar opiniões, é aquele que permite que a gente possa postar vídeos de aulas, vídeos de opiniões de um deputado sobre determinado assunto e que permitisse o comentário da sociedade.

A Assembleia tem que ter ações voltadas pra jovem. O curso a distância, o EAD, é uma ferramenta voltada pra jovem? É. Tá escondidinha no nosso portal. Se você tem isso como prioridade tem que estar na cara do portal de outra forma. (Roberto Lamari, diretor presidente do ILP)

O portal da ALESP é uma ferramenta importantíssima na integração dos programas de comunicação da instituição com a juventude e para o diálogo permanente.

¹³² Elizabeth Saad Corrêa é estrategista web e consultora de empresas, coordenadora da rede Pesquisa em Mídias Digitais e do Núcleo de Jornalismo, Mercado e Tecnologia e prof^a. titular do Departamento de Jornalismo e Editoração – ECA/USP. Palestra no curso de Gestão da Comunicação (ECA-USP) no segundo semestre de 2006.

¹³³ IBASE/PÓLIS, 2006.

Consultando as informações disponibilizadas pelo Comitê Executivo do Projeto Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, verificamos que há um planejamento de implementação de características, ferramentas e recursos ao portal que aparentemente coincidirão com várias das características e funcionalidades aqui apontadas como necessárias. Nem por isso este projeto perde seu valor, pelo contrário, quer confirmar o que vai ao encontro das necessidades do jovem cidadão e colaborar no aprimoramento destas e outras funcionalidades.

6.2.2.2.1. Metodologia

Inicialmente, as ações estarão focalizadas nos jovens estudantes do ensino médio. Será elaborado um plano de trabalho que contemple as seguintes ações:

I) Agenda

Para disputar a atenção das deputadas e deputados e de outros tomadores de decisão da Assembleia a fim de transformar o problema aqui discutido em agenda, são sugeridas algumas ações:

- a. Reunir os agentes responsáveis pelos canais de comunicação com a juventude existentes na ALESP para apresentar e discutir o projeto;
- b. Realização de um seminário com apoio do Comitê do Portal para apresentar o “embrião” do projeto. Público desejado: deputados estaduais e seus assessores, diretores e servidores da Casa que trabalham com juventude; membros de legislativos municipais; especialistas e organizações que trabalham com juventude, educomunicação e educação política que podem se tornar futuros parceiros.
- c. Dialogar e envolver as deputadas e deputados, em especial aqueles ligados à Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude e que atuam com o segmento jovem;
- d. Produzir e veicular artigo(s) a respeito do assunto em conjunto com a Agência de Notícias e com a Assessoria de Imprensa;
- e. Apontar o problema no programa Assembleia Popular que é veiculado na TV Assembleia e no Diário Oficial.

II) criação da seção (página) específica do portal para o público juvenil

- a. Baseado no princípio do “beta perpétuo”, criar e disponibilizar um “embrião” da página para o público jovem no portal. A referência inicial serão os conteúdos

sugeridos pelos jovens nesta pesquisa empírica, organizando-os através de três eixos orientadores:

(1) **diálogo** – permitir o diálogo diretamente com a instituição (inclusive os conselhos) e com os parlamentares, através de eventos virtuais como fóruns e *chats* em parceria com deputados, comissões e frentes parlamentares para discutir assuntos de interesse da juventude. A seção jovem procurará estimular a participação do jovem em outros eventos virtuais não restritos ao público jovem a fim de que ele vá conquistando autonomia no universo político.

O sucesso dos fóruns públicos no aprofundamento da prática democrática depende da capacidade de criar ligações entre os fóruns virtuais e o processo político tradicional de comunidades reais. Se o processo de discussão nos fóruns virtuais não tiver consequências para o processo de tomada de decisão em organizações políticas reais, a predisposição da população em participar vai logo diminuir. (FREY, 2000)

(2) **fiscalização** – informar, orientar e disponibilizar recursos que permitam fiscalizar a atuação do poder legislativo.

(3) **informação e formação** – disponibilizar conteúdos que conscientizem o jovem como sujeito de direitos e que o capacite para fiscalizar e participar das atividades e meios de comunicação do legislativo, como tutoriais que desmistifiquem as informações e o uso dos recursos disponibilizados pelo portal, por exemplo. Além disso, encontrará *links* interessantes sobre protagonismo juvenil, institutos de formação dos partidos políticos e de páginas que colaborem no processo de formação cidadã.

- b. Os conteúdos produzidos deverão explorar a diversidade das linguagens: textos, fotos, infográficos, vídeos, animações e áudios. Para produção destes conteúdos, contar-se-á com os conselhos e os setores que dele fazem parte e com a colaboração de outros setores como a gráfica, por exemplo. Os conteúdos serão publicados pelos servidores designados do *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* e de cada setor que serão capacitados pelo Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional para utilizar o sistema de publicação de conteúdos descentralizado. Será estudada a possibilidade de qualquer jovem do estado de São Paulo colaborar com conteúdos que deverão ser encaminhados aos conselhos para avaliação. Deverá estar previsto no orçamento, possíveis gastos com profissionais externos (como ilustradores, por exemplo) para

produção de algum conteúdo gráfico ou multimidiático que não seja possível de ser produzido internamente.

- c. O primeiro objetivo é conquistar o interesse do internauta. Ele deverá encontrar ali, coisas que despertem seu interesse e façam sentido na sua vida. A assessoria dos especialistas em juventude e em educomunicação e a opinião e validação do *Conselho Jovem* serão muito importantes para constituir e organizar os conteúdos e o uso dos recursos disponíveis.

II) Aperfeiçoamento do portal

- a. Apoiar e colaborar para a realização de estudo de usabilidade do portal, incluindo as necessidades do segmento jovem.
- b. Verificar com o Comitê do Portal a possibilidade de usar *folksonomia* para que sejam otimizadas a personalização e segmentação do portal para o público juvenil.
- c. Incentivar o cadastro de usuários para ter acesso ao conteúdo segmentado.
- d. Sugerir recursos que deem mais transparência ao portal para transmitir segurança e confiabilidade aos usuários.
- e. O planejamento do Comitê do Portal prevê *acesso orientado pela função político-pedagógica do Portal, explicando o papel do parlamento e traduzindo-o para o usuário de modo a incentivar a cidadania ativa, (que ainda não está disponível à medida que exige produção de instrumentos, tais como jogos interativos, tour virtual, glossários. Caberá ao Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude e ao Conselho Jovem de Comunicação colaborar na avaliação dessas implementações e na indicação das funcionalidades que deverão ser aprimoradas para a fácil compreensão do jovem para que ele utilize as ferramentas disponibilizadas no portal para exercer sua cidadania.*

III) Discussões multimidiáticas

- a. Planejar a implantação de discussão de temas, através do incentivo aos jovens de produção de materiais multimidiáticos como audiovisuais, músicas, poesias, charges etc.

IV) Parlamento Jovem Virtual

- a. A médio prazo, realizar estudos de viabilidade de implantação do Parlamento Jovem Virtual baseando-se na experiência finlandesa.

6.2.2.2.2. Gestão

A partir da ótica de gestão descentralizada de conteúdo, presente na concepção do portal, cada um dos setores responsáveis pelos programas de comunicação da ALESP com a juventude alimentará suas páginas com os conteúdos de sua responsabilidade.

As competências do gestor de comunicação e da secretaria do *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude* descritas no item 2.1. são válidas para a gestão da seção jovem do portal.

6.2.2.2.3. Sustentabilidade

A sustentabilidade da seção jovem dependerá da sensibilização, capacitação e compromisso de produção e publicação de conteúdo periódica dos setores representados no *Conselho Gestor de Comunicação com a Juventude*.

Outro fator importantíssimo é fazer com que o portal seja conhecido pela juventude e pelos deputados. Para isso, deverão ser pensadas estratégias de divulgação do portal. Eis algumas sugestões:

- a. Presença e interação da ALESP com a juventude nos *sites* de redes sociais, como *Orkut, Facebook, Youtube, Flickr, Twitter*, blogs etc, pois segundo o professor Orhuela da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha), *las redes sociales de propósito general serán, para la mayor parte de los usuarios, la principal puerta de entrada a los servicios y a la cultura de internet, tal como en su tiempo lo fueron los portales y luego los buscadores*¹³⁴.
- b. Aproveitar a rede de contatos do Parlamento Jovem.
- c. Divulgar os programas de comunicação da ALESP com a juventude nas escolas seja através de visitas, seja através de envio de materiais impressos e/ou e-mail;
- d. Através dos mandatos dos deputados.
- e. *Newsletter* e *RSS* (notificações de alterações no *site* para usuários assinantes).
- f. Divulgação através da TV Assembleia, do Diário Oficial (calhaus), da Revista Parlamento Paulista.
- g. Parceria para produção e distribuição de matérias via Agência de Notícias e Assessoria de Imprensa da ALESP.

¹³⁴ Disponível em http://www.ecuaderno.com/2010/01/05/las-redes-sociales-seran-la-puerta-de-entrada-a-internet/?utm_source=feedburner&utm_medium=twitter&utm_campaign=Feed%3A+ecuaderno+%28ecuaderno%29 Acesso em 5 jan. 2010.

- h. Via curso de Iniciação Política (presencial e virtual) e outros meios disponibilizados pelo do ILP.
- i. Divulgação de atividades como fóruns, por exemplo, nas seções de agenda e mural do portal, se for possível.
- j. Produção de materiais impressos inicialmente para visita monitorada, mas também para ser entregue nos cursos de Iniciação Política e Parlamento Jovem, por exemplo.

6.2.2.2.4. Viabilidade

A viabilidade do projeto está condicionalmente ligada:

- À disponibilização das ferramentas e recursos tecnológicos para publicação de conteúdo por parte da equipe de TI da ALESP;
- À capacitação de publicadores de conteúdo;
- Aos limites impostos pela infra-estrutura de rede.

Alguns recursos que não forem possíveis implantar no portal, pode-se verificar se há a possibilidade em *sites* externos , preferencialmente gratuitos.

6.2.2.2.5. Avaliação

O programa será avaliado através:

- Das estatísticas de acesso do portal: número de jovens cadastrados, de usuários cadastrados no segmento jovem, entre outras;
- Caso sejam criados perfis e comunidades nos *sites* de redes sociais: número de membros, interação etc;
- De e-mails enviados pelos internautas;
- Da participação em enquetes e outros eventos virtuais e presenciais promovidos através do portal;
- Da participação dos jovens na colaboração de conteúdos para alimentar o portal (se for permitida sua colaboração);
- Das reuniões dos conselhos;
- Das avaliações dos conteúdos por parte dos usuários: relevância, postagem de comentário, avaliação de comentário, número de visualizações, postadores, data de postagem etc (limitados aos recursos que o sistema poderá oferecer).

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Juventude, juventudes o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

ALVES, Luiz Roberto. Política de formação e formação política de gestores para a comunicação e a cultura. In: BACCEGA, Maria A. (org.). *Gestão de Processos Comunicacionais*. São Paulo: Atlas, 2002.

BARBERO, Jesús Martín. Heredando el futuro. Pensar la educación desde la comunicación. In. *Nómadas*, nº 5. Santafé de Bogotá: Fundación Universidad Central/DIUC, Septiembre de 1996.

BAQUERO, Marcello (org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BORBA JR. Jair Pires de Borba. *Poder legislativo e juventude no Brasil: uma abordagem educacional – uma proposta para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. Monografia (curso de especialização em Gestão da Comunicação). São Paulo: ECA-USP, 2007.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. *A TV Câmara é a casa de todos os brasileiros na sua casa*. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=INSTITUCIONAL>>. Acesso em: 27 mar. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARNEIRO, Marcelo; PEREIRA, Camila. Desonestos, insensíveis e mentirosos. *Veja*, São Paulo, edição 1993, ano 40, nº 4, p. 5431, jan. 2007.

CASTRO, Daniel. Poderes têm TVs cansativas e para iniciados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2007, p. A14.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.

COMITÊ Gestor da Internet no Brasil. *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil : TIC Domicílios e TIC Empresas 2008*. São Paulo, 2009.

COSSON, Rildo. *Escolas do legislativo, escolas de democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

COORDENADORIA ESPECIAL DE JUVENTUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Mapa da juventude. Perfil e comportamento do jovem de São Paulo*. São Paulo. 2003.

DIÁRIO Oficial do Estado, São Paulo, 20 abr. 2007, p.1.

DIÁRIO Oficial do Estado de São Paulo - Poder Legislativo. *Aldo Demarchi exerce seu quarto mandato*. São Paulo: 17 março 2009, p.6.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil et al. *Estar no papel: cartas dos jovens do ensino médio*. Brasília: UNESCO, INEP/MEC, 2005.

FOLHA de São Paulo. *As maiores televisões*. São Paulo, 18 mar. 2007, p. A10

FOLHA de São Paulo. *ASSEMBLÉIAS e Câmaras de SP disputam espaço*. São Paulo, 18 mar. 2007, p. A15.

FOLHA de São Paulo. *Número de eleitores com 16 e 17 anos diminui 20%*. São Paulo, 29 ago. 2008.

FORMAR. Pesquisa de Opinião sobre a ALESP. In: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Pesquisa de opinião para medir a percepção da população do Estado de São Paulo em relação à ALESP: Processo nº RG 6005/05*, 2005, v.3, p. 500-745.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 12a. edição.

FUNDAÇÃO SEADE. *Evolução do Índice de Vulnerabilidade Juvenil – IVJ 2000/2005*. São Paulo. 2007

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMEZ, Guillermo Orozco. Professores e meios de comunicação: desafios, estereótipos. In *Comunicação e Educação*, nº 10. São Paulo: Moderna/CCA, 1997.

GURJÃO, Olívia Maria Teixeira. *Fórum São Paulo Século XXI*. Monografia (curso de especialização em política e governo). São Paulo: UNESP/ILP, 2005.

IBASE/PÓLIS. *Diálogo nacional para uma política pública de juventude*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_248.pdf>. Acesso em: 5 maio 2007.

IBASE/PÓLIS. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório final*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/ Relatorio_Final_.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Relatorio_Final_.pdf)>. Acesso em: 16 março 2007.

INSTITUTO PEABIRUS. *Proposta de prestação de serviços de consultoria: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. Documento interno. São Paulo, 2009.

KEIL, Ivete Manetzedder. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na pólis. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 17.

MAGALHÃES, Guilherme Wendel (coord.) *Parlamento Paulista 2005-2007*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Departamento de Comunicação, 2006.

NIELSEN, Jakob. *Usabilidade na web*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 2 ed., p. xvi.

PARLAMENTO Jovem Ensino Médio 2005. *Diário Oficial Estado de São Paulo – Poder Legislativo*, São Paulo, 2005, Diário da Assembleia Legislativa – Suplemento Especial do Poder Legislativo.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. *Pré-Plano de Gestão – ALESP 2005 / 2007*. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2005b.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. *Consolidação do Regimento Interno*. 13ª ed. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2007.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. O Poder Legislativo. *Boletim Informativo*, São Paulo, nº 3, p. 10-11, nov. 2006.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. *Histórico do ILP*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/historico.htm>>. Acesso em: 19 maio 2007.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. Planejamento 2007/2008. *Relatório Anual de Atividades 2006*. São Paulo: Assembleia Legislativa, abr de 2007.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. *Processo nº 4369/2009*. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2009.

SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. *Programa Banco de Projetos está em fase de implantação*. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2010.

SCHELLING, Vivian. *A presença do povo na cultura brasileira*. Ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Edunicamp, 1991.

Ok SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra, Almedina, 1974.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. *Contato*, Brasília, nº 1, jan/mar. 1999, p. 41.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, nº 23, jan-abr. 2002, p. 25

SOARES, Ismar de Oliveira. *O projeto Educom.TV: formação on line de professores numa perspectiva educacional*. <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/130.pdf>. Acesso em: 31 ago.2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Planejamento e avaliação de projetos de comunicação*. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/131.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.º 16, jul.- dez. 2006, pág. 20-45.

SPOSITO, Marília Pontes. *Um balanço preliminar de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: 6 mar. 2007.

TERRA, Carolina Frazon. *Comunicação corporativa digital: o futuro das relações públicas na rede*. [Dissertação de mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo]. São Paulo, 2006

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Políticas públicas de / para / com as juventudes*. Brasília, 2004.

VIVARTA, Veet. Remoto controle: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes. São Paulo: Cortez, 2004.

WIKIPEDIA. *Folksonomia*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Folksonomia>. Acesso em 29 jan. 2010.

ANEXOS

1. Ato 5/2005 – dispõe sobre a criação do Comitê Executivo do Projeto Portal da ALESP



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

ATO Nº 0005/2005, DA MESA

A MESA DA ALESP, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a conclusão, com êxito, da etapa de criação do Portal da ALESP na Internet, com a introdução de ferramentas especializadas para a gestão de conteúdos e interatividade, bem como a migração do sítio atual, nos termos do trabalho do Comitê constituído para o Projeto;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver, plenamente, todas as potencialidades do Portal como instrumento de comunicação, participação e modernização do Poder Legislativo paulista e, ainda, como ferramenta de gestão de conteúdos, de conhecimento e de trabalho; e

CONSIDERANDO, finalmente, a importância de se definir os paradigmas, de médio e longo prazo, elaborar os critérios de inclusão e exclusão de conteúdos, definir os níveis de acessibilidade e consolidar o Portal da ALESP como um projeto estratégico de inserção pró-ativa do Parlamento paulista na sociedade informacional, DECIDE:

Artigo 1º - Fica criado o Comitê Executivo do Projeto Portal da ALESP, vinculado à Mesa Diretora, com o objetivo de elaborar, no prazo de 12 (doze) meses, as propostas de planejamento estratégico e o plano de trabalho para a implementação e consolidação do Portal, dando continuidade à etapa de criação, com a seguinte composição:

I - Secretário Geral de Administração;

II - Secretário Geral Parlamentar;

III - Diretor do Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional;

IV - Diretor do Departamento de Comissões;

V - Diretor do Departamento de Documentação e Informação;

VI - Diretor do Departamento de Comunicação;

VII - Diretor do Departamento Parlamentar;

VIII - Diretor Presidente do ILP;

IX - Diretor da Divisão de Desenvolvimento Organizacional do DIDO, e

X - os seguintes servidores:

a) - Kyung Sik Han;

- b)** - Edanee Mary Chiarelli;
- c)** - Tania Rodrigues Mendes;
- d)** - Edna M. S. Cymbaum.

§1º - A coordenação dos trabalhos será exercida pela servidora Tania Rodrigues Mendes.

§2º - Para o desenvolvimento de trabalhos específicos, o Comitê poderá criar subgrupos com a participação dos diversos órgãos da Assembléia.

§3º - Até que o Portal esteja em pleno funcionamento e que todos os provedores de conteúdo estejam capacitados, haverá um orientador de inclusão de conteúdo, mantendo -se os mesmos procedimentos de inclusão adotados pelo sítio para os conteúdos que, embora estejam no Portal, ainda não estejam no escopo de aplicação de suas ferramentas.

Artigo 2º - Para a consecução de seus objetivos, compete ao Comitê Executivo do Projeto Portal da ALESP:

I - elaborar e manter plano de trabalho;

II - desenvolver o Modelo Conceitual Pleno do Portal, definindo visão, foco, missão, objetivos, arquitetura de informações, produtos e serviços, matriz de responsabilidades e estratégias de resultados e de implantação;

III - propor as políticas referentes às dimensões internas e externas de:

- a)** acessibilidade: idiomas, usuários com necessidades especiais, inclusão digital, e outros;
- b)** metadados, tais como vocabulários controlados, taxionomias, e outros;
- c)** inclusão, admissibilidade e exclusão de conteúdos, com tabelas de temporalidade e definição de responsabilidade desconcentrada e distribuída;
- d)** comunicação;
- e)** interatividade e relacionamentos internos e externos;
- f)** privacidade (política de segurança/PDS);
- g)** canais e níveis de acesso às informações;
- h)** validação de conteúdos;
- i)** comunidades virtuais (internas e externas);
- j)** tecnologia da informação;

IV - elaborar proposta de institucionalização do Portal, como processo permanente na ALESP, incluindo equipe de contingência/conteúdo/design/tecnologia;

V - analisar o conteúdo do sítio original da ALESP, propondo as atualizações, adaptações, fusões e exclusões necessárias, consultados os autores das páginas;

VI - elaborar mapa de conhecimento e dos fluxos de trabalho e informações que o sustentam, para o uso eficaz das ferramentas de tecnologia da informação;

VII - definir classificação de assuntos, catálogo referencial e estilos;

VIII - definir prazos de validade de conteúdos e as responsabilidades pela sua manutenção;

IX - definir lógica, padrões, cores, estrutura e identidade visual do leiaute;

X - definir suporte em infra-estrutura e na ferramenta, quanto à tecnologia da informação;

XI - definir regras gerais e "workflow" para as áreas administrativa e parlamentar;

XII - estabelecer padrões de estrutura, cores, conteúdos, cadastros e outros necessários ou exigidos pelas ferramentas adotadas e para o pleno funcionamento dos recursos de comunidades virtuais;

XIII - levantar as lacunas do sítio original e definir novos conteúdos, bem como funcionalidades e instrumentos integradores necessários;

XIV - elaborar plano de integração com informações de sítios ou entidades externas;

XV - estabelecer diretrizes e critérios de identidade visual.

§1º - Para a realização de suas atividades o Comitê poderá:

1 - propor o desenvolvimento de programas de capacitação de pessoal;

2 - convidar especialistas para subsidiar seus trabalhos, sem ônus para o Poder Legislativo;

3 - solicitar contribuições aos órgãos das Secretarias da ALESP ou de outras entidades externas;

4 - promover o envolvimento de todos os provedores internos;

5 - propor as mudanças necessárias nos fluxos de trabalho, com a participação das áreas envolvidas, respeitadas as suas competências;

6 - levantar perfis de interesse de usuários atuais e potenciais;

7 - estabelecer prioridades de inclusão de conteúdos migrados no escopo das ferramentas e a programação de treinamento e capacitação dos setores responsáveis pela alimentação;

8 - elaborar manuais de procedimento.

§2º - O plano de trabalho mencionado no inciso I será apresentado à Mesa em 30 (trinta) dias a partir da efetiva instalação do Comitê, e será atualizado periodicamente.

§3º - Serão apresentados à Mesa relatórios periódicos de progresso, bem como o relatório final contendo o Planejamento e o Modelo Conceitual Pleno, para conhecimento, aprovação e posterior publicação.

Artigo 3º - São considerados fatores essenciais para o desenvolvimento do modelo conceitual do Portal da ALESP e dos trabalhos do Comitê:

I - definição do Portal para os usuários internos e externos como um sistema de informação e comunicação sobre a Assembléia e, simultaneamente, para os Deputados e funcionários como uma ferramenta de trabalho;

II - o usuário como foco principal a ser conhecido através de diagnósticos especiais, levantamento do perfil de interesse e da análise das estatísticas de utilização do Portal;

- III** - Deputados e servidores como usuários internos e, simultaneamente, provedores de conteúdo e clientes;
- IV** - envolvimento dos recursos humanos da instituição, simultaneamente usuários, provedores e a retaguarda de sustentação do sucesso dessa mídia;
- V** - participação de todos com base em um modelo conceitual claro, em diagnósticos dos ambientes interno e externo, pois essa mecânica de horizontalidade é a própria essência de funcionamento do Portal (transversalidade);
- VI** - ferramenta de gestão do conhecimento e canal para a democracia direta, nos termos constitucionais;
- VII** - as prerrogativas e as competências constitucionais e regimentais da ALESP traduzidas no âmbito virtual e da sociedade em rede de forma a ampliar e agregar valor à participação cidadã;
- VIII** - acesso de alta qualidade aos conteúdos, serviços e produtos organizados, com base e de acordo com as necessidades de busca e interlocução do usuário e não a partir da estrutura administrativa da Assembléia.

Artigo 4º - O Comitê terá apoio das unidades administrativas da Assembléia Legislativa.

Artigo 5º - As decisões adotadas pelo Grupo do Projeto do Portal para viabilizar a implantação do protótipo do Portal do Cidadão em 10 de março de 2005, referentes ao seu conteúdo e leiaute, bem como a transição dos conteúdos do sítio original para as novas ferramentas de tecnologia da informação constantes das Atas das reuniões, são consideradas do Comitê criado por este Ato.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

2. Questionário usado na pesquisa quantitativa

**PESQUISA SOBRE O USO DA INTERNET COMO (UM DOS) CANAL PERMANENTE DE DIÁLOGO E APROXIMAÇÃO
ENTRE O PODER LEGISLATIVO E A JUVENTUDE**

NOME DA ESCOLA EM QUE ESTUDA: EE PROF. JOSÉ GERALDO DE LIMA
PERÍODO DE AULA: MANHÃ

PARTE I – PERFIL DO PESQUISADO

1. ESCREVA UM APELIDO SEU: _____

2. SEU SEXO:

☐ MASCULINO ☐ FEMININO

3. VOCÊ SE DECLARA DE QUE COR/ETNIA? (ESCOLHA APENAS UMA RESPOSTA)

☐ BRANCA ☐ NEGRA ☐ AMARELA ☐ INDÍGENA ☐ PARDAS
☐ OUTRA. QUAL? _____

4. VOCÊ JÁ TEM ALGUM FILHO(A)?

☐ SIM ☐ NÃO

5. VOCÊ TRABALHA OU JÁ TRABALHOU (TANTO FAZ SE FOI COM OU SEM CARTEIRA ASSINADA)?

☐ SIM ☐ NÃO

6. VOCÊ POSSUI ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL?

☐ SIM ☐ NÃO

SE SIM, QUAL? _____

7. SOMANDO A SUA RENDA COM A RENDA DAS PESSOAS QUE MORAM COM VOCÊ, DE QUANTO FOI APROXIMADAMENTE A RENDA FAMILIAR EM SUA CASA NO MÊS PASSADO?

(ESCOLHA APENAS UMA RESPOSTA)

- ☐ ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO (ATÉ R\$ 465,00)
- ☐ MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS (MAIS DE R\$ 465,00 ATÉ R\$ 930,00)
- ☐ MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS (MAIS DE R\$ 930,00 ATÉ R\$ 1.395,00)
- ☐ MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS (MAIS DE R\$ 1.395,00 ATÉ R\$ 2.325,00)
- ☐ MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS (MAIS DE R\$ 2.325,00 ATÉ R\$ 4.650,00)
- ☐ MAIS DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS (MAIS DE R\$ 4.650,00)
- ☐ NÃO SEI

8. QUANTO À RELIGIÃO, VOCÊ SE CONSIDERA... (ESCOLHA APENAS UMA RESPOSTA)

- ☐ ATEU / ATÉIA
- ☐ APENAS ACREDITO EM DEUS, NÃO TENHO RELIGIÃO
- ☐ CATÓLICO
- ☐ EVANGÉLICO
- ☐ PRATICANTE DE UMA RELIGIÃO AFRODESCENDENTE (EX.: CANDOMBLÉ, UMBANDA, CULTO AOS ORIXÁS ETC.)
- ☐ ESPÍRITA
- ☐ OUTRA. QUAL? _____

9. QUANTOS ANOS VOCÊ TEM? _____

10. SE VOCÊ TEM MENOS DE 16 ANOS, VÁ PARA A PRÓXIMA PERGUNTA (NÚMERO 11).

SE VOCÊ TEM 16 ANOS OU MAIS, RESPONDA: VOCÊ JÁ TEM TÍTULO DE ELEITOR?

() SIM	() NÃO
10.1. SE VOCÊ RESPONDEU SIM, DIGA POR QUÊ (PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA). () ACHO IMPORTANTE PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES, () ACREDITO QUE É UM DIREITO IMPORTANTE E QUERO EXERCÊ-LO, () OUTRO MOTIVO. ESCREVA QUAL É ESSE MOTIVO: _____ _____ _____	10.2. SE VOCÊ RESPONDEU NÃO, DIGA POR QUÊ (PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA) () AINDA NÃO TIVE TEMPO, MAS VOU TIRAR PARA PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES DE 2010, () NÃO GOSTO DE POLÍTICA, SÓ VOU TIRAR QUANDO FOR OBRIGATÓRIO, () NÃO ME CONSIDERO MADURO O SUFICIENTE PARA TOMAR UMA DECISÃO TÃO IMPORTANTE, () NÃO SABIA QUE PODERIA TIRAR O TÍTULO, () UM ADULTO ME PEDIU PARA TIRAR (POR MIM, NÃO TIRARIA AGORA), () ACHO A POLÍTICA IMPORTANTE, MAS NÃO VOU TIRAR O TÍTULO AINDA, PORQUE NÃO CONFIO EM NENHUM CANDIDATO QUE CONHEÇO, () OUTRO MOTIVO. ESCREVA QUAL É ESSE MOTIVO: _____ _____ _____

11. NESTES ÚLTIMOS DOIS ANOS, O QUE VOCÊ FEZ PARA COLABORAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA? (PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA) () NADA, () VOTEI, () PARTICIPEI DE PARTIDO POLÍTICO, () PARTICIPEI DE ONG, () PARTICIPEI DE UM GRUPO FORMADO POR JOVENS COMO EU, () PARTICIPEI DE MANIFESTAÇÕES (PASSEATA, PROTESTO ETC.), () USEI DA ARTE E DA CULTURA PARA FALAR O QUE PENSO (CRÍTICA À SOCIEDADE, DENUNCIAR INJUSTIÇAS ETC.), () OUTRAS FORMAS. ESCREVA ABAIXO QUE FORMAS SÃO ESSAS. _____ _____
--

12. VOCÊ SIMPATIZA COM ALGUM PARTIDO POLÍTICO?

() SIM () NÃO

12.1. SE SIM, QUAL? _____

13. VOCÊ TEM AFINIDADE COM ALGUM POLÍTICO?

() SIM

() NÃO

13.1 SE SIM, LISTE ATÉ TRÊS POLÍTICOS NO QUADRO ABAIXO E DIGA PORQUÊ VOCÊ TEM AFINIDADE COM ELES.

NOME DO POLÍTICO	POR QUE VOCÊ TEM AFINIDADE COM ELE?
1.	
2.	
3.	

PARTE II – SOBRE SEUS HÁBITOS NA INTERNET

14. PREENCHA O QUADRO ABAIXO COM AS INFORMAÇÕES DAS PESSOAS OU COMUNIDADES QUE VOCÊ MAIS GOSTA DE SEGUIR OU PARTICIPAR:

NOME DO SEGUIDO OU DA COMUNIDADE	NOME DO SITE (TWITTER, ORKUT, FACEBOOK, MYSPACE ETC.)	POR QUE VOCÊ SEQUE ESTA PESSOA OU PARTICIPA DESTA COMUNIDADE?
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

15. VOCÊ SEQUE ALGUÉM NO TWITTER OU PARTICIPA DE ALGUMA COMUNIDADE NA INTERNET QUE TENHA ALGUMA RELAÇÃO COM A POLÍTICA?

() SIM

() NÃO

15.1. SE SIM, PREENCHA O QUADRO ABAIXO COM AS INFORMAÇÕES DAS PRINCIPAIS PESSOAS OU COMUNIDADES QUE VOCÊ SEQUE OU PARTICIPA QUE TEM RELAÇÃO COM A POLÍTICA:

NOME DO SEGUIDO OU DA COMUNIDADE	NOME DO SITE	O QUE ESTA PESSOA OU COMUNIDADE TEM A VER COM POLÍTICA? O QUE SE DISCUTE? FALA SOBRE O QUÊ?
1.		
2.		
3.		
4.		

16. QUAIS SÃO OS SITES E PROGRAMAS QUE VOCÊ MAIS USA NA INTERNET? LEMBRE-SE DE TUDO QUE VOCÊ MAIS FAZ NA INTERNET E QUE NÃO VIVE SEM.
(FAÇA UM CÍRCULO AO REDOR DOS NOMES DOS SITES QUE USA. SE FOR PRECISO, ANOTE O NOME DO SITE, SE ELE NÃO CONSTAR NA TABELA)

ENDEREÇO OU NOME DO SITE	QUANTAS VEZES ACESSA POR SEMANA	TEMPO MÍNIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	TEMPO MÁXIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	POR QUAL MOTIVO VOCÊ USA ESTE SITE?	O QUE VOCÊ FAZ NO SITE?	QUAIS AS COISAS QUE VOCÊ MAIS GOSTA NO SITE?	O QUE PODERIA MELHORAR?
REDES SOCIAIS: ORKUT / FACEBOOK / MYSPACE, _____							
COMUNICADORES INSTANTÂNEOS: MSN, SKYPE, _____							

LEMBRE-SE: FAÇA UM CÍRCULO AO REDOR DOS NOMES DOS SITES QUE USA. SE FOR PRECISO, ANOTE O NOME DO SITE, SE ELE NÃO CONSTAR NA TABELA							
ENDEREÇO OU NOME DO SITE	QUANTAS VEZES ACESSA POR SEMANA	TEMPO MÍNIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	TEMPO MÁXIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	POR QUAL MOTIVO VOCÊ USA ESTE SITE?	O QUE VOCÊ FAZ NO SITE?	QUAIS AS COISAS QUE VOCÊ MAIS GOSTA NO SITE?	O QUE PODERIA MELHORAR?
MICROBLOGS: TWITTER, _____							
VÍDEOS: YOUTUBE, _____							

LEMBRE-SE: FAÇA UM CÍRCULO AO REDOR DOS NOMES DOS SITES QUE USA. SE FOR PRECISO, ANOTE O NOME DO SITE, SE ELE NÃO CONSTAR NA TABELA							
ENDEREÇO OU NOME DO SITE	QUANTAS VEZES ACESSA POR SEMANA	TEMPO MÍNIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	TEMPO MÁXIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	POR QUAL MOTIVO VOCÊ USA ESTE SITE?	O QUE VOCÊ FAZ NO SITE?	QUAIS AS COISAS QUE VOCÊ MAIS GOSTA NO SITE?	O QUE PODERIA MELHORAR?
E-MAIL: YAHOO, GMAIL, HOTMAIL, _____							
PESQUISAS EM GERAL: WIKIPEDIA _____							

LEMBRE-SE: FAÇA UM CÍRCULO AO REDOR DOS NOMES DOS SITES QUE USA. SE FOR PRECISO, ANOTE O NOME DO SITE, SE ELE NÃO CONSTAR NA TABELA							
ENDEREÇO OU NOME DO SITE	QUANTAS VEZES ACESSA POR SEMANA	TEMPO MÍNIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	TEMPO MÁXIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	POR QUAL MOTIVO VOCÊ USA ESTE SITE?	O QUE VOCÊ FAZ NO SITE?	QUAIS AS COISAS QUE VOCÊ MAIS GOSTA NO SITE?	O QUE PODERIA MELHORAR?
SITES DE BUSCA: GOOGLE, BING, _____							
JOGOS: GTA, COUNTER STRIKE, _____							

LEMBRE-SE: FAÇA UM CÍRCULO AO REDOR DOS NOMES DOS SITES QUE USA. SE FOR PRECISO, ANOTE O NOME DO SITE, SE ELE NÃO CONSTAR NA TABELA

ENDEREÇO OU NOME DO SITE	QUANTAS VEZES ACESSA POR SEMANA	TEMPO MÍNIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	TEMPO MÁXIMO QUE NAVEGA NO SITE (HORAS OU MINUTOS)	POR QUAL MOTIVO VOCÊ USA ESTE SITE?	O QUE VOCÊ FAZ NO SITE?	QUAIS AS COISAS QUE VOCÊ MAIS GOSTA NO SITE?	O QUE PODERIA MELHORAR?
NOTÍCIAS / ATUALIDADES: REDE GLOBO, UOL, TERRA, _____							
OUTROS SITES, BLOGS...: _____							

17. JÁ ACONTECEU ALGO COM VOCÊ NA INTERNET QUE TE MOTIVOU A ALGUMA ATITUDE OU MUDANÇA DE OPINIÃO SOBRE A POLÍTICA?

☐ SIM ☐ NÃO

17.1. SE SIM, ESCREVA COMO FOI ESSA EXPERIÊNCIA.

18. QUAL O PRINCIPAL LOCAL ONDE COSTUMA ACESSAR A INTERNET? (ESCOLHA APENAS UMA RESPOSTA)

- ☐ ESCOLA
☐ CASA
☐ LÂNHOUSE
☐ CASA DE UM AMIGO OU PARENTE
☐ TRABALHO
☐ OUTRO. QUAL? _____

PARTE III – SOBRE A SUA RELAÇÃO COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
--

19. VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO?

☐ SIM ☐ NÃO

20. VOCÊ JÁ VISITOU A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO?

☐ SIM ☐ NÃO

21. SOBRE O PARLAMENTO JOVEM PAULISTA: (PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA)

- ☐ NÃO CONHEÇO,
☐ JÁ OUVI FALAR,
☐ NOSSA ESCOLA ENVIOU PROJETO,
☐ JÁ PARTICIPEI COMO DEPUTADO(A) JOVEM.

22. SOBRE O INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA (ILP): (PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA)

- ☐ NÃO CONHEÇO
☐ JÁ OUVI FALAR,
☐ JÁ PARTICIPEI DE ALGUM CURSO OU ATIVIDADE NO ILP,
☐ JÁ PARTICIPEI DE ALGUM CURSO OU ATIVIDADE PROMOVIDO PELO ILP NA REGIÃO,

23. VOCÊ JÁ ENTROU NO SITE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO?

☐ SIM ☐ NÃO

24. VOCÊ JÁ ASSISTIU A TV ASSEMBLEIA (TV ALESP)?

☐ SIM ☐ NÃO

25. MARQUE COM UM X O QUANTO CONCORDA OU DISCORDA DOS MOTIVOS ABAIXO QUE IMPEDEM, DIFICULTAM OU DESMOTIVAM VOCÊ DE ACOMPANHAR, COBRAR E FISCALIZAR A AÇÃO DOS DEPUTADOS E DE PARTICIPAR DE ATIVIDADES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

MOTIVO	NADA A VER! (DISCORDO TOTALMENTE)	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	É ISSO AÍ (CONCORDO TOTALMENTE)	INDIFERENTE
1. NÃO SEI O QUE É A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO					
2. NÃO SEI ONDE FICA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO					
3. É MUITO LONGE					
4. A OPINIÃO DO JOVEM NÃO É LEVADA A SÉRIO, NÃO INFLUENCIA NAS DECISÕES POLÍTICAS					
5. NÃO HÁ ESPAÇO PARA O JOVEM PERGUNTAR OU FALAR O QUE PENSA					
6. É MUITA TEORIA E POUCA PRÁTICA					
7. A POLÍTICA É UMA COISA SUJA					
8. NINGUÉM ME INCENTIVA					
9. AS ATIVIDADES ACONTECEM EM DIAS E HORÁRIOS EM QUE ESTOU ESTUDANDO OU TRABALHANDO					
10. NÃO FICO SABENDO, NUNCA FUI CONVIDADO					
11. FALTA DINHEIRO PARA O TRANSPORTE (CONDUÇÃO)					
12. OS ASSUNTOS DISCUTIDOS NÃO DESPERTAM MEU INTERESSE					
13. OS ASSUNTOS DISCUTIDOS SÃO INTERESSANTES, MAS EU NÃO ENTENDO NADA					
14. NÃO TENHO NADA A CONTRIBUIR					
15. NÃO ME INTERESSA POR QUESTÕES POLÍTICAS, SOU INDIVIDUALISTA					
16. NÃO GOSTO DE POLÍTICA					
17. A POLÍTICA É UMA COISA COMPLICADA, EU NÃO ENTENDO					
18. NÃO TENHO TV A CABO					
*ESCREVA OUTROS MOTIVOS ABAIXO	NADA A VER! (DISCORDO TOTALMENTE)	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	É ISSO AÍ (CONCORDO TOTALMENTE)	INDIFERENTE
19.					
20.					
21.					

26. POR QUE VOCÊ QUIS PARTICIPAR DESTA PESQUISA?

ESCREVA A DATA DE HOJE:

A CADA JOVEM, MEU MUITO OBRIGADO
PELA SUA DEDICAÇÃO E SINCERIDADE
NESTA PESQUISA!!!

3. Planilhas da pesquisa de campo junto aos jovens do Ensino Médio

Perfil do grupo pesquisado

Cor/etnia declarada	porcentagem de jovens	número de jovens
não-branca	57,1%	84
Parda	28,6%	42
Negra	21,1%	31
Amarela	3,4%	5
Indígena	2,0%	3
Outras (mestiça, morena, transparente)	2,0%	3
Branca	41,5%	61
Não respondeu	1,4%	2
total	100,0%	147

10. Se você tem 16 anos ou mais, responda: você já tem título de eleitor?

10. se você tem 16 anos ou mais, responda: você já tem título de eleitor?	sim %	não %	não respondeu %	sim	não	não respondeu
16 anos	13,64%	85,23%	1,14%	12	75	1
17 anos	27,03%	72,97%	0,00%	10	27	0
18 anos	42,86%	57,14%	0,00%	3	4	0
19 anos	100,00%	0,00%	0,00%	5	0	0
20 anos	100,00%	0,00%	0,00%	2	0	0
total	23,02%	76,26%	0,72%	32	106	1

sites utilizados	Porcentagem de jovens que disseram usar o site	Número de jovens
Youtube [vídeos]	93,88%	138
Google [site de busca]	91,84%	135
Orkut [site de redes sociais]	87,07%	128
MSN [comunicador instantâneo]	85,71%	126
Wikipedia [enciclopédia]	65,99%	97
Hotmail [webmail]	63,27%	93
portal globo.com + globoesporte [portal de notícias e atualidades]	31,29%	46
Yahoo	23,13%	34
portal uol	19,73%	29
portal terra	14,97%	22
counter strike	14,97%	22
Gmail	13,61%	20
Twitter	12,24%	18
Gta	11,56%	17
não especificou um comunicador (msn, skype)	6,80%	10
não especificou site de busca (google, bing...)	6,80%	10
Myspace	6,12%	9
Skype	5,44%	8
não especificou uma rede social (orkut, facebook, myspace)	4,76%	7
não especificou E-mail	5,44%	8

facebook	4,76%	7
não especificou portal Notícias/Atualidades	3,40%	5
Mixme	1,36%	2
bing	1,36%	2
Need for speed	1,36%	2
portal ig	1,36%	2
blogs	1,36%	2
watchtower.com	0,68%	1
vestibulares.com	0,68%	1
vagalume	0,68%	1
outlook	0,68%	1
baixando legal	0,68%	1
cdscompletos.blog.com.br	0,68%	1
folha de são paulo	0,68%	1
guitar hero	0,68%	1
portal bol	0,68%	1
portal mtv	0,68%	1
clima tempo	0,68%	1
4shared	0,68%	1
combat 2	0,68%	1
cuts cast (nome não está plenamente legível) - downloads	0,68%	1
blogspot	0,68%	1
Disney	0,68%	1
yahoo resposta	0,68%	1
orkutando [jogos]	0,68%	1
r7	0,68%	1
não especificou jogo (gta, counter strike)	0,68%	1
FIFA	0,68%	1
Pokemon	0,68%	1
Maple Story	0,68%	1
clube do hardware	0,68%	1
mario [jogo]	0,68%	1
Pânico na TV	0,68%	1
RG Vogue	0,68%	1
site do corinthians	0,68%	1
gustop [jogo]	0,68%	1
ragnarok	0,68%	1
rede de esportes	0,68%	1
baixakijogos	0,68%	1
baixaki.com [programas]	0,68%	1
gamevicio	0,68%	1
fotolog	0,68%	1
www.candomble/angola.com	0,68%	1
combat arms	0,68%	1
sinuk	0,68%	1
Flogão	0,68%	1
sites de revista sobre moda, comportamento	0,68%	1
suapesquisa	0,68%	1
Meadd*	0,68%	1
insoonina.com [blog, tem perfil orkut]*	0,68%	1
supernatural.com.br*	0,68%	1

*sites que apareceram na questão 14 e não foram citados na questão 16

sites utilizados – AGRUPADOS POR CATEGORIA	%usuários	Número de usuários
busca	94,56%	147
google		135
bing		2
não especificou site de buscas		10
não usa /não respondeu		8
redes sociais	93,88%	153
orkut		128
myspace		9
facebook		6
Mixme		2
meadd [questão 19]		1
não especificou uma rede social (orkut, facebook, myspace)		7
não usa /não respondeu		9
comunicadores instantâneos	91,16%	141
msn		123
skype		8
não especificou um comunicador (msn, skype)		10
não usa /não respondeu		13
videos	89,80%	137
youtube		137
não usa /não respondeu		15
e-mail	79,59%	153
hotmail		92
yahoo		34
gmail		19
outlook		1
não especificou E-mail		7
não usa /não respondeu		30
pesquisa	68,03%	99
wikipedia		97
yahoo resposta		1
suapesquisa		1
não usa /não respondeu		47
portais de noticias/atualidades	53,74%	110
globo.com / rede globo + globoesporte		46
portal uol		29
portal terra		22
portal ig		2
folha de são paulo		1
portal bol		1
portal mtv		1
clima tempo		1
r7		1
rede de esportes		1
não especificou portal Notícias/Atualidades		5
não usa /não respondeu		68
jogos	29,25%	54
counter strike		22
gta		17
Need for speed		2
guitar hero		1
combat 2		1
FIFA		1

Pokemon		1
Maple Story		1
combat arms		1
sinuk		1
mario [jogo]		1
gustop [jogo]		1
ragnarok		1
Disney		1
orkutando [jogos]		1
não especificou jogo (gta, counter strike)		1
não usa /não respondeu		104
microblog	12,93%	18
twitter		18
não usa /não respondeu		128
OUTROS SITES	10,88%	23
download de programas, jogos, músicas, filmes		8
baixando legal		1
cdscompletos.blog.com.br		1
4shared		1
cuts cast (nome não está plenamente legível) - downloads		1
baixakijogos		1
baixaki.com [programas]		1
gamevicio		1
supernatural.com.br [questão 19]		1
blogs, fotologs		6
blogspot		1
Flogão		1
fotolog		1
insoonia.com [blog, tem perfil orkut - citado questão 19]		1
não especificou blogs		2
outros		7
vestibulares.com		1
vagalume [letras de músicas]		1
clube do hardware		1
Pânico na TV		1
RG Vogue [moda]		1
site do corinthians		1
sites de revista sobre moda, comportamento		1
sites religiosos		2
watchtower.com		1
www.candomble/angola.com		1
OUTROS SITES - não usa /não respondeu		131

Obs.: No total de cada categoria pode-se ultrapassar o número de pesquisados, pois há aqueles que usam mais de um site do mesmo grupo.

tipos de comunidades / perfis seguidos	quantidade
relações afetivas (amizade, familiar, namoro)	62
(Eu) amo (a) minha mãe	16
minha mãe é doida	2
eu adoro minha mãe	1
minha mãe é a melhor do mundo	1
Eu amo meu pai	1
família	1
eu amo meus pais	1

eu amo minha família	2
família Imparato	2
saudades	1
Eu me Amo	1
Lily x Pulvi [perfil seguido - amiga]	1
Ninhu [perfil seguido - amigo]	1
Bruninha Lais [perfil seguido - amiga]	1
João Paulo [orkut e twitter]	1
minha melhor amiga	1
amo minhas amigas	1
Eu amo meus amigos	2
amiga eu te amo	1
Reinaldo	1
Caique	1
Carol	1
Monique	1
Te amo muito	1
Adoramos o Edson	1
amiga eu te amo	1
Amamos a Dani	1
eu conheço e gosto do Rodrigo	1
Thaygra	1
Bruno	2
adoramos essa doida	1
Camila	1
Cristofer	1
Eu amo a Fernandinha	1
Adoro dormir e acordar com você	1
Eu amo você	1
Adoro beijar sua boca	1
casal perfect	1
se o meu destino for você	1
odeio briga com quem eu amo	1
todo mundo me ama	1
todo mundo me odeia	1
comportamento, personalidade	55
(eu) odeio acorda(r) cedo	11
adoro acordar tarde	1
dormir	2
dormir, dormir	1
Eu ódeio acorda na segunda-feira	1
Eu amo a cor rosa	1
(Eu) adoro dar risada	2
meu dinheiro sabe falar . tchau!	1
minhas comunidades me entregam	2
preguiça mata morri	2
Sou loira, + não sou burra	1
(eu) amo final (fim) de semana	4
as baixinhas são as melhores	1
Eu tenho conteúdo	1
Mulheres com conteudo	1
no escuro	1
é pra frente que se anda	1
faça valer a pena	1
a vida é feita de escolhas	1
A vida é dura só pra quem é mole	1
Deus disse p/mim: desse e arrasa	1
Tudo que é proibido é mais gostoso	2

Tudo passa	1
até quando eu erro eu acerto	1
decepção não mata, mas dói	1
Eba! Chegou sexta.	1
estou sempre sorrindo	1
eu odeio segunda feira	1
sinceridade acima de tudo	1
Odeio vulgaridade	1
ODEIO HIPOCRISIA	1
Inveja mata	1
O que que a baiana tem	1
Sou morena	1
eu sou ruiva	1
Odeio meu passado	1
Vá fumar na PQP	1
futebol (times, torcidas, jogadores)	55
corinthians	7
sou corinthiana	1
Timão!!!	1
Corinthiano	1
corinthians minha vida	1
Todo poderoso timão	2
Gaviões (da Fiel)	3
loucos por ti Corinthians	1
Ronaldo	2
Ronaldo no timão	1
Mano Menezes [perfil seguido]	1
Palmeiras [comunidade / perfil seguido]	6
oleporco [perfil seguido sobre Palmeiras]	1
Palmeirense desde criancinha	1
Mancha Verde	1
Verdão	1
SPFC /São Paulo (Futebol Clube / F.C)	8
Tricolor	1
Sou São Paulina	1
loja oficial do SP	1
Santos F.C	1
Seleção Brasileira de Futebol	1
eu amo futebol	1
Mulheres do Futebol	1
Cristiano o talento	1
Cristiano Ronaldo	1
Valdivia 10	1
Odeio o Corinthians	1
corinthians é uma merda	1
odeio o palmeiras	1
odeio o santos merda	1
Times lixo	1
anti-palme	1
música	35
(Banda) Insuma	2
Amy Whinihouse	1
Death Metal Over Drive	1
Bob Marley	1
Metallica	2
Beyonce	1
Evanescence oficial	1
Fantasmão n. 1	1

G-Unit	2
Ne.yo	1
Epica	1
link park	1
Ana Carolina	1
Nightwish	1
Nx0 é demais (D+)	2
Sopranos	1
cazuza	1
Jonas Brothers	1
AC/DC	1
Banda Fresno [comunidade / perfil seguido]	1
Jorge Vercilo	1
Eu ouço MPB	1
Hip Hop Free Style	1
Eu amo funk	1
Pagode	1
Gosto de samba	1
Discografias	1
eu amo ouvir música alta	1
Quando estou triste toco violão	1
Eu toco violão	1
Eu viajo ouvindo musica	1
educação, cursos, escolas, professores, matérias	24
Espro	1
Martins Pena	8
José Geraldo de Lima	1
Eletrotecnica B	1
A Terê é doida mas é 10	2
Carolina Cintra	2
E.E. Martins Pena	1
Eu curto matemática	1
Eu vou passar no vestibular	1
faço prova sem estudar	1
Fez chamada acabou a aula	1
SENAC [comunidade / perfil seguido]	2
Eu estudo no Geraldo	1
wizard	1
meios de comunicação (rádio, tv, internet, celular)	19
Login Band FM	1
C.Q.C	1
Cesar Polvilho	1
Fubá [personagem novela Malhação]	2
Pânico (na TV)	5
Rosana Hermann [perfil seguido - jornalista]	1
Globo Esporte	1
amo fica na net	1
eu digo sim, sim no msn	1
Eu tenho msn	1
comunidade codigos e letras para o orkut	1
eu adoro CTRL C. CTRL V.	1
youtube	1
Já cansei do meu celular	1
alimentação	17
Quero coca cola de 20 litros	1
Mc'Donald's	1
chocolatras	1
(eu) amo chocolate	5

amor ao chocolate	1
Trakinas	2
(eu) amo Mc Donalds	2
Amo POP [pirulito]	1
quer me agradar dá chocolate	1
odeio comida baiana	1
odeio comida Italiana	1
religiosas, esotéricas	10
Eu não vivo sem Jesus	1
Amo Jesus	1
igreja Rosana	1
Igreja Jd.das Palmeiras	1
Foi por mim	1
Acredito e confio em Deus	1
Maçonaria	1
templários	1
Sou Filha do Caçador Odé	1
"Eu sou de aquário"	1
nome	9
Najila	1
Regiane	1
Meu nome é Jeferson	1
Thales	1
yago	1
meu nome é Thaygra	1
eu chamo Mariana	1
Karinas	1
amo meu nome	1
jogos (videogame, computador) e brinquedos	8
Devil my cry 4	1
Loucos por God of War	2
Maple Story	1
CS 1.6	1
amo jogar cs	1
PS2	1
Barbie	1
direitos, bandeiras de luta, trabalhos sociais	7
Mutilação genital feminina	1
Vamos escarpelar os estilistas que usam peles	1
Projeto vida nova [crianças carentes]	1
Fábrica de criatividade	1
Diga não às drogas	2
Odeio racismo	1
filmes, livros, desenhos	7
Comunidade Harry Potter	1
Harry Potter	1
Crepúsculo	2
Eu amo filme	1
Naruto	1
Disney	1
grupos, organizações juvenis	6
DPS	5
Agua Imperial	1
bairros, regiões, locais de origem	6
999% Capão	1
Eu sou do Ceará	1
Vila Fundão	1
zona sul / São Paulo	1

São Paulo	1
Vila Marari	1
moda e beleza	6
Roxy Style	1
Lindas e loiras	1
amo unha grande	1
Saias e saltos	1
cabelos grandes	1
maquiagem	1
atividades culturais	5
"Adoro dançar"	1
Radical style unit flow crew [streetdance]	1
Krumber`s Brasil [dança]	1
The phantom of the Opera [musical]	1
Literatura	1
sobre qualquer assunto	5
Comunidade Anônima sobre nada	1
comunidade totalmente inútil	1
Eu nasci no dia do meu aniversário	1
eu tenho medo de cair para cima	1
eu nunca morri na minha vida	1
carros	3
carros tunados	1
Loucos por carros tunados	1
som automotivo	1
modelos, atores do cinema	3
Alessandra Ambrosio	2
shane west	1
política	2
Marta Suplicy	1
PV	1
locais de trabalho	2
TAM Linhas Aéreas	1
contém 1g	1
outros esportes	2
Basket na veia	1
paixão por esportes	1
comunidades não classificadas	1
DPS Style	1
total de comunidades	349
jovens que não participam de comunidade ou não usam redes sociais ou microblogs	15
média aproximada de comunidades citadas por usuário	2,6
não informou comunidades	18
visita comunidades mas não listou	3
não participa de nenhuma comunidade	5
não usa redes sociais, nem microblog	10

PARTIDO POLÍTICO

simpatiza com algum partido político	sim %	não %	não respondeu %
15 anos	0%	100%	0%
16 - 17 anos (voto opcional)	24,8%	74,4%	0,8%
18 - 20 anos (voto obrigatório)	21,4%	78,6%	0%
idade não especificada	0%	50%	50%
total	23,1%	75,5%	1,4%

tem afinidade com algum POLÍTICO	sim %	não %	não respondeu %
15 anos	0%	100%	0%
16 - 17 anos (voto opcional)	12,8%	86,4%	0,8%
18 - 20 anos (voto obrigatório)	7,1%	92,9%	0%
idade não especificada	0%	100%	0%
total	11,56%	87,76%	0,68%

21. Sobre o Parlamento Jovem Paulista: (pode marcar mais de uma alternativa)	Porcentagem de jovens	Número de jovens
não conheço	69,4%	102
já ouvi falar	34,0%	50
nossa escola enviou projeto	0,7%	1
já participei como deputado(a) jovem	0%	0
total de alunos que responderam		147

22. Sobre o Instituto do Legislativo Paulista (ILP): (pode marcar mais de uma alternativa)	Porcentagem de jovens	Número de jovens
não conheço	71,0%	103
já ouvi falar	30,3%	44
já participei de algum curso ou atividade NO ILP	0,7%	1
já participei de algum curso ou atividade PROMOVIDO PELO ILP na região	0,00%	0
total de alunos que responderam		145

Observação

Não foram sistematizadas:

Questão	Conteúdo
14	Porque participa da comunidade ou o segue perfil
16	Motivo, o que faz no site, o que mais gosta e o que poderia melhorar
25	Porque quis participar da pesquisa